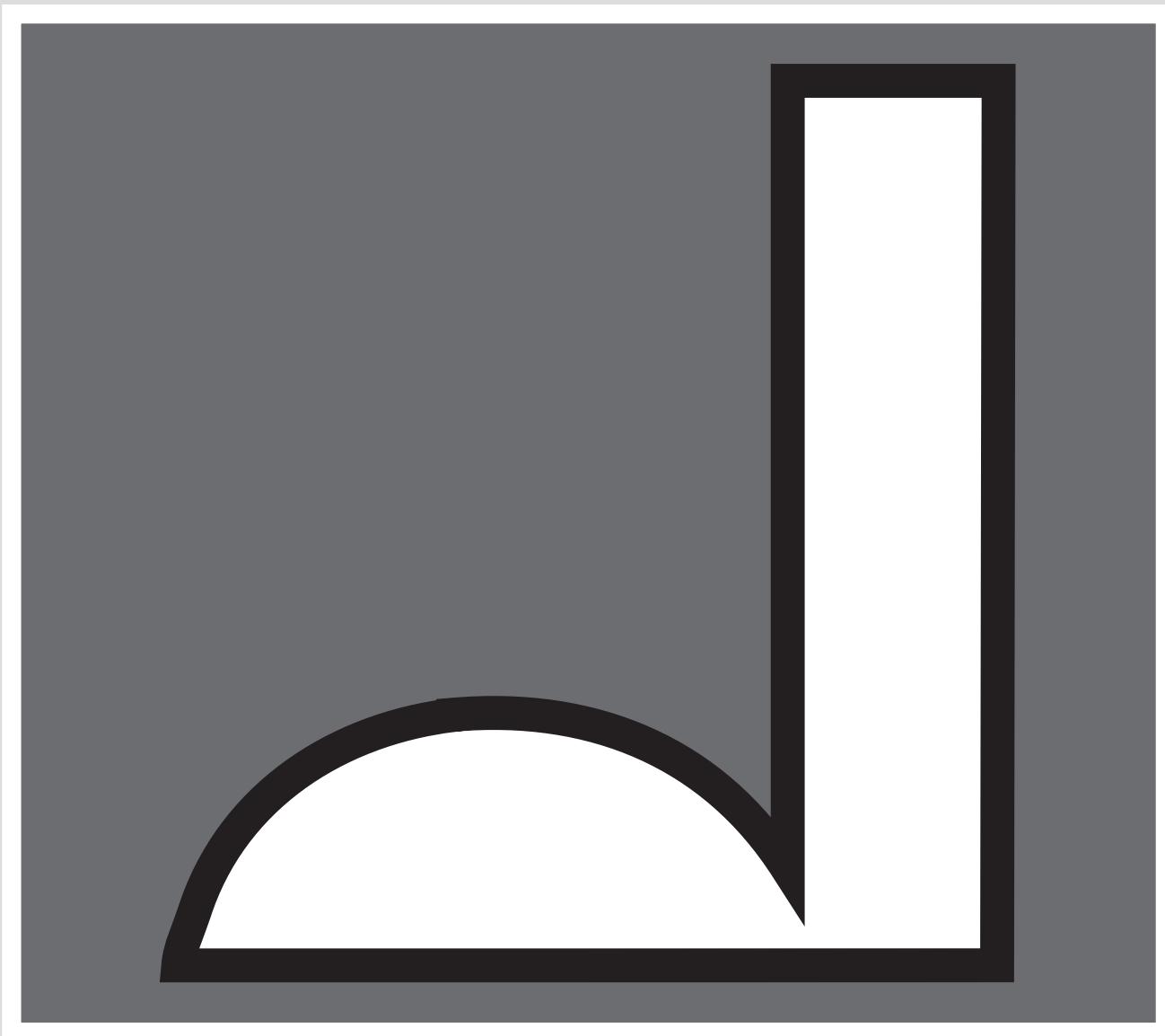




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 046 - TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
 2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 51ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Leitura de Parecer	
Nº 307/2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº S/1, de 2008 (nº 2.111/2007, na origem), do Presidente da Câmara dos Deputados, que <i>comunica ao Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.</i>	9315
1.2.2 – Ofícios	
Nº 45/2008, de 10 do corrente, do Deputado Eduardo Gomes, <i>solicitando seu afastamento do cargo de Presidente da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, permanecendo, no entanto, como membro titular da referida comissão.</i>	9317
Nº 94/2008, de 10 do corrente, do 1º Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando que o Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005 (nº 7.103/2006, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que <i>institui o "Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil"</i> e dá outras providências, foi sancionado e convertido na Lei nº 11.650, de 4 de abril de 2008.....	9317
1.2.3 – Comunicações da Presidência	
Término do prazo, na última sexta-feira, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 14, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino.....	9317
Abertura do prazo de cinco dias úteis, a partir de amanhã, para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, que <i>altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição</i> , lido na sessão do dia 8 do corrente.....	9318
1.2.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 424, de 2008, de autoria do Senador Tião Viana, <i>solicitando autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 25 a 30 de abril de 2008.</i>	9318
Nº 425, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, <i>solicitando a realização de Sessão Especial no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.</i>	9318
1.2.5 – Mensagem do Presidente da República	
Mensagem nº 68, de 2008 (nº 170/2008, na origem), de 7 do corrente, do Presidente da República, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá <i>nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permitir Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008.</i>	9318
1.2.6 – Discursos do Expediente	
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Registro da presença em Brasília, de integrantes dos Movimentos Sociais pela Terra, Abril Indígena, Prefeitos Municipais e Delegados da I Conferência Nacional de Educação Básica. Defesa da criação de fóruns de debates específicos, em busca de soluções para os problemas educacionais brasileiros.	9319
SENADOR PAULO PAIM – Menção à decisão do Superior Tribunal de Justiça, determinando à AMIL, o cancelamento de reajuste em plano de saúde de idosa. Destaque para o papel desempenhado pela OIT desde sua fundação, em 1919. Defesa da aprovação de projetos de lei que elevam o valor dos benefícios da Previdência Social.	9320
SENADOR JOÃO PEDRO – Registro de reunião com pesquisadores, em ambiente da Petrobrás, em Manaus, sobre a implantação de projeto piloto de cultivo do dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas.	9325
SENADOR PAPALÉO PAES – Realização do 6º Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, em Macapá-AP. Defesa da importância do Parlamento Amazônico.	9328

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Realização de sessão solene conjunta do Congresso Nacional, amanhã, terça-feira, dia 15 do corrente, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil, e a agraciar, com a Ordem do Congresso Nacional, Sua Excelência a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.....

Recepção, pelo Senado Federal, da Senhora Prathiba Patil, Presidente da Índia, amanhã, dia 15 do corrente, às 15 horas.

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ALVARO DIAS – Reflexão acerca dos entraves ao crescimento econômico brasileiro, objeto dos mais variados estudos, especialmente pela Consultoria Macroplan.

SENADOR MÃO SANTA – Homenagem a Brasília que no próximo dia 21 completará 48 anos. Comentários sobre o movimento dos estudantes da UNB que culminou com a renúncia do Reitor.....

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Lembrança dos 17 anos do MERCOSUL. Protesto à atitudes de Ministros de Estado em relação à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Renúncia de S.Exa. do cargo de Presidente da Representação Brasileira do MERCOSUL.

SENADOR MÁRIO COUTO – Solidariedade ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Protesto contra demora na entrega à população do Hospital Regional Público do Oeste, localizado em Santarém-PA. Comemoração pela aprovação de projeto de lei de interesse dos aposentados e pensionistas.

SENADOR JOSÉ SARNEY – Defesa da recriação da SUCAM, que desenvolvia atividades diretas de eliminação e controle de endemias.

SENADOR SIBÁ MACHADO – Leitura de nota do Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão de Biocombustíveis, contestando declarações do representante da ONU, para o Direito à Alimentação, Sr. Jean Ziegler.

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro sobre atividades desenvolvidas no Estado de Roraima, em razão do conflito na reserva indígena Raposa Serra do Sol e reunião de S. Exa. com

o Ministro da Justiça. Confirmação da presença ao Senado Federal, no dia 29 do corrente, da Ministra Dilma Rousseff.

9351

1.2.9 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Lançamento pelo Ministério da Cultura de programa de reestruturação dos museus nacionais com destaque para a promoção, em nível nacional, do Prêmio Darcy Ribeiro.....

9352

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 15, com Ordem do Dia anteriormente designada.....

9353

1.3 – ENCERRAMENTO**2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSSAO ANTERIOR**

Do Senador Geraldo Mesquita Júnior proferido na sessão de 11-4-2008.....

9364

3 – CONVÊNIO

Nº 13, de 2008, entre o Senado Federal e o Banco Schahin S.A.....

9369

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

Ata da 51^a Sessão Não Deliberativa, em 14 de abril de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mário Couto e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER N° 307, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício S nº 1, de 2008, (nº 2.111/2007, na origem), do presidente da Câmara dos Deputados, que comunica

ao Senado Federal a indicação do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9 de abril de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, sobre o Ofício S nº 1, de 2008, opina pela aprovação da escolha do nome do Senhor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do inciso VI, do art. 130-A, da Constituição Federal, por 18 votos favoráveis, 2 contrários e 0 abstenções.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA	
PROPOSIÇÃO:	Nº 1 DE 2008
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE	
PRESIDENTE:	<i>Alvaro Dias</i>
RELATOR:	<i>Flexa Ribeiro</i>
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)²	
SERYS SHHESSARENKO	<i>Flexa Ribeiro</i>
SIBÁ MACHADO	<i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO SUPLICY	<i>Flexa Ribeiro</i>
ALOIZIO MERCADANTE	<i>Flexa Ribeiro</i>
IDELEI SALVATTI	<i>Flexa Ribeiro</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<i>Flexa Ribeiro</i>
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS	<i>Flexa Ribeiro</i>
PEDRO SIMON	<i>Flexa Ribeiro</i>
ROMERO JUCÁ	<i>Flexa Ribeiro</i>
ALMEIDA LIMA	<i>Flexa Ribeiro</i>
VALTER PEREIRA	<i>Flexa Ribeiro</i>
GILVAM BORGES	<i>Flexa Ribeiro</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSD)	
ADELMIRO SANTANA	<i>Flexa Ribeiro</i>
MARCO MACIEL ¹ (Presidente)	<i>Flexa Ribeiro</i>
DEMÓSTENES TORRES	<i>Flexa Ribeiro</i>
KÁTIA ABREU	<i>Flexa Ribeiro</i>
ANTONIO CARLOS JUNIOR	<i>Flexa Ribeiro</i>
ARTHUR VIRGÍLIO	<i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO	<i>Flexa Ribeiro</i>
LÚCIA VÂNIA	<i>Flexa Ribeiro</i>
TASSO JEREISSATI	<i>Flexa Ribeiro</i>
PTB ⁵	
EPITÁCIO CAFETEIRA	<i>Flexa Ribeiro</i>
PDT	
JEFFERSON PÉRES	<i>Flexa Ribeiro</i>
1. ROSEANA SARNEY	
2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
3. LEOMAR QUINTANilha	
4. VALDIR RAUPP	
5. JOSÉ MARANHÃO	
6. NEUTÓ DE CONTO	
1. ELISEU RESENDE	
2. JAYMÉ CAMPOS	
3. JOSÉ AGripino	
4. ALVARO DIAS ⁴	
5. VIRGINIO DE CARVALHO	
6. FLEXA RIBEIRO (Relator)	
7. JOÃO TENÓRIO	
8. MARCONI PERILLO	
9. MÁRIO COUTO	
1. MOZARILDO CAVALCANTI	
1. OSMAR DIAS	

Atualizada em: 01/04/2008

¹ Eleito Presidente da Comissão em 08/08/2007;

² O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07);

³ Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

⁴ Vaga cedida pelo Democratas;

⁵ Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008;

RELATÓRIO

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

É submetida ao exame desta Comissão a indicação, efetuada pela Câmara dos Deputados, do Doutor Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva, para ser reconduzido, ao Conselho Nacional do Ministério Público, por mais dois anos, nos termos do art. 130-A, **caput** combinado com inciso VI, da Constituição Federal.

Consoante os dispositivos constitucionais em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle externo das atividades do Ministério Público, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de acordo com a Resolução nº 7, de 2005, proceder à sabatina dos indicados. A seguir a indicação será submetida ao Plenário do Senado, também conforme o mesmo ato. Ainda em obediência aos ditames desse diploma legal, foi também encaminhado o correspondente **curriculum vitae**.

Embora o **curriculum** do ilustre indicado já tenha sido apreciado por esta Comissão na oportunidade da primeira indicação, permitimo-nos um breve resumo. Formado em Administração de Empresas (1966-1969) e Direito (1970-1974), o postulante é pós-graduado no Curso de Direito Tributário da Escola de Administração Fazendária do Ministério da Fazenda (2002-2003).

Entre os vários cargos e funções públicas ocupadas ao longo de sua respeitável carreira, foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Pernambuco (1991-2001), Conselheiro Titular do Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda (1995-2005) e Desembargador Eleitoral Substituto no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em dois mandatos (2000 e 2002).

Em 2005 foi nomeado pelo Senhor Presidente da República para exercer mandato de dois anos como membro do Conselho Nacional do Ministério Público, após ter o seu nome aprovado pela maioria absoluta deste Senado, conforme preceito do art. 130-A da Constituição Federal. No período em que foi membro do Conselho ocupou a Presidência da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro durante todo o mandato.

Além do **curriculum vitae** os seguintes documentos instruem a presente indicação, levando-se em conta o disposto na já citada Resolução nº 7, de 2005, e no Ato nº 1, de 2007 – CCJ:

1) Declarações firmadas pelo indicado:

1.1) Declaração de que nunca cumpriu sanções criminais ou administrativo-disciplinares, não existindo procedimentos dessa natureza contra ele instaurados. (Fls. 5).

1.2) Declaração de que não existem parentes seus que exercem, ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional. (Fls. 5).

1.3) Declaração de que renuncia ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer Tribunal, durante o mandato para o qual se der a recondução ora em andamento, permanecendo esta renúncia vigendo até dois anos após o término do mandato (Fls. 19).

2) Relação das empresas ou entidades não-governamentais de que participa ou participou como sócio, proprietário ou gerente, **verbis**:

“1) – TNORTE – Transportadora Nordestina de Veículos Ltda. – Sócio e Diretor de 1970 a 1987;

2) – Flex Factoring – Sociedade de Fomento Comercial Ltda. – Sócio e Diretor de 1987 a 2002;

3) – ADLP Motors Ltda. – Concessionária Mitsubishi em Recife e Caruaru – Sócio desde 2003;

4) – Maurício de Albuquerque & Antonio Mário Pinto Advogados Associados – Sócio de 1992 a 2000;

5) Veirano Advogados Associados – Sócio de 2001 a 2006;

6) Albuquerque Pinto Advogados Associados – Sócio desde 2007.” (Fls. 18).

3) Relação de ação judiciais em que figura ou figurou como autor ou réu junto ao Poder Judiciário do Estado de Pernambuco. (Fls. 28).

4) Certidão de “nada consta” da Justiça Federal de 1^a instância, Seção Judiciária de Pernambuco. (Fls. 21).

5) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções da Comarca do Recife. (Fls. 24)

6) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções fiscais da Comarca do Recife. (Fls. 25).

7) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de ações e execuções cíveis da Comarca do Recife. (Fls. 26).

8) Certidão negativa do Bacharel distribuidor de queixas-crimes ou inquéritos policiais da Comarca do Recife. (Fls. 27).

9) Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. (Fls. 22).

10) Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco. (Fls. 20).

11) Certidão de regularidade fiscal expedida pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Recife. (Fls. 23).

12) Certidão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 24 a 39).

13) Certidão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 40 e 41).

14) Certidão da Justiça Federal de Primeira Instância em Pernambuco, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 42 a 54).

15) Certidão da Diretoria do Foro da Comarca do Recife, com os feitos em que atua ou atuou como advogado. (Fls. 55 a 121).

Cumpre, ainda, consignar, quanto às declarações previstas nos incisos II e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, que o indicação declara:

“Que é pai do parlamentar federal Eduardo Henrique da Fonte de Albuquerque Silva, eleito em outubro de 2006 quando já exercia a função de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público porque indicado pela primeira vez para o mandato 2005/2007. (Fls. 5).

Que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, tendo como parente em linha reta, na condição de descendente um seu filho mencionado acima.” (Fls. 5).

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2008.

, Presidente
, Relator

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 45/08-GP

Brasília, 10 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Após cumprimentá-lo cordialmente, me dirijo a Vossa Excelência, nos termos regimentais, para solicitar meu afastamento do cargo de presidente da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, permanecendo, no entanto, como membro titular desta comissão.

Faço tal pedido em virtude de que irei licenciar-me em breve do cargo de Deputado Federal nos termos do art. 235, III do RICD, sendo que, para manter a celeridade dos trabalhos da comissão, o faço desde agora.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 94/08-PS-GSE

Brasília, 10 de abril de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de projeto de lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 7.103, de 2006 (PLS nº 382/05), o qual “institui o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infantil e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.650, de 4 de abril de 2008.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O ofício que acaba de ser lido será juntado ao processado do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2005, e encaminhado à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 14**,

de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que *renumeria parágrafo único do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal em parágrafo 1º, e acrescenta parágrafo 2º ao referido artigo, para estabelecer compulsoriedade de tramitação conjunta de matérias e Medidas Provisórias que tratem do mesmo assunto quando em tramitação simultânea na Casa.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008, que altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, foi lido na sessão do dia 8 do corrente e ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a partir de amanhã, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 424, 2008

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 § 1º, inciso I do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência para participar, como representante do Senado Federal, conforme convite anexo, da programação do “Amazon Private Meeting” – Clarence House, em Londres.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 25 a 30 de abril do corrente ano, para o desempenho desta missão.

Senador **Tião Viana**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal.

REQUERIMENTO N° 425, DE 2008

Requer a realização de Sessão Especial no dia 29 de abril de 2008, para comemorar o 48º aniversário de Brasília.

Senhor Presidente,

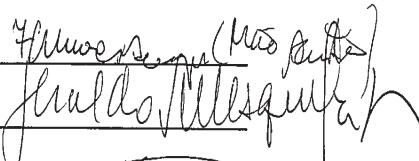
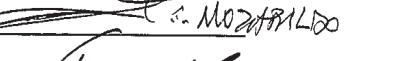
Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 199 do Regimento Interno, a realização de Sessão Especial, no dia 29 de abril do corrente ano, para homenagear a cidade de Brasília, pela passagem do seu 48º (quadragésimo oitavo) aniversário.

Justificação

No dia 21 de abril, comemora-se o aniversário dessa Cidade – patrimônio e orgulho do Brasil – fruto do trabalho de legiões de brasileiros, que ouviram o chamado e aceitaram o desafio do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, maior estadista brasileiro, de tornar realidade o sonho de interiorizar a Capital do País.

A comemoração do aniversário de Brasília é um imperativo de ordem cívica. Assim, contamos com a aprovação do presente requerimento pelos nossos ilustres pares no Senado Federal, com a finalidade de prestar uma justa homenagem à cidade, seus idealizadores e pioneiros.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2008. – Senador **Adelmir Santana** – DEM/DF.

1. Senador 
2. Senador 
3. Senador 
4. Senador 
5. Senador 
6. Senador 

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciados oportunamente.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– N° 68, de 2008 (nº 170/2008, na origem), de 7 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permitir Certificados Financeiros do Tesouro, e ao § 1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A –

ELETROBRÁS, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, sancionado e transformado na Lei nº 11.651, e 7 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Mensagem nº 68, de 2008, juntada ao processado do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007, vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito, dos presentes, é o Senador Paulo Paim, a quem concedemos a palavra. V. Ex^a dispõe de 20 minutos. Hoje, segunda-feira, sem Ordem do Dia; portanto, 20 minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) –Sr. Presidente, gostaria de pedir minha inscrição para fazer uma comunicação inadiável, uma vez que estou inscrita, mas gostaria de falar o mais rápido possível, por conta de compromissos com a Coordenação Nacional da Conferência Nacional de Educação Básica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrita em primeiro lugar e, se desejar fazer uso da palavra agora, por cessão do Senador Paulo Paim, V. Ex^a pode ocupar a tribuna.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias PSDB – PR)

– Senador Mário Couto, pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Inscreva-me também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias PSDB – PR)

– V. Ex^a fica inscrito em segundo lugar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Estou inscrito também, mas, se for demorar tanto, falo por uma comunicação inadiável e lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias PSDB – PR) – Certamente V. Ex^a falar falará como orador inscrito.

Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como oradora inscrita. Nós fizemos uma permuta aqui.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a gentileza do Senador Paulo Paim em fazer esta permuta comigo, neste início de tarde, porque preciso tratar aqui de um assunto muito importante. Todos os assuntos tratados aqui são muito importantes, mas, sobre educação, precisamos ter um tempo.

Eu gostaria de dizer que, no dia de hoje, estamos recebendo em Brasília diversos movimentos sociais: o movimento social pela terra, com mais de quatro mil pessoas reunidas em Brasília; o Abril Indígena, que está trazendo para esta Capital lideranças de todo o País, que se reúnem em uma semana de luta pelos seus direitos; estamos recebendo os nossos Prefeitos municipais para mais uma marcha de prefeitos à capital; e também delegados da Primeira Conferência Nacional de Educação Básica.

Sr. Presidente, o desenvolvimento e a geração de emprego e renda têm colocado no centro do debate os diagnósticos sobre a educação em nosso País e as históricas demandas que temos.

O Governo Federal tem se empenhado em resolver os problemas da educação e, para isso, trabalhado insistenteamente na parceria com as esferas dos governos municipais e estaduais o regime de colaboração previsto na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. O caminho para a solução que todos buscamos é a implantação de um Sistema Nacional Articulado de Educação.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, na busca das soluções demandadas pela sociedade, o grande diálogo social feito com milhares de cidadãos e cidadãs em sucessivas conferências resultou em políticas públicas efetivas a toda a sociedade.

Além das conferências, salientamos o trabalho realizado pelo Comitê para o Desenvolvimento Econômico e Social, que constrói consensos entre o Governo, os trabalhadores e os empresários. Esse exercício de democracia participativa é o motivo do sucesso do Governo do Presidente Lula!

Um exemplo de construção participação é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, elaborado conjuntamente pelo Governo Federal e pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.

Como todos sabemos, as universidades gozam de autonomia, conforme art. 207 da Constituição Federal. Para incentivar as universidades públicas a dobrar o número de vagas, ampliar ou abrir cursos noturnos, otimizar a utilização de recursos, flexibilizar currículos e combater evasão escolar, conforme Planos de Desenvolvimento Institucional elaborados pelas próprias

universidades, o Reuni aporta recursos, além dos já previstos nos orçamentos das Instituições Federais de Ensino Superior.

Só na Universidade Federal de Rondônia, a Unir, com sede em Porto Velho, o repasse do Reuni será de R\$22,2 milhões entre 2008 e 2012. O plano de trabalho da Unir, aprovado pelo Ministério da Educação, prevê a expansão da oferta de cursos, que passam de 37 para 55, em cinco anos. Os cursos noturnos também ganham reforço. O número sobe de 16 para 24.

Quero salientar aqui, ainda sobre a Unir, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Medicina Veterinária, que além do convencional dirigido aos rebanhos do nosso Estado, irá incorporar o estudo da fauna silvestre, o primeiro curso de Veterinária voltado para a fauna silvestre no Brasil, buscando atuar na diminuição dos impactos com relação à implantação das usinas hidrelétricas a curto prazo e, posteriormente, trabalhando formas de manejo que permitam a preservação desta importante riqueza de nossa biodiversidade.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, entre as demandas que a educação nacional apresenta, estava o financiamento para alunos de Pós-Graduação, resolvido com as novas regras do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), que foram modificadas para facilitar o ingresso dos alunos à universidade. O limite de financiamento, agora, é até 100% do valor da mensalidade, abrangendo cursos de Mestrado e Doutorado.

Sr. Presidente, algumas lacunas ainda persistem na educação, apesar de todos os esforços do Governo Federal. Entre elas, a necessidade de apoiar iniciativas comunitárias, legítimas e autônomas que são políticas públicas na acepção do termo. Esse é o caso dos Ceffas. Os Centros Familiares de Formação por Alternância, que criaram as Escolas Famílias Agrícolas e que surgiram no Brasil no final da década de 60. Existem hoje mais de 240 Ceffas no País, oferecendo formação de ensino fundamental, ensino médio e profissionalizante. Um esforço de Parlamentares no Congresso Nacional está tentando construir uma ação dentro do Pronera, para permitir o aporte de recursos via emendas parlamentares para essas escolas.

Este ano, os recursos previstos são exígues; portanto, é fundamental a criação dessa rubrica para os anos seguintes, quando deveremos incentivar essa importante iniciativa de nossa sociedade.

Por fim, como eu falei no início deste pronunciamento, a solução dos problemas estruturais da educação nacional só podem surgir como resultado do diálogo entre o Presidente da República, os governadores e os prefeitos para o pleno cumprimento de seus deveres

em sua tarefa de atuação. Para isso, urge a necessidade de construirmos o Sistema Nacional Articulado de Educação, que deverá regular o Regime de Colaboração previsto na Constituição Federal.

Ao discutirmos e definirmos melhor o Regime de Colaboração, as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação serão muito mais eficazes quanto a sua gestão e operacionalização, resolvendo situações como, por exemplo, o transporte escolar, que deve ser pauta da marcha dos prefeitos à nossa capital.

O debate para a construção do Sistema Nacional Articulado de Educação Básica será realizado – a partir de hoje – de 14 a 18 deste mês, durante a realização da I Coneb – Conferência Nacional de Educação Básica, para a qual todos os Senadores e Senadoras, principalmente os participantes da Comissão de Educação, estão convidados, sendo que, alguns de nós, a exemplo do Senador Paulo Paim, serão convidados como expositores e coordenadores de debates.

A Conferência Nacional, que foi precedida pelas Conferências Estaduais e do Distrito Federal, deve receber entre mil e dois mil delegados representantes de todo o Brasil, mobilizando todos os setores organizados da educação básica.

São 17 segmentos envolvidos. É a primeira Conferência Nacional a envolver, desde a sua comissão de organização, todos os segmentos que fazem e discutem a educação básica no Brasil. O próximo passo será, com certeza, fruto também do entendimento do Legislativo à Conferência Nacional de Educação para a ampliação do debate ora realizado na educação básica.

Essa conferência que hoje se inicia deverá repercutir profundamente em nosso País, construindo democraticamente as soluções demandadas pela sociedade.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Agradeço carinhosamente ao nosso querido Senador Paulo Paim pela cessão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como o Senador Paulo Paim já havia sido anunciado, concederemos a palavra a S. Ex^a. Em seguida, concederei a palavra ao Senador João Pedro. Peço a compreensão do Senador João Pedro para a alteração da ordem dos inscritos.

O Senador Paulo Paim dispõe de até 20 minutos. Depois do Senador João Pedro, concederei a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, queria fazer uma homenagem, da tribuna do Senado, ao Superior Tribunal de Justiça, que, numa decisão fundamental para os nossos idosos, obrigou a Amil – Assistência Médica Internacional, a cancelar

o reajuste que havia aplicado no plano de saúde de uma idosa que completou 60 anos.

O STJ entendeu, em conformidade com o Estatuto do Idoso – lei da qual tive a alegria de ser autor – e também baseado no Código de Defesa do Consumidor, que, se a aposentada alcançou a idade de 60 anos na vigência do Estatuto, então ela teria direito ao que reza a lei, ou seja, a não ser discriminada com uma mensalidade maior do que a do cidadão mais jovem.

Explico. Ela havia aderido ao plano de saúde da Amil em 2001. Em 2004, ela completou 60 anos. Mas, como o Estatuto já estava em vigor – e a lei é clara nesse sentido –, o STJ recusou o Recurso Especial solicitado pela empresa.

A Amil havia cobrado 185% de aumento no plano. Não só teve de devolver o dobro do valor que cobrou indevidamente da aposentada, mas também o montante teve de ser corrigido e acrescido de juros contados do dia em que ela foi citada.

Fiquei muito satisfeito com essa decisão, uma demonstração clara de que os idosos, Senador Mário Couto, estão exigindo os seus direitos. Lei é para ser cumprida por todos. Entendo que o Estatuto do Idoso é um instrumento importante, mas só é importante se a população se apropriar dele e exigir o seu cumprimento. Foi o que essa idosa fez.

Quero aqui, mais uma vez, cumprimentar o STJ e dizer como é bom, como é bom a gente ver que leis construídas por esta Casa estão dando resultado positivo. Eu estava recebendo muitas reclamações de pessoas dizendo-se discriminadas em relação aos planos de saúde, dizendo que quem tem idade mais avançada tem de pagar mais, quando o Estatuto proíbe qualquer tipo de discriminação.

Então, meus cumprimentos, primeiro, a essa senhora de idade que foi à luta, foi até o Superior Tribunal de Justiça e ganhou os 185% que ela teria de pagar indevidamente. Não os pagou e ainda recebeu em dobro o que foi pago, com a devida correção monetária e juros.

Sr. Presidente, depois desse registro, eu gostaria de falar um pouco sobre a OIT. Para nós, é importante ratificar nosso reconhecimento ao trabalho dedicado da Organização Internacional do Trabalho, ao enfrentar questões como o desemprego mundial e trazer ao debate questões ligadas ao mundo do trabalho.

Conforme consta no site da OIT, essa organização foi fundada em 1919, com objetivo de promover a justiça social no mundo.

É a única agência das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, em que participam, em situação de igualdade, representantes de governos, de empre-

gadores e de trabalhadores nas atividades de seus órgãos.

O mundo sindical tem na OIT, desde a sua fundação, um suporte para sua ação e seu ponto de contato chave no plano internacional. A sua Constituição é explícita quando diz:

Se alguma Nação não adotar condições humanas de trabalho, essa omissão constitui um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar as condições dos trabalhadores em seus próprios países.

A OIT funda-se no princípio de que a paz universal e permanente só pode basear-se na justiça social. Ela se empenha na busca de soluções que permitam a melhoria das condições de trabalho no mundo e é um instrumento fundamental no combate ao trabalho escravo.

Anualmente, no mês de junho, acontece, em Genebra, a Conferência Internacional do Trabalho. Trata-se de um fórum internacional que busca discutir diversos temas do mundo do trabalho; adotar e revisar normas internacionais do trabalho; aprovar as políticas gerais e o programa de trabalho do orçamento da OIT.

Senador João Pedro, eu lhe confesso que, nesses meus 23 anos de Parlamento e mais uns dez de sindicalista, eu fui só uma vez à OIT. Fui uma vez à OIT, em Genebra, onde fui painelista, falando, em nome do Brasil, sobre as questões do mundo do trabalho. Não voltei mais, e eles perguntaram por que eu não voltei mais. Não voltei por que tenha qualquer tipo de desacordo com a OIT. Não voltei porque eu acho que outros têm que ter oportunidade. E fico feliz de saber que centenas e centenas de sindicalistas, deputados e senadores já foram à conferência da OIT.

No Brasil, a OIT tem mantido representação desde 1950 – data em que nasci; sou de 1950 –, com programas e atividades que têm refletido os objetivos da Organização ao longo da história, com o intuito de preservar com dignidade o mundo do trabalho. São objetivos da OIT:

- promover os princípios fundamentais e direitos no trabalho através de um sistema de supervisão e de aplicação de normas;
- promover melhores oportunidades de emprego/renda para mulheres e homens em condições de livre escolha, sem nenhum tipo de discriminação;
- aumentar a abrangência e a eficácia da proteção social;
- fortalecer o sistema de tripartismo e o diálogo social.

O escritório da OIT no Brasil atua na promoção desses quatro objetivos estratégicos da Organização, com atividades próprias e em cooperação com os demais escritórios em outros países.

Essas atividades, Sr. Presidente, visam à melhora das normas e das relações trabalhistas, e das políticas e programas de emprego e formação profissional e de proteção social.

Quanto à formação profissional, Senador Mário Couto, ninguém tem dúvida da importância, e, por isso, insistimos tanto aqui no Brasil para que possamos avançar no ensino técnico.

No contexto de promoção do Trabalho Descente, a OIT Brasil oferece cooperação técnica aos programas prioritários e reformas sociais do Governo brasileiro, incluindo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Fome Zero, Primeiro Emprego e diversos programas governamentais ou não governamentais de erradicação e prevenção do trabalho infantil, de combate à exploração sexual de menores; de promoção da igualdade de gênero e de raça para a redução da pobreza, da geração de empregos, do fortalecimento do diálogo social e dos programas de integração.

Seus programas In Focus incluem a erradicação do trabalho infantil; a intensificação do emprego mediante a criação de pequenas empresas; trabalho sem risco e assim por diante.

Podemos citar como exemplo o belíssimo – já destaquei e reafirmo – Projeto de Combate ao Trabalho Escravo que, desde abril de 2002, a OIT mantém no Brasil e que está sob a coordenação da Sra Patrícia Audi. Esse projeto tem o objetivo de ajudar o País a fortalecer as iniciativas que vinham sendo tomadas já desde 1995, quando, oficialmente, o Governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo perante aquela organização, lá, em Genebra, e se comprometeu a travar uma luta diária contra o trabalho escravo.

O Projeto vem desenvolvendo inúmeras atividades com resultados expressivos – fruto de um comprometimento consolidado de governos, sindicatos, empresas e demais parceiros sociais. Os avanços obtidos pelo Brasil na luta contra essa chaga são registrados, com satisfação, lá, na OIT.

Em relação à questão HIV/Aids, quero aqui destacar o trabalho da Drª Laís Abramo, Diretora do Escritório da OIT, no Brasil, onde ela afirma que “na luta para prevenir e reduzir o impacto do HIV/Aids e combater a discriminação e o estigma relacionado à soropositividade”.

São vários os programas implementados pela Organização e destacamos alguns:

Condições de trabalho;
Cooperativas;
Direitos e oportunidades de emprego e treinamento de pessoas portadoras de Deficiência;
Discriminação e Diversidade;
Drogas e álcool no ambiente de trabalho;
Emprego e formação de jovens;
Estratégicas e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza;
HIV/Aids no local de trabalho.

Elaborado em consulta com representantes de governos, organizações de empregadores e de trabalhadores de vários países, o documento oferece orientações práticas para a formulação e implementação de políticas sobre HIV/Aids, no local de trabalho, que levem aos trabalhadores informações sobre prevenção, tratamento e promoção dos direitos humanos.

No Brasil, a OIT vem contribuindo em muito com os esforços nacionais para a prevenção, assistência e combate à discriminação relativa ao HIV/Aids, fazendo isso em parceria com o Ministério da Saúde.

Sr. Presidente, todos nós sabemos que o trabalho é instrumento de cidadania.

Senador Mário Couto, Senador Alvaro Dias, Senador Papaléo Paes, Senador João Pedro, eu fui desempregado por um longo período e posso dizer para vocês que trabalho para mim é lazer. Quem não tem trabalho não tem lazer. Como é triste a vida de um homem e de uma mulher no ócio do desemprego.

Por isso é que no sindicato que eu presidia em Canoas eu tinha uma placa que dizia: “Trabalho é Lazer”. E é claro que eu fazia uma confusão propositiva e afirmativa que nós temos que ter direito ao trabalho e direito ao lazer.

Por isso tenho uma solidariedade muito grande com homens e mulheres que andam pelas ruas da cidade buscando um emprego. Oxalá um dia possamos dizer que estamos no País do pleno emprego! Sabemos que isso é um sonho, mas, enfim, o sonho pode ser realidade, se trabalharmos para que isso aconteça. As pessoas desempregadas sentem-se excluídas e vêm o seu potencial de trabalho cada vez mais prejudicado.

A OIT, após o desenvolvimento de uma série de programas das mais variadas áreas, tem-se dedicado muito a essa questão da integração voltada ao mundo do trabalho.

Sr. Presidente, vamos relembrar aqui os anos 50, quando a força de trabalho, consideradas as pessoas entre 15 e 65 anos, representava 1,2 bilhão de pessoas para uma população mundial de 2,5 bilhões.

Praticamente metade da população do mundo estava desempregada na década de cinqüenta.

Passemos ao ano de 1999, quando essa força era de mais ou menos 3 bilhões para um contingente de 6 bilhões de pessoas. Esses números demonstram que a força de trabalho subiu de 48% para 50% em 50 anos. Mas, se olharmos para as altas taxas de desemprego no mundo inteiro, veremos que a criação de emprego não seguiu o caminho tão sonhado por nós. Os níveis do desemprego mundial continuam muito, muito preocupantes.

A BBC do Brasil divulgou que "o ano de 2003 terminou com 185,9 milhões de desempregados, atingindo 6,2% da força de trabalho da Terra. Esse número superou a marca de 185,4 milhões em 2002. Além do desemprego, o estudo mostra que, em 2003, 550 milhões de trabalhadores no mundo eram pobres, ganhando no máximo US\$1 por dia, menos do que R\$3,00.

O número de desempregados no mundo cresceu para um patamar recorde de 191,8 milhões, no final de 2005.

Nós temos ainda de admitir que todos deveríamos trabalhar em uma linha, Sr. Presidente, conforme o meu entendimento, de fazer com que aquilo que acontece nos países de Primeiro Mundo seja pensado também aqui nos países de Terceiro Mundo, ou seja, a redução da jornada sem redução de salários. Isso é uma forma de distribuir renda, para que todos tenham acesso ao mercado de trabalho.

Metade da População Economicamente Ativa – PEA, está desempregada ou vive de subemprego. Se caminhássemos, nem que fosse num período de dez anos, para reduzir uma hora por ano – somente uma hora por ano –, poderíamos chegar a uma jornada de praticamente 35 horas semanais em dez anos. Geraríamos, nesse período, 10 milhões de novos empregos no País. Agora, são 44 horas semanais; no ano que vem, seriam 43; depois, 42; depois, 41; depois, 40; depois, 39...Lembro que a França adotou um método semelhante e, lá, hoje, a carga horária é de 35 horas semanais.

Sr. Presidente, a OIT mostra também, em seus relatórios, que o crescimento do PIB – Produto Interno Bruto mundial, não é capaz de impedir o aumento do desemprego global. O que quer dizer isso? Embora muitos ganhem, faturem muito, lucrem muito, não está havendo a preocupação de gerar empregos.

Eu não sou daqueles que são contra a automação, a robótica, a cibernética, as novas tecnologias. Sou totalmente a favor delas, mas entendo que as novas tecnologias têm de ter responsabilidade com o social. Lucrar mais, tudo bem! Tenho, no meu gabinete, uma charge que ganhei do Aroeira. É uma charge

muito bonita que tem o mapa do Brasil, na qual eu digo numa mão "Sou a favor do lucro" e, na outra mão, digo "Para todos!"

Não sou contra o lucro; só temos que saber dividir para que todos tenham dentro da sua pequena parcela o acesso àquele lucro como forma de distribuir renda.

Senador Mão Santa, eu teria muitos dados para citar, mas tenho certeza que, ao conceder um aparte a V. Ex^a, vou enriquecer este pequeno pronunciamento que fala da OIT e do mercado de trabalho.

Com alegria, o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a tem conquistado não somente a cidade de Canoas, onde nasceu, mas também o Rio Grande do Sul e o Brasil, por esse seu casamento com o trabalho. Assim como o nosso professor Cristovam Buarque é tido hoje como o Sr. Educação, V. Ex^a é o Sr. Trabalho. Acho que é por aí. Eu discordo, em certos aspectos, com Sua Excelência o Presidente da República porque sou muito mais aquilo que diz a palavra de Deus: "Comerás o pão com o suor do teu rosto". Essa é uma mensagem para os governantes que o caminho é o trabalho. O Apóstolo Paulo foi mais severo e disse, mais ou menos assim: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Rui Barbosa está ali porque ele disse que a primazia tem que ser dada ao trabalho e ao trabalhador; o trabalhador vem antes, ele é quem faz as riquezas. V. Ex^a foi muito feliz na defesa e valorização, cada vez mais, do trabalho e a compensação do trabalho.

Eu e Papaléo somos médicos e damos testemunho de que, hoje, na Medicina, na Psiquiatria, uma das maneiras de se curarem doenças mentais nos hospitais psiquiátricos é a terapia ocupacional. Acho que ninguém vai discutir que não houve muita generosidade de Sua Excelência, o Presidente Luiz Inácio, com essa Bolsa Família, mas entendo que o trabalho significa. Elas deviam ser passadas aos prefeitos. Não é que os prefeitos sejam mais capazes, mas eles estão próximos. Daria até um dinheiro a mais, mais dinheiro, com um horário mais livre. Então, eles, que têm um serviço social, encaminhariam essa gente para o trabalho, para o exemplo. O trabalho significa. Vamos dizer: se ele vem do campo, se ele sabe plantar, ele seria jardineiro dos Municípios. Se a mulher é prendada, doméstica, se ocuparia da merenda escolar, fazendo os alimentos. Aqueles homens que não tinham, vamos dizer..., mas tinham uma potência física, poderiam ser vigias, guardas municipais. É preciso encaminhá-los ao trabalho. E, quanto à proposta de V. Ex^a, ela tem suas razões. Mitterrand chegou... O Mario Couto, ele foi um extraordinário Presidente da

França por sete anos. Ele ganhou o primeiro turno e foi para o segundo turno com Giscard d'Estaing, que era do lado de Charles de Gaulle. De repente, para ele ganhar, como tinha muito desemprego na França, ô Paim, ele fez uma matemática simples e ganhou aí. Eram oito horas que o funcionário público precisava cumprir, e ele disse: "No meu governo, vou reduzir uma carga horária. Sendo só um turno, com cinco horas, vão sobrar três horas". Multiplicou e fez voltarem tantos mil empregos, diminuindo o desemprego. Está aí a França aperfeiçoada. Então, temos de aperfeiçoar. Mas eu digo a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, que se cuide, porque querem derrubar o seu projeto – li hoje na mídia muitos artigos –, aquele da Previdência, defendido por V. Ex^a, por este Senado, com a coragem de Mário Couto e de todos nós, a respeito do fator previdenciário. Está havendo uma maquinaria dos interessados para desvirtuar aquele seu projeto do qual fui – e me apresento com muito orgulho – Relator. Vamos atentar para que a Câmara Federal não enterre aquele seu salvador projeto de enterrar o fator previdenciário. V. Ex^a afirmou – e eu acredito – que este é o único país que tem um fator previdenciário. Não podemos ficar na história da humanidade como o país que persegue os velhinhos aposentados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me apenas uma ponderação rápida – vou falar sobre os aposentados no último minuto.

No Brasil, em 30 anos, 100 milhões de pessoas deslocaram-se da área rural para os grandes centros urbanos. Na França, foram 100 anos para haver esse mesmo deslocamento. Essa é uma demonstração de que temos efetivamente de nos preocupar com o número de pessoas que estão na área urbana e querem ter acesso ao mercado de trabalho.

Permita-me, Senador Alvaro Dias, mais um minuto. Senador Mão Santa, informo à Casa que estou remetendo a todos os Senadores e Deputados um documento em que demonstro, com dados, números e argumentos sólidos, que é possível, efetivamente, a Câmara votar e aprovar o fim do fator, como também garantir o reajuste para os aposentados e para os pensionistas. Esses dados, Senador Mão Santa, que estou remetendo, não deixam nenhuma dúvida de que a Previdência resiste, de que é bom para a economia e de que os que não querem essas duas mudanças – este dado eu considero importante – não as querem porque querem que ninguém mais acredite na previdência pública e que pensem que a previdência pública vai virar um salário mínimo. E o que vai acontecer? O cidadão vai para a previdência privada. Ou seja, é o interesse dos grandes bancos, que querem a sua

previdência privada fortalecida e não querem mais a previdência pública.

Então, é natural que eles se movimentem em artigos e plantem essa idéia nos jornais. Eu remeti um artigo a todos os jornais do Brasil. Espero que também reproduzam a outra versão, a versão da verdade dos fatos de alguém que acredita na previdência pública e não quer que a previdência, no Brasil, se torne algo correspondente somente ao valor de um salário mínimo.

Daí todo cidadão vai dizer: "Não, eu não vou pagar a previdência; eu vou caminhar para a previdência privada, porque sobre um salário mínimo eu ganho, mesmo quando eu completar 65 anos, e vou fazer a minha caixinha lá na previdência privada". Mas eu demonstro isso com dados e números.

Termino, Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, dizendo que diversos Senadores me procuraram – e aqui faço o convite a todos –, solicitando que o Presidente Garibaldi marcasse uma reunião com o Presidente da Câmara. E nós iríamos lá, um grupo de Senadores, fazer uma visita ao Arlindo Chinaglia, pedindo que ele coloque em votação – é claro, dialogando com o colégio de Lideres – os dois projetos: o fim do fator e também o reajuste dos aposentados conforme o mínimo.

Tenho certeza de que muita gente no Brasil, acreditando em nós, não está encaminhando a sua aposentadoria, porque quer fazê-lo depois da derrubada do fator. Então, a nossa responsabilidade, de Senadores e Deputados, aumentou em muito. Está-se criando uma verdadeira corrente no Brasil!

Recebi, por exemplo, um documento de uma senhora do interior de Minas Gerais, dizendo que, em sua cidade, estão fazendo uma corrente. Um vizinho diz para o outro, um vizinho diz para o outro, um vizinho diz para o outro: "Vamos aprovar os projetos do fim do fator e a favor do reajuste dos aposentados igual ao salário mínimo".

Sei que virão para cá centenas e centenas de moções de apoio das Câmaras de Vereadores e de sindicatos. Por isso, acho que esse movimento, ao natural, está sendo construído. Não existe ninguém para liderá-lo, a não ser os próprios aposentados e pensionistas, que estão sugerindo idéias para que a gente se movimente aqui dentro do Senado em direção à Câmara, para garantir com rapidez a aprovação dos dois projetos.

Muito obrigado a todos

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Paim, eu queria

ser regimental, então não ia pedir outro aparte. Mas Deus escreve certo por linhas tortas.

Atentai bem. Estou com um livro aqui: *180 Pensamentos e Reflexões de Saint-Exupéry* – é o autor de *O Pequeno Príncipe*: “És eternamente responsável pelo que cativas”; “quem vê bem vê com o coração”; “o essencial é invisível aos olhos”. E eu tinha lido outro livro dele: *Terra de Homens*. Mas o que escreveu este que tenho em mãos é um apaixonado: Francisco Oliveiros Castelon.

Paim, abri o livro e parece que é Deus. Aquilo que você disse sobre o trabalho, o que diz Antoine de Saint-Exupéry: “Mas, sem trabalho, sinto-me miserável, vulnerável, sem estado civil, e não comprehendo mais nada, nada, nada da vida”.

Então, isso aqui é para complementar o sábio discurso de V. Ex^a, enaltecedo o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador João Pedro, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

Depois, terá a palavra o Senador Papaléo Paes, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Alvaro Dias, Sr^s e Srs. Senadores, quero começar minha fala na tarde de hoje concordando com a propositura do Senador Paulo Paim, de constituirmos uma comitiva – e quero me colocar à disposição, Senador Paulo Paim, para incorporar essa comitiva de Senadores, com a liderança do Presidente Garibaldi – e irmos até a Câmara no sentido não só de solicitar a votação, mas de construir o conteúdo das duas matérias, das duas proposituras. Quero me colocar à disposição e registrar meu apoio a esse avanço social, de justiça social com essa parte da nossa população.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador João Pedro, é sobre essa matéria... Concede-me um aparte? É só um minutinho.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Está concedido.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Não posso perder a oportunidade de parabenizar V. Ex^a. Quantas vezes já tivemos pensamentos diferentes, tenho certeza de que a nossa ideologia política não é a mesma, mas quero aproveitar a oportunidade e elogiar a sua sensibilidade, parabenizando-o pelo raciocínio em relação à matéria dos aposentados. O pensamento do Senador Paulo Paim é um pensamento que prolonga o nosso trabalho, nós aprovamos aqui, mas precisamos aprovar na Câmara, e V. Ex^a, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, se sensibiliza com a causa, cheia de

méritos, em favor dos aposentados. Por isso, Senador, eu não poderia perder a oportunidade de parabenizá-lo pelo seu raciocínio, pela sua postura e pelo seu apoio, indo conosco ao Presidente da Câmara para pedir que coloque em pauta, para votação, esse projeto tão cheio de méritos para os aposentados e pensionistas deste País. Parabéns, Senador!

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com certeza.

Sr. Presidente, trago um pronunciamento escrito e espero que o meu tempo dê para registrar todo o discurso elaborado.

Eu poderia fazer um rápido registro, mas, em face do simbolismo de uma reunião que tive, na tarde de sexta-feira, com vários assessores e várias lideranças do Estado do Amazonas, principalmente pesquisadores, onde travamos uma discussão num centro de excelência de pesquisas da Petrobras em Manaus, eu gostaria de falar sobre biodiesel, sobre energia, sobre o dendê, lendo o pronunciamento desse encontro que considero histórico.

Como é do conhecimento desta Casa e do Brasil, a Amazônia Legal possui um território de 5,271 milhões de quilômetros quadrados, que representam 60% do território nacional. Nela juntam-se os Estados do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

O bioma amazônico, o conjunto de flora, fauna e climas próprios, abrange quatro milhões de quilômetros quadrados desse vasto território. Trata-se da maior reserva de floresta tropical do planeta e da mais extensa e menos contaminada bacia hidrográfica e rede fluvial em volume de água do planeta. Do mesmo modo, a Amazônia abriga as maiores reservas minerais do mundo, como a mina de ferro de Carajás, no Pará, e a mina de cassiterita em Presidente Figueiredo, Município bem próximo de Manaus, a capital do Estado do Amazonas.

Na Amazônia também estão localizados campos de petróleo e de gás natural explorados pela Petrobras, mais precisamente os da bacia de Urucu, no Médio Solimões, no Estado do Amazonas. Existem outras reservas comerciais na bacia do rio Purus. A riqueza é imensa lá na Amazônia nesse ponto em que estamos tratando de gás e petróleo.

Os avanços do conhecimento científico sobre as causas da degradação ambiental valorizam, de certo modo, a necessidade de preservação dos ecossistemas da região, cujo funcionamento influencia nas condições climáticas de todo o planeta. Há, por isso, uma forte pressão nacional e internacional pelo controle do uso da floresta, dos rios, dos minérios e dos solos amazônicos.

A preocupação é justa, e dela participa o Governo brasileiro por meio da execução de políticas públicas em parceria com a sociedade: iniciativa privada, terceiro setor e movimento de trabalhadores. Nota-se que essa preocupação procura favorecer o conjunto das populações amazônicas, que, historicamente, tem ficado à margem da riqueza produzida com a exploração dos recursos naturais da região. É histórica essa exploração.

É dever do Poder Público criar condições para que a sustentabilidade ecológica se fortaleça na inclusão social dos que habitam a Amazônia. Penso que, sem a redução da pobreza, sem a melhoria dos índices escolares e sem a garantia dos serviços públicos básicos nas cidades e no campo, será impossível deter as frentes econômicas inescrupulosas que depredam as riquezas da região. A desigualdade social, mensurada na concentração de renda, é, desde quinhentos anos, a principal responsável pela pobreza, pela favorecimento das cidades e pela violência no campo e nas zonas urbanas.

É nesse contexto que, desde o meu primeiro dia de mandato, tenho colaborado com sugestões e ações que almejam o desenvolvimento da Amazônia baseado em princípios econômicos e sociais que priorizem a inclusão social e a redução das desigualdades sociais; que impulsionem o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda em bases ambientalmente sustentáveis; e que reduzam, também, as desigualdades regionais. Tais fatores promovem expansão da cidadania e fortalecem a democracia. (E é bom registrar que o Governo do Presidente Lula tem avançado nas ações de políticas públicas em direção à Amazônia, em direção ao norte do País, mudando a lógica de que essa região é sempre lembrada, é sempre tocada de forma secundária. Historicamente, tem sido assim a relação da República com essa imensa região estratégica do nosso País.)

Articulei, por exemplo, a implantação de um projeto piloto de cultivo de dendê para recuperar terras amazônicas degradadas e improdutivas. Nesse final de semana, participei de uma reunião para tratar do tema, no Centro de Excelência em Estudos Ambientais da Petrobras – CEEAP, em Manaus, com representantes e pesquisadores da Petrobras, da Embrapa da Amazônia Ocidental, da Federação dos Agricultores, da Universidade Federal do Amazonas e do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Realizamos uma reunião bem-sucedida. Primeiro, pela disposição política das instituições em viabilizar o projeto; segundo, porque existe tecnologia nacional, pronta para ser aplicada, que compatibiliza os interesses ambientais, econômicos e sociais. A iniciativa deve

priorizar a agricultura familiar, para que se cumpra a finalidade social desejada pelos parceiros e se corrijam as distorções dos modelos até então excluidentes.

Em outros termos: se cumprirmos o planejamento rigoroso desse empreendimento, demonstraremos para o Brasil e para o mundo os novos caminhos que conduzem a Amazônia a um padrão de desenvolvimento econômico com inclusão social e uso adequado do seu patrimônio natural. No caso do dendê, com a vantagem de recuperação de terras degradadas em razão dos projetos equivocados de ocupação da região, como os relacionados à pecuária intensiva, na década de 1970, que exigiram a derrubada de floresta para a plantação de pastagem.

As terras degradadas, na Amazônia, atingem a marca dos 200 milhões de hectares, área correspondente ao tamanho do território do Estado do Paraná, do Presidente Alvaro Dias, e são fruto dessa ocupação, da colonização dos anos 70, início dos anos 80. Toda essa terra está praticamente imobilizada pela impossibilidade de produzir nos padrões da agricultura praticada atualmente na região.

Srs Senadoras, Srs. Senadores, a Embrapa da Amazônia Ocidental, com sede em Manaus, possui um dos maiores bancos de sementes de dendê do mundo, com capacidade para produzir até um milhão de mudas por ano. A maior parte dessa produção é vendida para o exterior, principalmente para a Colômbia. Os pesquisadores brasileiros desenvolveram, no decorrer dos últimos dez anos, espécies que se adaptam e produzem com eficácia no ambiente amazônico.

As pesquisas indicam também que o dendê é um excelente fixador de carbono, função que contribui para a redução dos gases tóxicos responsáveis pelo aquecimento global. O dendê possui maior produtividade em menor espaço de plantio em relação à soja e à cana-de-açúcar. Quem diz isso é a pesquisa, quem diz isso é a Embrapa, sobre o poder de fixação de carbono que tem o dendê.

Quero fazer um parêntese para dizer que a Embrapa tem méritos e que precisa ser reconhecida. Quando falo da Embrapa, quero falar dos seus pesquisadores que estão lá na floresta, que estão lá na Amazônia, pesquisando e estudando nesses últimos 25 anos, quase 30 anos de pesquisa.

O dendê, além da fixação do carbono, tem ainda a capacidade de proteger o solo, porque se trata de uma cultura permanente. O dendê se destaca como cultura viável também pela possibilidade de se transformar em vários subprodutos comestíveis, em cosméticos e em biocombustíveis. Trata-se, portanto, de uma cultura de ampla viabilidade econômica em território amazônico,

como já está demonstrado em empreendimentos bem-sucedidos no Estado do Pará.

Aqui faço um parêntese para informar que a Petrobras assegura a compra de toda a produção não só do etanol, mas também do biodiesel proveniente do dendê, desde que essa produção atenda as exigências de controle ambiental preconizadas pela companhia.

O experimento da Embrapa, realizado em área degradada nas proximidades de Manaus, aponta que o cultivo do dendê consorciado com culturas de curto ciclo, como mandioca, banana, maracujá e abacaxi, é o melhor método para beneficiar os pequenos agricultores. O dendezeiro começa a produzir comercialmente a partir do quarto ano de idade. Nesse período, o pequeno agricultor pode manter-se com os recursos conseguidos com as plantações de safras rápidas, de curto ciclo, Sr. Presidente.

O plantio do dendê é adequado à realidade da agricultura familiar, porque tem alta produtividade, em torno de quatro a seis toneladas por hectare/ano; necessita de baixa mecanização; exige baixo custo de produção, US\$200 a US\$280 por tonelada, de acordo com estudos da Embrapa com agricultura familiar; tem mercado garantido e produção bem remunerada. As plantações produzem por 25 anos de forma ininterrupta.

Minha intenção, agora compartilhada pela Petrobras, pela Embrapa, pelo Incra, pela Federação dos Trabalhadores Rurais do Amazonas (Fetagri) e demais instituições é de estabelecermos metas que viabilizem esse projeto piloto em menor espaço de tempo possível. Quero atuar como indutor nesse processo, que deve contar com a participação dos diversos segmentos sociais e do próprio Governo na construção de mecanismos interinstitucionais que viabilizem projetos de inclusão social com responsabilidade ambiental.

Sr. Presidente, quero chamar atenção para dizer que nós precisamos gerar renda, ter responsabilidade ambiental, ter responsabilidade social e, com esse padrão de responsabilidade, aplicar as tecnologias devidamente estudadas e comprovadas.

Quero dizer que precisamos construir esse ambiente para gerar renda, incluir famílias, incluir trabalhadores e trabalhadoras nesse processo. Eu não concebo a necessidade de geração de emprego, a necessidade de geração de renda na Amazônia com a Embrapa, com uma instituição tão renomada, com o Banco da Amazônia na nossa região, com o mundo exigindo energia sem poluentes. E nós podemos produzir uma energia de boa qualidade ambiental e ecologicamente correta a partir da aplicabilidade da semente do dendê, do cultivo do dendê.

Falo aqui principalmente chamando a atenção para o fato de que é possível nós fazermos este trabalho: produzir o biodiesel na região da Amazônia sem tocar fogo, sem derrubar a floresta.

Eu quero chamar a atenção porque estou trabalhando esse projeto no sentido de nós aplicarmos a tecnologia da Embrapa nas áreas que foram e que estão degradadas na Amazônia. E dei um exemplo aqui que são dados da pesquisa de campo: são 200 milhões de hectares que foram degradados nesses últimos anos, por conta de uma concepção de colonização lá na Amazônia, principalmente nos anos 70. É preciso mudar, é preciso romper, é preciso ter coragem para romper com essa prática na Amazônia. Na Amazônia, não se pode derrubar nenhuma árvore se não for resultado do manejo, das tecnologias já devidamente comprovadas.

É possível nós trabalharmos a Amazônia, Senador Mão Santa, eliminando essa agressão, o crime, a irresponsabilidade de derrubar a floresta, atendendo apenas uma política imediatista, a política de terra arrasada. Então, eu estou trazendo esta preocupação.

Eu quero destacar aqui os pesquisadores que participaram dessa reunião. Refiro-me ao Diretor Executivo de Energias Alternativas da Petrobras, Sr. Mozart Queiroz, que é funcionário da Petrobras; ao Professor Carlos Edivar Freitas e à professora Terezinha Fraxe, pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas; ao Dr. Fernando Lopes, que é Coordenador do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais, DNPM; ao Dr. Maziano Pantoja; ao Dr. Paulo Gustavo, Professor e Doutor, Coordenador-Geral do Centro de Excelência Ambiental da Petrobras. Quero dizer da minha alegria de ter tido, nessa reunião, a participação do Secretário de Ciência e Tecnologia do Amazonas, Secretário de Estado, Professor José Aldemir de Oliveira; a representante dos trabalhadores rurais, Presidente da Fetagri, Srª Izete Rabello; a Srª Maria do Rosário, Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, da Embrapa, do Amazonas. Quero dizer, então, da minha satisfação pela participação dessas autoridades nessa reunião, na tarde de sexta-feira, no Centro de Excelência da Petrobras, lá em Manaus.

Sr. Presidente, para finalizar, sei perfeitamente dos limites para tratar um assunto dessa natureza em termos de Amazônia; sei dos compromissos inarredáveis da Petrobras em respeito à questão ambiental e aos trabalhos que realiza lá na Amazônia. Mas faço aqui este apelo no sentido de nós combinarmos a geração de renda, a geração de emprego, o trabalho na Amazônia com o padrão de sustentabilidade em respeito à questão ambiental. É possível nós trabalharmos na Amazônia, levando em consideração to-

dos esses elementos, e termos vida com dignidade, e termos cidadania.

Então, encerro aqui este discurso, chamando a atenção para a importância de trabalharmos na Amazônia com um padrão elevado de respeito ambiental, mas com compromisso econômico e social, principalmente com essa imensa população que compõe a economia familiar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senador João Pedro.

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, por permuta com a Senadora Rosalba Ciarlini. V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na semana passada, mais exatamente nos dias 10 e 11 de abril, realizou-se em Macapá o 6º Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, um evento, Sr. Presidente, da mais alta relevância; um evento, na verdade, de grande significado estratégico para o nosso país.

O Parlamento Amazônico, Sr^{as}s e Srs. Senadores, foi criado em 2003 e é constituído por Deputados Estaduais de todas as unidades da Federação que integram a Amazônia Legal. Lá estão, portanto, representantes do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins, aos quais se juntam também representantes do Estado de Goiás.

Mas qual é o sentido dessa representação? Por que estou afirmando, com tanta convicção, que ela se reveste de extraordinária importância? Afinal, sempre se poderia argumentar, para negar-lhe a condição de indispensável, que existem outras instâncias para tratar da questão amazônica.

É fato, Sr. Presidente, que existem. Temos, por um lado, o Parlamaz, o Parlamento Amazônico, criado nos anos 80 do século passado, que reúne os oito países da região: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. E temos a OTCA, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que foi criada em 2003 com o propósito de implementar o Tratado de Cooperação Amazônica, também firmado pelos oito países. São duas instâncias de mérito inquestionável. Penso até que podem contribuir de maneira decisiva para o desenvolvimento da Região Amazônica.

Ainda assim, Sr^{as}s e Srs. Senadores, existe um espaço muito singular que pode e deve ser ocupado pelo Parlamento Amazônico Brasileiro. Em primeiro lugar, é fácil constatar que tanto o Parlamaz como a OTCA não são instituições ainda devidamente consolidadas. O Parlamaz atuou com algum dinamismo des-

de a sua criação até 2001. De lá para cá, porém, seu papel foi sendo esvaziado, a tal ponto que, no final do ano passado, quatro países não tinham nem sequer representantes formalmente indicados.

Quanto à chamada Cooperação Amazônica, não se pode dizer que esteja andando em ritmo acelerado. Basta ver que entre a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, em 1978, e a constituição da OTCA, em 2003, passaram-se 25 anos. Além disso, a atuação da OTCA tem foco no desenvolvimento sustentável, na preservação do meio ambiente e no uso racional dos recursos naturais, um foco importantíssimo, é verdade, seguramente, o mais relevante, mas que não contempla todas as nuances da questão amazônica, nuances que envolvem, por exemplo, conceitos como o de soberania e de defesa nacional.

Falo em soberania, falo em defesa nacional e chego àquele que, seguramente, é o principal argumento a favor do Parlamento Amazônico 100% brasileiro: tanto Parlamaz como a OTCA, já vimos, são instituições sul-americanas; sua visão, portanto, é a visão de um conjunto de nações.

Ora, nessas condições, quem se encarregaria de fazer uma abordagem da questão que fosse atenta, acima de tudo, aos interesses do nosso País? É aqui, exatamente aqui, que se evidencia a essencialidade do Parlamento Amazônico Brasileiro.

A Amazônia Legal, Sr. Presidente – e veja que me refiro à porção da área pertencente ao Brasil –, tem 5,2 milhões de quilômetros quadrados e representa mais de 60% do território nacional. Sua área, Senador Mão Santa – veja só que grandeza –, equivale, por exemplo, a sete vezes a área da França. Não podemos deixar, pois, que discussões e tratativas sobre o destino desse imenso território se processsem em instâncias supranacionais sem que tenhamos, ao mesmo tempo, as nossas instâncias, que são aquelas constituídas exclusivamente por cidadãos brasileiros.

Ademais, sempre é bom lembrar que 85% da Região Amazônica estão situados em solo brasileiro. Os demais países, somados, têm apenas 15% da Amazônia. Ou seja, se há um país que não deve ter medo de considerar a questão amazônica sob uma perspectiva mais nacional do que continental, este País é o Brasil.

De modo, Sr. Presidente, que não pode haver dúvida. Há que se reforçar, sim, o papel do Parlamento Amazônico Brasileiro. Há que se conceder ao Parlamento Amazônico Brasileiro o prestígio, a atenção e os recursos necessários ao bom desempenho de suas atribuições.

Felizmente, parece que caminhamos, no momento atual, para a plena conscientização sobre a relevância

do tema. E o sucesso do encontro realizado em Macapá, capital do meu Estado, o Amapá, só corrobora essa impressão.

No encontro, como era de se prever, a pauta foi riquíssima. Foram abordadas as mais diversas questões relacionadas ao futuro da Região Amazônica, discussões que seguramente serão de grande serventia para todos aqueles que têm a responsabilidade de traçar os destinos da região.

Enfim, Sr. Presidente, penso que estamos no caminho certo. O Parlamento Amazônico vai-se consolidando gradualmente como um importantíssimo fórum de debate sobre o futuro daquela enorme porção de nosso território, uma área – sabemos todos – que é alvo da cobiça internacional e à qual devemos estar permanentemente atentos.

Por tudo isso, pelo sucesso do encontro de Macapá e pelo crescente prestígio da instituição, quero cumprimentar aqueles brasileiros que, seja como representantes, seja como colaboradores, estão construindo o Parlamento Amazônico Brasileiro. Sua atuação – estejam certos – tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento da Região Amazônica e do Brasil.

Quero cumprimentar, Sr. Presidente, de modo especial, o Deputado Jorge Amanajás, que, por sinal, pertence aos quadros do PSDB do Estado do Amapá, que presidiu o Parlamento Amazônico desde maio de 2005 até o encontro de Macapá. Ele merece, sim, os nossos parabéns pelo belíssimo trabalho realizado.

E quero cumprimentar também, de modo especial, seu conterrâneo, Senador Mário Couto, o Deputado Domingos Juvenil, que tomou posse naquele evento como o novo presidente da entidade. Um amapaense passou a função para um paraense, e tenho certeza de que suas realizações serão igualmente dignas de louvor.

Então, com este discurso que faço engrandecendo e mostrando a realidade da nossa Amazônia, constatada ali pelo Parlamento Amazônico Brasileiro, quero aproveitar para chamar a atenção principalmente para aquela área, da qual falei aqui no meu discurso, muito cobiçada – e é muito cobiçada sim. Hoje temos certeza absoluta, mais do que convicção, de que a Amazônia precisa ser olhada com melhores olhos pelos próprios brasileiros, principalmente pelas autoridades brasileiras.

Digo isso, Senador Geraldo Mesquita Júnior, com conhecimento de causa, pois lá convivemos por 30 anos – 28 anos de Estado do Amapá e o restante de Estado do Pará. Então, hoje, vemos que isto é uma realidade: são principalmente olheiros, bisbilhoteiros e organizações representadas por algumas ONGs cons-

tituídas com o intuito de conhecer o solo, o subsolo, a estrutura geográfica da nossa região com profundidade, para, depois, fazerem explorações indevidas. O País deveria prestar muito mais atenção para essa condição a que está sujeita a Amazônia, uma vez que nós brasileiros temos um conhecimento praticamente insignificante dessa região em relação a essas organizações que vêm para o País com a intenção de bisbilhotar, de conhecer para explorar, além de manterem uma estrutura material e tecnológica que realmente faz com que, a cada dia, fiquemos mais preocupados com a situação da Amazônia. Essa situação nos leva a crer que o poder público nacional, que a soberania nacional está sendo usurpada por não tomarmos, nós mesmos, por meio das autoridades cabíveis, aquelas que têm autoridade de promover a proteção da Amazônia, medidas necessárias nesse sentido.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Papaléo Paes, fui convidado a participar, como observador, da reunião do Parlamento Amazônico, cuja referência V. Ex^a acabou de fazer. Mas, infelizmente, em razão de outros compromissos, não pude me fazer presente. Mas seu discurso me chama a atenção para um aspecto que me prendeu muito quando decidi me vincular ao Parlamento do Mercosul. Senado Papaléo, vou lhe dizer a principal razão que me fez querer participar daquele fórum – e hoje sou um dos Parlamentares brasileiros dentre 18 membros do Parlamento do Mercosul. Foi a Amazônia. Primeiro, para quebrar um pouco, no bom sentido... Aqui não vai nenhuma crítica. É claro que o Mercosul se iniciou ali pelo sul, com questões relativas à região. Mas tanto o Mercosul quanto o Parlamento do Mercosul dizem respeito ao País inteiro, e não só aos Estados-Membros da Região Sul do nosso País. Nossa preocupação, minha preocupação em particular, ao querer fazer parte daquele importante organismo – vou falar sobre ele ainda hoje, agora à tarde –, é chamar a atenção para nós amazônicas do norte. Temos bens e produtos, uma economia que pode ser integrada ao Mercosul, e ainda não é no nível que deve ser, Senador Papaléo. E seu discurso me deu essa oportunidade de lembrar que nossa presença no Parlamento do Mercosul se originou da preocupação de chamar atenção para a integração de toda aquela região amazônica, aliás de todo o País, no contexto do Mercosul e agora no contexto do Parlamento do Mercosul, com as duas preocupações: a integração econômica, política e social e a preocupação com o cuidado que devemos ter no trato com aquela região tão importante não só para o País, mas para o mundo. Então, parabenizo V. Ex^a por trazer esses assun-

tos, Senador Papaléo. O Parlamento brasileiro precisa acordar para esses assuntos que dizem respeito à integração com os demais países. Está aí a Venezuela em processo de ingresso tanto no Mercosul como no Parlamento do Mercosul. Creio que não se trata do ingresso do Presidente Chávez, mas da Venezuela, o que automaticamente puxará a preocupação para a nossa região, porque a Venezuela está ao norte, faz fronteira e faz parte da Amazônia inclusive. Creio que V. Ex^a, ao trazer esse tipo de preocupação ao Plenário, alerta esta Casa para a necessidade de estarmos nos voltando permanentemente para assuntos dessa natureza. Esses fóruns regionais são constituídos com o propósito de cuidar, com o foco mais adequado, mais preciso, dessas questões tão importantes não só para a Amazônia, como para todos os países que nos cercam aqui. Fazemos fronteira com diversos países latino-americanos e precisamos trabalhar intensamente a questão da integração regional. A Amazônia está no centro disso tudo. Não se iluda, Senador. Ninguém pode iludir-se com isso. A Amazônia está no centro disso tudo. E, quando tivermos a absoluta integração desses organismos, vamos precisar fazer com que eles tratem com muito cuidado da questão da Amazônia, dos povos que ali vivem, da sua economia, da maneira como nos organizamos social e politicamente. Parabéns pelo seu brilhante discurso!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a as palavras, que incorporo ao meu pronunciamento. Parabenizo V. Ex^a pela sua participação. Já obtive informações dos próprios companheiros Senadores no Parlamento do Mercosul. Realmente, como V. Ex^a disse, sua intenção quanto ao ingresso foi realmente em face de uma de suas preocupações, que é a Amazônia. Isso nos fortalece muito porque temos a obrigação de fazer esse movimento político. Que o Poder Executivo do País faça sua parte também protegendo nossas florestas, nossa fauna e flora e nossas fronteiras, principalmente quanto às questões do narcotráfico e das Farc, para evitarmos ações guerrilheiras de narcotraficantes no nosso solo, principalmente na nossa Amazônia.

Senador Geraldo Mesquita, nós procuramos sempre – e isso serve para nossa reflexão –, por ideologia, até certo ponto por nossa ingenuidade, por nossa boa vontade e pela falta de convivência com aqueles de má-fé, desconsiderar algumas situações.

Eu vejo que o Senador Mozarildo está para lá, para Roraima, bem como outros Senadores estão para lá. Qual é o problema? A divisão de terras indígenas. Hoje, nós temos de nos atualizar, nós temos de ver qual, realmente, a necessidade de área de preservação indígena. Os índios têm direito, têm total direito.

Eles eram os donos do Brasil. Quando nós nascemos, eles já eram os donos do Brasil. Mas temos de analisar, profundamente, o que há por trás disso, quais são os outros interesses.

Hoje, a maioria dos povos indígenas está civilizada, poucos precisam da caça. Quer dizer, já estão bastante modernizados a ponto de discutirmos, em um grande debate, qual é realmente a necessidade deles e o que deve estar por trás disso. Lá no Amapá, nós tínhamos a presença de ONGs. Nenhum de nós entrava nas terras indígenas, mas essas ONGs entravam, porque levavam uns espelhinhos e exploravam e contrabandeavam minérios do Amapá. Quer dizer, isso aí... Tinha até uma francesa, cujo nome já foi investigado. Mas as coisas assim importantes vão ficando por isso mesmo, principalmente quando envolvem riquezas.

Então, tudo isso nós temos de discutir. Olhei ali para o lugar do Senador Mozarildo e me lembrei que ele está verificando essa situação lá no Estado de Roraima. E, acima de tudo, isso: nós temos de adaptar a ocupação das terras, não nos esquecendo que os povos indígenas são os donos das terras, mas também têm que saber dividir a terra porque todos nós somos brasileiros.

Pois não, Senador.

O Sr. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)

– V. Ex^a me permite, mais uma vez? V. Ex^a citou o Senador Mozarildo. Pena que S. Ex^a não esteja aqui. Vim hoje com o propósito de sugerir ao Senador Mozarildo, a exemplo do que fez o Senador Eduardo Suplicy e outros parlamentares, a realização neste plenário de um grande debate sobre a questão que hoje povoia a mente da população de Roraima e do País inteiro, que têm a atenção focada naquilo lá. São destacamentos da Polícia Federal, índios, arrozeiros. É uma confusão danada. Precisamos trazer esse assunto aqui para o plenário do Senado. O Senador Eduardo Suplicy, pouco tempo atrás, sugeriu – e foi aprovada – a realização de uma grande audiência pública para tratar da questão da transposição das águas do rio São Francisco. Foi uma sessão bonita, acalorada, com muita discussão. Creio que deva ter clareado o pensamento de muitos. Acho que esse é também um assunto de absoluta relevância que deveria ser trazido ao plenário do Senado Federal para que o discutíssemos com profundidade. Traremos aqui todos os que estão envolvidos com essa questão, para que esse assunto seja cabalmente esclarecido e para que não pairem dúvidas para a população brasileira, bem como para todos nós, parlamentares. Alguns, inclusive, estão com dúvidas ainda acerca da questão. Portanto, peço a sua ajuda no sentido de falarmos com o Senador Mozarildo para que, a exemplo

do que foi feito com relação à transposição das águas do São Francisco, façamos aqui um grande debate sobre esse imbróglio, essa questão que hoje se instalou no Estado do Roraima.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Concordo com V. Ex^a. Vamos conversar com o Senador Mozarildo, todos nós, para fazermos esse procedimento que será extremamente útil para o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mário Couto.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – O próximo orador inscrito, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti, é o Senador Álvaro Dias.

Senador, V. Ex^a permite que eu leia duas comunicações ao Plenário?

A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que está convocada sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, terça-feira, dia 15 do corrente, às dez horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil e a agraciar, com a Ordem do Congresso Nacional, Sua Exceléncia a Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA) – A outra comunicação.

A Presidência comunica ao Plenário que o Senado Federal recepcionará a Sr^a Prathiba Patil, Presidente da Índia, amanhã, dia 15 de abril, às 15 horas, quando a sessão será interrompida, nos termos do **caput** do art. 199 do Regimento Interno, para recepção de Sua Exceléncia.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que nos cedeu seu tempo, já que está em Roraima, cuidando dos interesses do seu Estado.

Incialmente quero dizer, Presidente Mário Couto, que não pretendo hoje abordar o assunto dossiê nem mesmo cartões corporativos, embora esse assunto seja importante, não se tenha esgotado e certamente voltará durante esta semana para debate nesta Casa. Eu próprio, Senador Geraldo Mesquita, pretendo retornar a esta tribuna para fazer pronunciamento a respeito dessa questão que abala a credibilidade do Governo de forma irreversível.

Hoje, no entanto, Presidente Mário Couto, pretendo discorrer sobre os entraves ao crescimento econômico brasileiro, que têm sido, ao longo dos tempos, objeto dos mais variados estudos. Eu gostaria de fazer referência ao mais recente estudo da Consultoria Macroplan, especializada em análises prospectivas.

Os principais entraves ao nosso crescimento elencados no estudo da Macroplan ratificam estudos e análises anteriores. Vamos lá:

- excessiva burocracia, irradiando seus efeitos deletérios sobre o ambiente de negócios e inibindo o empreendedorismo;
- os baixos níveis de escolaridade e de capacitação da população, influenciando de forma negativa a produtividade do fator trabalho;
- o baixo nível de investimentos em infraestrutura, contribuindo para o desgaste dos modais de transporte e limitação de oferta e distribuição de energia;
- por fim, a elevada carga tributária combinada com forte expansão e má qualidade do gasto público.

Eu acrescento, Sr. Presidente, que concordo com os itens elencados pela Consultoria Macroplan, mas creio que falta um item fundamental: a corrupção. Não há nenhuma dúvida de que a corrupção é, ao lado da carga tributária exorbitante, o entrave maior ao crescimento econômico do País. Todos esses fatos aqui elencados contribuem, mas certamente a contribuição maior é proveniente da carga tributária e da corrupção. São duas pragas que assolam o País, inibindo o crescimento econômico do Brasil.

Não é por outra razão que o nosso País tem alcançado índices inferiores de crescimento econômico se estabelecermos como parâmetro o crescimento dos demais países emergentes.

Nós já cansamos de repetir que, em que pese a festa que fazem os governistas quando os índices de crescimento econômico são anunciados pela imprensa brasileira, nós só estamos crescendo mais do que o pobre Haiti, perdendo para todos os demais países.

A corrupção é, sim, causa transcendental a impedir o crescimento econômico do Brasil porque, lastimavelmente, muitos dos que governam assimilaram a corrupção, convivem com ela, a consideram inevitável, colocam-se na trincheira dos impotentes no combate ao mal que é a corrupção. Preferem a omissão, a cônivência e se tornam cúmplices dela. São envolvidos por ela. Obviamente isso produz rombos enormes nos cofres públicos da Nação, refletindo na ausência de investimentos essenciais, sobretudo em obras estrutu-

rantes, que significam a preparação do País para um crescimento maior no futuro.

Sabemos que grandes grupos econômicos não investem no País em razão desse cenário de deterioração. Aliás, Senador Mário Couto, é bom frisar que se não fosse a capacidade de investigar da nossa imprensa, não fosse o jornalismo investigativo, essa degradação da estrutura da Administração Pública brasileira seria ainda maior. Não é por outra razão que muitos combatem o sigilo da fonte, porque os jornalistas que investigam se valem quase sempre de fontes privilegiadas para a elaboração das matérias que produzem grande impacto na sociedade brasileira.

Mas volto ao tema.

Ao listar que as despesas correntes do Governo Federal tiveram um crescimento de 94% nos últimos cinco anos, enquanto o crescimento nominal do PIB no mesmo período foi de 73%, a Macroplan considerou que o cenário mais factível (entre os quatro que traçou) é o do “Crescimento Inercial” em contraposição ao mais otimista e improvável deles: “Salto para o futuro”, no qual seriam realizadas reformas estruturais que garantiriam um crescimento econômico consolidado e permanente.

Na análise prospectiva do nosso crescimento econômico, outro cenário descrito como de baixa probabilidade de se realizar é o “Travessia na Turbulência”. O mais pessimista dos cenários previstos no estudo é o intitulado “Baleia Encalhada”.

Aliás, a estrutura da Administração Pública federal no Brasil, engordada durante o Governo Lula, nos faz lembrar de uma baleia encalhada mesmo, Senador Mário Couto. Enquanto este País não cuidar de promover uma reforma administrativa que elimine a superposição de ação, os paralelismos estruturais com gastos desnecessários, supérfluos mesmos, nós teremos a “baleia encalhada” no cenário mundial.

O contorno desse cenário nos levaria, a bordo de um projeto neopopulista similar aos dos países do nosso entorno regional, de volta para o passado de uma economia ineficiente e descontrolada, a era anterior ao Plano Real.

Bom abrir parêntese e dizer que o Presidente Lula colhe frutos generosos produzidos pelo Plano Real, idealizado a partir de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. É bom registrar que essa foi a herança bendita recebida pelo Presidente Lula. Não fosse isso, certamente, as turbulências inflacionárias sobretudo estariam a atormentar o povo brasileiro.

O cenário considerado mais plausível, portanto – “Crescimento Inercial” – prevê entre outras hipóteses: expansão do gasto público e equilíbrio fiscal sendo mantidos via contenção de investimentos e aumento

da arrecadação de tributário. É o que vem ocorrendo no Governo Lula. Gasto público crescente, equilíbrio fiscal mantido com a contenção dos investimentos especialmente em obras de infra-estrutura. Mas não na área social; na área social, com a política assistencialista, sobretudo, se mantêm os investimentos significativos, mas eles são reduzidos em determinados setores de importância, como saúde, segurança pública, educação e principalmente em obras de infra-estrutura, já que o que o Brasil vem investindo nesse setor significa a plantação de um apagão logístico a médio ou longo prazo. Se não houver inversão de expectativa em relação a esse procedimento mantido nos últimos anos pelo Governo do Presidente Lula, nós teremos, sim, seriíssimos problemas no futuro, seriíssimos problemas logísticos no futuro. Esses problemas que tivemos e que ainda continuamos a ter no espaço aéreo brasileiro, nós teremos também no espaço terrestre, em várias áreas: energia elétrica, portos, além dos aeroportos, evidentemente, estradas, enfim, escoamento de produção e exportação dos nossos produtos.

E o gasto público, no que diz respeito a despesas correntes, custeio da máquina, eleva-se de forma assustadora. Não se dá um basta a este processo irresponsável de gastança desenfreada no Governo do Presidente Lula. E é evidente que a outra consequência é sempre a tentativa de aumentar impostos, como assistimos durante esses anos todos.

Os cenários são elaborados para reduzir o grau de incerteza sobre o futuro e balizar as ações para a elaboração de um projeto nacional de longo prazo. O que falta ao Brasil, Senadores Geraldo Mesquita e Mão Santa, é um projeto de longo prazo, porque o Governo do PT não tem projeto de futuro para o País, tem apenas o projeto de poder, calcado no interesse eleitoreiro, inclusive com antecipação do processo sucessório, a meu ver irresponsavelmente deflagrado por quem? Pelo Presidente da República, o último que poderíamos esperar pudesse deflagrar o processo sucessório com tanta antecedência. Ele deveria ser o primeiro a retardar esse processo e não o primeiro a antecipá-lo.

Os cenários são elaborados para reduzir esse grau de incerteza sobre o futuro e balizar – eu repito – as ações para a elaboração de um projeto nacional de longo prazo.

O Brasil carece disso. Lamentavelmente, não há por parte do Governo nenhuma sinalização que nos permita visualizar um projeto para o País. Esperamos que o debate da sucessão presidencial alcance este nível em que se discutirá, sobretudo, um projeto de Nação, um projeto que possa despertar na população brasileira as esperanças de que este País se viabiliza-

rá, para transformar a vida de cada um na vida digna que todos almejam.

Os cenários apresentados no presente estudo, bem como as situações descritas, não pretendem ser previsões do futuro, mas simplesmente marcos de referência para um exercício de reflexão coletiva sobre o futuro desejado para o nosso País.

A gestão pública precisa incorporar o planejamento estratégico ao seu cotidiano. Os contornos descritos no cenário mais pessimista desse trabalho – “A baleia encalhada” – precisam ser analisados com atenção. Ele foi considerado o segundo mais provável. Isso serve de alerta. O Senador Mão Santa diria: “Atentai bem, brasileiros”. A baleia está encalhada. É preciso desencalhar essa baleia com reformas fundamentais e a formulação de um projeto de nação. Espero que os pretendentes a presidente da República começem a se preocupar com isso, já que, pelo menos da nossa parte, não há esperanças, nem poentes nem nascentes, porque esperança nunca tivemos em relação a este Governo no que diz respeito à visão estratégica de futuro.

Não tem ele um quadro técnico capaz de formalizar um projeto tendo em vista a necessidade de olhar o Brasil com visão estratégica de futuro. O que há aí é outra coisa muito distante desses parâmetros.

Alguns elementos presentes nesse cenário, a desaceleração da economia mundial em razão do aprofundamento da recessão americana, deflagrando uma crise de confiança no mercado financeiro internacional. O crescimento da China experimenta redução expressiva e há um significativo decréscimo da demanda mundial por produtos brasileiros.

O Brasil reage à crise mantendo a expansão do gasto público, especialmente de custeio, como já referimos. As metas de superávit primário são abandonadas e cresce o esforço para aumentar a arrecadação de tributos. Na esteira desses e de outros fatores, a taxa de investimento declina e se acentuam os problemas de governabilidade mantida em bases fisiológicas sob a égide de baixos padrões de desempenho da gestão pública.

Sr. Presidente, é fácil indicar os parâmetros que alimentam a tese de estarmos sob a égide de um Governo com baixos padrões de eficiência. Basta ouvir o Presidente da República no seu programa de rádio matinal, como ocorreu hoje, transferindo a responsabilidade da dengue aos prefeitos municipais, quando ele deveria assumir a responsabilidade, já que o Governo Federal só consumiu 31% dos recursos que estavam aprovados para prevenção no que diz respeito à dengue.

É mais confortável para o Presidente transferir a responsabilidade.

A impressão que sempre tive pelo fato de o Governo não repassar ao setor de saúde pública os recursos necessários é a de que esta é a opinião governamental: só se beneficiam de eventuais serviços competentes na área de saúde pública os prefeitos municipais. Por isso, o Governo não repassa os recursos, já que pensa muito em pesquisa de opinião pública, em ibope; pensa muito em voto, em eleição; está sempre no palanque eleitoral. Investir naquilo que não oferece retorno ao Presidente, não. Se o retorno político somará para os prefeitos municipais, eles que busquem recursos. É a impressão que fica do comportamento do Governo Federal. Não é o prefeito que é beneficiado; o beneficiado é o povo brasileiro. Cabe ao Governo estabelecer prioridades em razão do interesse público, verificando a relação custo/benefício do investimento público realizado. Na verdade, não é o prefeito o beneficiado maior; o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, é uma questão de postura adotada pelo Governo. Por essa razão, nós nos referimos anteriormente às esperanças que foram sepultadas desde o início da administração do Presidente Lula, já no momento em que ele constituía a sua equipe com quadros inferiores, se estabelecermos compatibilização com os problemas nacionais, que são superiores.

Portanto, esperanças nunca tivemos. Resta-nos sempre, quando se aproxima o processo eleitoral, recuperá-las. Olhem que é cedo, mas o Presidente da República antecipou o processo. Já que ele o antecipou, vamos utilizar essa antecipação de forma produtiva e positiva no interesse do País. Já que se fala em eleição presidencial, que aqueles que postulam a Presidência da República saibam estabelecer prioridades e busquem, desde já, estudar, refletir, pesquisar, investigar e compor equipe para a elaboração de um projeto de nação, porque é isso que o povo brasileiro exige, é disso que necessita e é a isso que tem direito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Couto. PSDB – PA)

– O próximo orador inscrito é o Senador Mão Santa, que dispõe de 20 minutos iniciais. Posteriormente, falará o Senador Geraldo Mesquita e, depois, o Senador Mário Couto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mário Couto, que preside esta sessão do Senado da República de segunda-feira, Parlamentares presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado: a televisão, a Rádio AM, a FM, o *Jornal do Senado*.

Senador Mário Couto, Senador Geraldo Mesquita, Brasília toda nos encanta.

Quando estudávamos, este País tinha escolas muito boas. Este País se organizou e tal e durante seus 508 anos passou por várias fases: capitâncias hereditárias; governos gerais; a República; os reis; as repúblicas; a princesa; o período de exceção da democracia civil, Vargas estadista, a redemocratização, a volta dele nos braços do povo, da democracia; dificuldades da própria democracia; o período militar; a volta. E nós participamos, conhecemos, pelo estudo, que esta sempre foi uma Pátria muito bem organizada.

Pedro II governou este País 49 anos. Ele ia assistir aula no Colégio Pedro II. A biografia dele é uma das mais belas. Ele não viajava muito não. Em 49 anos, ele só fez três viagens. Sei que era mais complexo, mas ele só fez três, uma para a América, uma para a Europa e outra lá para o lado Oriente, do Egito.

O próprio Getúlio Dornelles Vargas, grande estadista, governou este País 19 anos – 5 no regime de exceção; depois 4 anos. – e fez poucas viagens. Vinham – Franklin Delano Roosevelt veio duas vezes – ouvir Getúlio Vargas. Eles vinham mais ouvir Getúlio do que... Um estadista, essa organização toda cada vez nos cativa mais.

Então o que tenho que dizer é que somos do tempo em que estudávamos o mapa do Brasil e víamos um quadradinho, onde se lia “aqui, vai ser construída Brasília. Um quadradinho, não é, Mario Couto? Você é desse tempo? Todo mapa... sonho velho de Pedro II, centralizar... E Juscelino teve essa decisão.

Mas atentai bem, ele fez isso, ô Adelmir Santana, em mil dias. Mil dias! Olhe como não acontece nada; só cacarejamento, só cacarejamento aí e tal. Dizem que lá na minha cidade tem um aeroporto internacional. Eu acabei de convidar o Geraldo Mesquita para ser homenageado no Dia do Trabalho. Um órgão de comunicação e a OAB também pediram que eu o convidasse. Vamos ter que fretar um “bichim”, como quando nós fomos para Uruçuí, V. Ex^a viu... Na minha cidade os descarados dizem que tem vôo internacional.

Não tem não. Tudo é mentira. Não tem mais nem teco-teco. Porque eu e o Heráclito conseguimos colocar a Ocean Air. Eu era menino. Aí o Governo usou e não pagou as passagens, tiraram. Depois, houve outra tentativa, e foi a mesma coisa. Então, como se mente assim! Calma! tem limite! Isso não é... Não tem.

Eu era menino, saía para o Rio de Janeiro, pelo aeroporto. Lembro-me de que tinha – até vou brincar com o seu Estado – a Panair, Aerovias. A gente saía pousando. Era bom porque aprendímos geografia. Saía de Parnaíba, Teresina, ia para Natal, Recife, Aracaju, Salvador, por essas capitais todinhas. Acabava

chegando ao Rio de Janeiro. E era a Panair, Aerovias, Aeroar, Aeronorte, que eram as do tempo. Tinha uma paraense. Sabe qual era o apelido – desculpe aí? Era a Paraense Transporte Aéreo, que a turma chamava de PTA: Prepara a Tua Alma. Porque de vez em quando caía. (Risos) Mas tinha e não tem mais.

Assim é demais, ô Mário Couto. Esse negócio de mentira, não... Aeroporto Internacional não tem mais nem... Os vigaristas...

Todo mundo sabe que Fortaleza tem um aeroporto internacional. Então, o que tem, Geraldo Mesquita, é o seguinte: o aeroporto de Parnaíba tem pista longa, foi construído por Reis Velloso, Ministro, eu estava lá, filho da cidade, Governador Dirceu Arcoverde. Então, tem um aeroporto de reserva. Sempre houve. Fortaleza é uma base aérea importante do País. E tem um aeroporto próximo.

Se tiver uma condição climática, vamos dizer, uma chuva forte, o piloto busca um aeroporto próximo geograficamente. Fortaleza o aeroporto é internacional. Em caso de pânico, se o clima não estiver bom, o avião pousa, isso é normal. Agora, ele bota aí que tem dois aeroportos internacionais, um no Piauí e outro lá na Serra da Capivara. Lá só tem jumento, é pior. Pelo menos ali é ajedrezinho, porque a Aeronáutica cuida com essa responsabilidade. Sempre foi até de treinamento da FAB.

V. Ex^a está convidado para ser homenageado, Geraldo Mesquita. Então, Brasília se criou. Quarenta e oito anos! Sabemos que muitos movimentos se deram aqui, vivemos a grandeza desta cidade. Quero prestar uma homenagem ao homem e à mulher do Piauí. Mário Couto, olha aí o orgulho. Por isso esta cidade é bela, grandiosa e se desenvolve. Somos a segunda colônia, só perdemos para os mineiros, porque o Juscelino veio de lá e transportou a minerada toda aí. São trezentos mil piauienses que fazem a grandeza desta cidade. Está aqui um que o Maranhão quer levar, mas é piauiense mesmo, que é o Senador Adelmir Santana.

Páginas Belas. Esta é uma cidade de qual nos orgulhamos. Ô Mário Couto, você já conhece Washington? Pois peça ao Garibaldi para conhecer.

Eu acho Brasília mais interessante do que...

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, permita-me um aparte, já que V. Ex^a está falando de Brasília?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas vou só dizer quem você tem que homenagear. Olavo Bilac disse para as crianças, na sua mocidade – e as galerias estão cheias dessa juventude: “Criança, não verás nenhum país como este”. Mas temos que fazer uma homenagem aos 48 anos de Brasília. Olavo Bilac é o patrono dos reservistas. Todo brasileiro devia

ser reservista. Eu fiz CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. No nosso tempo, quando este País era organizado, o Exército chamava para nos fazer entender o que era a bandeira, ordem e progresso, hierarquia, disciplina.

Ó meus jovens, mas está um desânimo, uma descrença!

V. Ex^a, que é um legítimo representante, tem que fazer sua homenagem. Vamos dar um jeito aqui no Senado.

Estávamos perdendo a esperança. Sou da geração daquele que disse: "Se és capaz de tremer de indignação diante de uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és então companheiro". Che Guevara disse: "**Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás!**" Foi um líder, médico como eu, das liberdades.

Geraldo Mesquita, rendo uma homenagem a Brasília: 48 anos. Abril de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Abril, quando Juscelino inaugurou esta cidade. Abril, quando morreu Tancredo Neves. Abril.

Olha, eu estava sem esperança. Olha, a UNE veio aqui, a UNE que foi incendiada, tombada... A gente seguia aquele homem, de nossa geração, que cantava: "Vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Isso embalou a mocidade apática e trouxe de novo a democracia. Esses jovens da Universidade de Brasília escreveram e deram a Brasília a sua maioridade, a sua respeitabilidade. Nossa respeito a essa instituição. Escreveu a página mais bela desses 48 anos. E tinha que nascer da juventude.

Eu vou já dar o aparte. Não, ele vai ouvir porque ele é o representante. Eu vou mandar os piauienses votar nele. Ele veio de lá. Aqui tem muito, meu amigo, e nós somos firmes. Tem 300 mil piauienses aqui. Quem me disse foi o grande Roriz, não é? Porque Deus fez o mundo, e esta Brasília aqui foi Juscelino e Roriz. O resto é... Eu conheço a história e eu vivi, e ninguém tira, não é? Então, ele me disse que tem 300 mil piauienses, o meu Governador Roriz.

Mas, olha, a página foi bonita, Geraldo Mesquita. Olha, a não-violência me fez lembrar Mahatma Gandhi, as campanhas de não-violência, de resistência libertaram seu país, a Índia, dos ingleses. Martin Luther King, defendendo os direitos de igualdade do negro. E o Dalai Lama, agora, com a luta pela liberdade do Tibete.

Esses meninos, esses jovens, esta mocidade de Brasília. Hoje, Brasília tornou-se a capital da certeza de que o bem vai vencer o mal, da certeza de que vamos combater a corrupção, de que vamos combater a bandeira da ética. Então, são aqueles meninos. Digo meninos porque já estamos de idade.

V. Ex^a pode usar a palavra. V. Ex^a nasceu lá no Piauí. O Maranhão quer tomar o seu nascimento, mas já lhe demos o título de cidadão de Uruçuí. Aquele foi um negócio de jogo de cartórios. Seu pai foi lá. V. Ex^a é do Piauí mesmo. V. Ex^a tem uma grande responsabilidade.

Hoje, Brasília, graças à sua mocidade, é a capital da liberdade, da ética, da decência. Sua maior riqueza é a mocidade. Olha, nós estamos orgulhosos dessa mocidade. Foi um movimento muito bonito que nos deu a esperança de que o bem vai vencer o mal.

Com a palavra o Senador de Brasília, no mês do aniversário de Brasília, cuja mocidade escreveu a página mais bela dos últimos 48 anos.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Mão Santa, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a. O que me chamou a atenção no seu discurso foi quando V. Ex^a fez referência à construção de Brasília. Naturalmente que todo o seu discurso enaltece os jovens de Brasília, a capital, sua população e a vitória do movimento dos estudantes. Quero prender-me à questão a que V. Ex^a fez referência: a construção em apenas mil dias. Isso demonstra claramente que Brasília é berço da intenção de um empreendedor, de um homem que tinha forte oposição nesta Casa principalmente – de todo o Congresso, mas soube contornar essas objeções sem ser truculento, usando dos princípios democráticos. E eu já disse aqui em outras oportunidades que a oposição era tanta que, em um determinado momento, quando alguém argumentava: "Mas o clima em Brasília é muito bom". Um dos parlamentares disse: "Que se mude o clima!". Como se na natureza fosse possível fazer alterações assim. Então Brasília foi fruto da ação de um empreendedor. Um empreendedor mineiro que se aliou a outros empreendedores nacionais e, como o senhor colocou, a uma boa parte da população piauiense que para cá veio, com o objetivo da construção e com o objetivo de ser vencedor nessa epopeia. Quero me associar, portanto, às suas palavras. Estamos atentos a esses acontecimentos, ao aniversário da cidade, que se comemora agora no mês de abril, com inaugurações, com realizações do nosso Governo, do nosso Governador Jose Roberto Arruda, que segue, como bom mineiro que é, exatamente as pegadas de Juscelino Kubitschek. Brasília hoje tem no Governo o Sr. José Roberto Arruda, um mineiro; o Vice-Governador Paulo Octávio, também um mineiro; e, como o senhor bem colocou, um Senador egresso do Piauí. Portanto, são empreendedores de vários Estados brasileiros que para cá vieram e que estão, naturalmente, nessa mesma linha do pensamento do Presidente Juscelino Kubitschek. Pretendemos, neste mês, com o seu concurso certa-

mente, fazer uma homenagem à Capital do País aqui, com uma sessão solene em homenagem à Brasília. Já fizemos o requerimento, mas, por questões de datas, de dificuldades de datas já preenchidas, provavelmente a sessão ocorra após o dia 21. Mas, de qualquer modo, não vai passar despercebida essa comemoração dos 48 anos de sua fundação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em homenagem à mocidade da universidade.

Senador Geraldo Mesquita, quando governei o Piauí, vi que a universidade é a locomotiva. Foi a minha maior obra a extensão da universidade. Outro dia falei da Alemanha, cuja história demonstra que tem essa grandeza por causa da Universidade de Heidelberg. O mundo duas vezes se voltou contra a Alemanha e a tombou nas duas guerras mundiais, mas respeitaram a universidade. Heidelberg é uma cidade de arquitetura antiga. Ela está toda moderna, porque foi bombardeada, mas o mundo respeitou a universidade.

Senador Geraldo Mesquita, a minha preocupação com isso é que aqui estamos para ensinar. Atentai bem para o valor que temos de dar a essa mocidade. Em 1990, Mário Couto, dados nos informam que, das dez universidades que tinha este País, que tardivamente começou o ensino universitário, as sete melhores universidades eram públicas, e três, privadas. Em 2000, quando eu integrava o Governo do Piauí, houve outra pesquisa. Olhem a gravidade disso que quero advertir o nosso querido Presidente Luiz Inácio:

Em 2000/2001, das dez melhores universidades, só três públicas estavam entre as dez melhores; sete eram privadas. E sou orgulhoso porque uma das três era do Piauí – a Uespi, quando eu fui Governador. Mas agora, segundo estudos recentes: das dez melhores universidades do Brasil, Mário Couto, só duas são públicas – uma de São Paulo e esta daqui. As outras são privadas.

Vamos refletir, Geraldo Mesquita, sobre isso. Eu sou médico, estou aqui porque o governo era organizado e me formei na Universidade Federal do Ceará. Fiz pós-graduação no Hospital do Ipase, público. Formação pública.

Hoje, tem faculdade de medicina no Nordeste em que a mensalidade é de R\$4 mil por mês. Isso me preocupa. Eles não vão ter a chance que eu e outros tivemos.

Olhem, são R\$4 mil. Aí, meu amigo Luiz Inácio, aquilo que Vossa Excelência... aí vai ser um abismo. Daqui a pouco, doutores serão todos que podem pagar isso.

Essa é a preocupação. É por isso que nós estamos aqui.

Então, quando a gente vê uma mocidade preservar – a igualdade começa com a educação, com a sabedoria, Luiz Inácio –, a mocidade sair, com coragem...

Eu queria apenas dizer o seguinte: eu estou com um livro aqui, **Política na Mão Certa**. Foi um professor, um intelectual, que trabalhou no meu... Professor Herculano Moraes. Não é meu parente, não. Herculano de Moraes é um intelectual da Academia de Letras. Então, ele pinçou frases de quando eu era Governador, eu falando do coração algumas frases e ele fez este livro...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...*Política na Mão Certa*. Ele está na 4ª edição, porque é pequenininho, são frases pinçadas. O mérito é dele, do intelectual Herculano Moraes. Ele pinçou... Pois o Mário, quando está discursando, se tivesse um assessor como eu tive, tão competente, teria feito melhor porque V. Exª, Senador Mário, fala melhor do que eu. Ele pinçou frases de quando eu era Governador do Piauí. O mérito é dele. Gostam tanto do livro, Mário Couto, que já está na 4ª edição. Uma editora do Sul do País viu o negócio e disse que vai lançar a 5ª, internacional, e pediu que eu adicionasse algumas frases que nós dissemos aqui. É a 5ª edição porque é pequenininho. Tem uns pensamentos que ele colheu. O mérito é do professor Herculano Moraes, intelectual. Foi ele quem fez.

A gente fala tanto, eu falei quase tanto do Luiz Inácio como Governador. Você imagina, ele pinçou algumas frases. O mérito é dele.

Então, o que eu digo de jovens – não sei onde ou quando, mas ele botou porque pinçou. Os jovens – e eu o ofereço a essa juventude que nos orgulha. Isso é de alto significado. Estava todo mundo alienado, apático, sem capacidade de reagir. Os jovens deram um ensinamento. Nós podemos reagir para o bem vencer o mal.

O que eu dizia:

“Os jovens, especialmente os adolescentes, quando despertam as suas atenções para a magia do embate político, trazem na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas, colocar-se frontalmente contra ações discriminatórias, projetando em seus discursos fantasias e realidades de aspirações e desejos.

A prática política contrária a esses postulados decepciona a juventude, afastando as lideranças consolidadas daqueles que haverão de nos suceder”.

Ele estava afastado e indignado.

E, ainda, foi pinçado: alienação – frase de que nem me lembro:

“Estudante tem o dever de estudar, mas não tem o direito de alienar-se dos problemas da sua cidade, do seu Estado, do seu País. Essa alienação representa uma negação de toda uma história e da tradição brasileira que sempre encontrou no estudante o esteio forte das grandes conquistas políticas e sociais”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sobre o mal.

Atentai bem, Geraldo Mesquita, V. Ex^a que é intelectual: “Para que o mal triunfe, basta que os bons cruzem os braços”.

Se esses meninos tivessem cruzado, isso ia se expandir pior do que a dengue em todas as instituições sagradas construídas pelos governos responsáveis ao longo da história.

Isso aqui não vai ficar só aí, não. Padre Antonio Viera disse: “um bem nunca vem só”. Isso vai se irradiar, e a mocidade estudiosa vai ver que tem direito a ter uma escola decente, competente e que o exemplo – palavra sem exemplo é como tiro sem bala – tem que vir dos mestres.

Mas o único caminho para emendar o mundo mau é criar o mundo bom.

Não podemos gerar no espírito do jovem o sentimento de desânimo, de decepção e frustração com a classe política. São eles os nossos sucessores e só faremos um mundo melhor se tiverem nos políticos atuais os melhores exemplos.

Mocidade. Eu creio na fé que impulsiona o espírito da mocidade para as conquistas de um mundo melhor. Creio, enfim, no idealismo da juventude para a construção de um mundo efetivamente melhor.

No passado, a educação era um ornamento, uma vez que o valor do indivíduo estava vinculado à sua origem. No presente, contudo, quando nenhuma pessoa poderia ser frustrada nas suas pretensões de êxito por lhe faltarem haveres e qualidade de nascença. A educação, somada ao trabalho, constitui a mais segura receita do sucesso. Isso que eu sonhei, que eu falei, eu vi revivida por essa mocidade. Então, essa mocidade deu o maior presente aos 48 anos de Brasília. Meus jovens continuem, bravos e sejam felizes!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Mário Couto, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o nobre Senador Geraldo Mesquita por 20 minutos e, depois, o Senador Mário Couto.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srs. Senadores presentes a esta sessão, Senador Mário Couto, em especial. V. Ex^a fez muita falta na semana passada, nesta Casa, mas fez muita falta em termos, porque a sua presença, mesmo na ausência, era patente, porque estivemos envolvidos no deslinde, na solução do caso que V. Ex^a advogou aqui com extrema coerência: a causa dos aposentados, a causa dos trabalhadores brasileiros, enfim. Mesmo ausente, V. Ex^a estava aqui absolutamente presente nesta sessão que realizamos na semana passada em que resolvemos a questão. Portanto, eu não poderia iniciar a minha fala hoje sem fazer esse registro da luta, do esforço, do compromisso de V. Ex^a com os aposentados, com os trabalhadores brasileiros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada, eu estive nesta tribuna para registrar os 17 anos do Mercosul, um organismo muito importante para o contexto da América Latina, da América do Sul. O Mercosul congrega hoje Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, e tem como associados praticamente todos os demais países que fazem parte desse belo continente e completou, em março último, dezessete anos de funcionamento.

Entre idas e vindas, pode-se dizer – foi a síntese que apresentei na semana passada – que ele se firmou como um organismo importante do ponto de vista da integração regional. Defeitos: vários; virtudes: muitas; a ponto de nos perguntarmos onde estaríamos, Senador Mário Couto, no nosso contexto regional, sem a existência do Mercosul. Às vezes, esse raciocínio ao contrário nos faz pensar positivamente naqueles organismos sob forte crítica. Cunhou-se, inclusive, uma expressão para aqueles que criticam o Mercosul de forma mais açodada: os “mercocríticos”, alguma coisa nesse sentido.

Porém, o Mercosul está aí, sobrevivendo, produzindo, integrando. Confesso a V. Ex^as que tenho muita esperança de que esse organismo acabe por se fortalecer ainda mais e por trazer para seu contexto os demais países da América do Sul.

Hoje, o que me traz aqui é falar do Parlamento do Mercosul, que foi gestado dentro do Mercosul.

Aos poucos, os países, as suas representações, sentiram a necessidade de inaugurar-nos no contexto do Mercosul esse componente parlamentar, legislativo, para que ele se transformasse naquilo que convencio-

namos chamar a caixa de ressonância dos anseios, aspirações dos povos que fazem parte do Mercosul.

O Parlamento do Mercosul é ainda uma criança; tem pouco mais de um ano de instalação. Foi instalado aqui em dezembro de 2006, com a presença do Presidente da República, prestigiando o evento, a presença das representações dos demais países, e instalamos o Parlamento. Poucos meses depois, iniciamos o seu funcionamento, na sua sede, em Montevidéu.

E o Parlamento é o órgão no qual depositamos uma esperança muito grande, de que ele de fato se constitua em uma caixa de ressonância para os anseios e as aspirações dos povos que integram o Mercosul. Ele hoje preocupa a todos, porque o fato de ser novo deveria exigir de todos nós uma certa contemplação com o ritmo dos acontecimentos. Mas, na verdade, não precisamos ficar inventando a roda a todo instante.

Há experiências consagradas, bem-sucedidas, de parlamentos regionais nos moldes do Parlamento do Mercosul. Creio que, mesmo com tanta idade – apenas um ano de funcionamento –, já deveríamos estar atuando com mais intensidade, no sentido de se constituir aquele foro num importante instrumento de discussão democrática dos assuntos e dos temas que povoam a mente e a cabeça dos povos mercosulinos e dos Parlamentares que fazem parte daquele órgão.

Preocupações existem. Uma delas diz respeito ao funcionamento das nossas comissões temáticas no Parlamento do Mercosul. Como todo parlamento que se preza, criamos, instituímos comissões temáticas, para que, por meio delas, em torno delas, os assuntos, as preocupações transitassem em primeira mão a fim de que desaguassem no plenário do Parlamento do Mercosul e fossem ali tratadas em última instância. Surpreendentemente, até agora não conseguimos fixar um calendário próprio para o funcionamento das nossas comissões temáticas. E o Parlamento, infelizmente – aqui não é uma crítica, mas uma constatação, um registro –, tem perdido o timing, como se diz, acerca da discussão de alguns temas importantes.

Vou dar um exemplo: o conflito envolvendo Colômbia e Equador, ocorrido quase dois meses atrás, somente muito tempo depois foi alvo de discussão no Parlamento do Mercosul. Eu disse, uma semana depois de instalado e resolvido o conflito entre aqueles dois países associados do Mercosul, que o Parlamento do Mercosul deveria ter sido convocado em caráter extraordinário naquela ocasião para discutir o assunto, trazendo-o para si. Mas a própria OEA, que estava fora de cenário, escondida, chamou a questão para si quando, a meu ver, ela deveria ter sido tratada em primeira mão no âmbito do Parlamento do Mercosul.

Essas questões, ao contrário de nos desaninar, nos impelem e nos provocam para que estabeleçamos um foco, um rumo preciso para o Parlamento do Mercosul, porque a expectativa na sociedade – não só a brasileira, mas também a dos demais países – cresce em razão do funcionamento desse organismo.

A representação brasileira no Parlamento do Mercosul, que tenho a honra, Senador Mário Couto, de presidir, por generosidade dos meus pares, é composta por 18 Parlamentares, 9 Senadores e 9 Deputados Federais, que tomamos posse como Parlamentares do Mercosul, ao mesmo tempo que somos Senadores e Deputados brasileiros; temos mandato, inclusive. E eu creio que cabe à representação brasileira, de forma decisiva, eu não digo pautar o Parlamento, porque ele também é constituído da representação dos demais países, mas a representação brasileira tem uma responsabilidade muito grande, por ser a do maior país, de cuidar, de fazer que aquele organismo se fixe, encontre o seu caminho, estabeleça o seu rumo, com precisão, com altivez.

Para isso, Senador Mário Couto, Senador Mão Santa, Senador Alvaro Dias, nós, desde a criação da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul, nos preocupamos em discutir temas de fundamental importância nas nossas reuniões, que ocorrem quase semanalmente aqui no Brasil, aqui no nosso Parlamento. A nossa preocupação era, é e sempre será interagir, discutir, debater com autoridades brasileiras, com ministros do Governo Lula. Por sinal, digo sempre, toda vez que me refiro ao Mercosul, ao Parlamento do Mercosul, faço questão de frisar que tenho críticas pontuais ao Governo do Presidente Lula, mas, no que diz respeito à condução dos assuntos brasileiros no Mercosul, o Presidente Lula tem acertado. Digo até, Senador Mário Couto, que a presença dele, a atuação dele, tem sido fundamental para a manutenção desse órgão e para o seu fortalecimento. Faço sempre questão de ressaltar isso, e ressalto mais uma vez aqui para mostrar um fato que, para mim, é surpreendente: enquanto o próprio Presidente da República age, atua, no sentido de fortalecer o Mercosul, o próprio Parlamento do Mercosul, os seus ministros, aparentemente, não têm qualquer compromisso com essas instituições.

E vou dar prova disso. Como eu dizia, Parlamentares que integram a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, desde cedo, trataram, tratam e continuarão tratando da necessidade de se discutir temas importantes a serem levados àquele Parlamento, para que o Brasil, por meio de sua representação, provoque esse órgão no sentido de ter sempre em pauta assuntos de extrema relevância, de extrema importância, para

as populações desses países. Por essa razão, Parlamentares brasileiros que fazem parte do Parlamento do Mercosul vêm protocolando – alguns desde agosto do ano passado, como é o caso do Deputado Rosinha, lá da terra do Senador Alvaro Dias, que é vice-Presidente do Parlamento – requerimentos, convidando ministros a comparecerem à nossa representação aqui, para, conosco, discutirem assuntos de extrema relevância, de extremo interesse, para todos nós.

Nosso propósito é trazer representantes do Governo brasileiro, autoridades do Governo brasileiro, por exemplo, o Ministro da Educação, convidado aqui pelo Dr. Rosinha, em requerimento aprovado em 28 de agosto de 2007, Senador Mão Santa – há quase oito meses –, para que ele diga qual é a política que o Brasil pretende discutir com a sua representação e, no âmbito do Parlamento do Mercosul, qual é a política de educação, de integração da educação no contexto do nosso bloco.

Outros requerimentos, como é o caso do requerimento da Senadora Marisa Serrano, que assinou juntamente com o Senador Cristovam Buarque, convite para que os Ministros de Estado da Educação, mais uma vez, da Cultura e do Esporte comparecessem à nossa representação para conosco discutir a política do Governo brasileiro no que diz respeito ao processo de integração a ser levado ao Parlamento do Mercosul por meio da nossa representação.

Esse requerimento foi aprovado em outubro do ano passado – novembro, dezembro, janeiro, fevereiro, março, abril, seis meses; mais de seis meses, porque foi logo no início de outubro. Requerimento da lavra da Senadora Marisa Serrano, da mesma forma, e do Senador Cristovam Buarque, foi aprovado também no dia 02 de outubro de 2007, convida o Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia para comparecer à representação brasileira do Mercosul e conosco tratar desse importantíssimo assunto: ciência e tecnologia. Onde os interesses do Governo brasileiro cruzam e complementam as ações que estão sendo implementadas e levadas a efeito no Mercosul e o que podemos fazer, nós, representação brasileira no parlamento do Mercosul, através daquele importante fórum? Convidamos essas autoridades, reiteramos por meio de ofício esses convites, fizemos menção aos requerimentos aprovados e até agora a resposta foi o absoluto silêncio, Senador Mão Santa.

Aí me vejo em face de uma grande contradição. Mais uma vez digo aqui: o Presidente Lula tem atuado com acerto, com presteza, com relação aos assuntos que dizem respeito ao Mercosul e ao próprio parlamento do Mercosul. Agora, o seu ministério parece desconhecer que existem esses dois importantes or-

ganismos regionais de integração. É o que transparece da postura, da atitude de seus ministros.

O Presidente quer o sucesso do Mercosul, o Presidente quer a consolidação do Mercosul, o Presidente quer a consolidação do processo de integração do Mercosul, mas seus Ministros parecem desconhecer o propósito, a intenção e o desejo do Presidente. Há um descompasso, institucional, eu diria.

Senador Mão Santa, sou comedido. Já, diversas vezes, ouvi comentários de colegas meus dizendo que sou comedido no trato das questões que abordo neste plenário. Mas não posso deixar de expressar hoje, Senador Mário Couto, minha decepção pelo que considero falta de respeito de Ministros de Estado para com uma representação do País num Parlamento regional que foi instituído recentemente. É uma falta de respeito! Não consigo acudir-me com outra expressão senão essa.

É também uma falta de compromisso. Os Ministros deveriam, antes de serem convidados, colocar-se à disposição da nossa representação brasileira no Parlamento do Mercosul para ali discutirem conosco o que vamos fazer em matéria de educação, como integrar a educação desses povos, como combater o analfabetismo que ainda grassa nos nossos países, como integrar processos educativos.

O papel do Ministro da Ciência e Tecnologia, Senador Mão Santa, é fundamental. O papel desse Ministério é fundamental.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo-lhe o aparte, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ..., V. Ex^a realmente é um homem equilibrado. Equilibrado e preparado. Tem visão de futuro. O Mercado Europeu está aí. E eu quero dizer que V. Ex^a está dando um atestado de visão do Presidente da República. Olha, a gente vê aí o êxito do Mercado Europeu e como mudou. Eu visitei Portugal antes e depois do euro e sabemos das dificuldades por que eles passaram na Segunda Guerra Mundial. Como a Europa sofreu, não é? Nós temos o exemplo de Buenos Aires, que é uma cidade grandiosa do mundo porque não entrou na guerra, vendeu alimento, vendeu boi, carne e trigo para os dois lados. Então, ela avançou muito culturalmente e é um país civilizado. Outro dia eu estava em São José do Rio Preto e fui ao teatro ver o Juca Chaves, que vai completar 50 anos. Eu sou amigo pessoal dele, mas eu estava na platéia, como ouvinte da arte. E ele dizia lá que o país mais civilizado das Américas era o Chile, depois o Canadá e aí os Estados Unidos. Aí eu fui reestudar. Lá, todo chileno é obrigado a ter 12 anos de

escola. Se não tiver... O último Presidente foi o Ministro da Educação lá. É lei! Tem que ter doze anos; não tem, vai para a cadeia. É obrigado a ter doze anos. E falam dois idiomas: o espanhol e, para comercializar. E agorinha você viu que o Peru ganhou um certificado de melhor país para se fazer investimentos. No Brasil, nós sabemos, está todo mundo trabalhando. Vou darlhe um exemplo real dessa política. No Chile, o Embaixador me disse que não tem problema. Vejam as humilhações por que passaram brasileiros que foram à Europa, aos Estados Unidos. Todo mundo está vendendo as dificuldades. No Chile, o Embaixador disse-me: "Não tem problema, Senador. Os que vêm para cá são verdadeiros profissionais de Medicina e Odontologia." Quer dizer, o Mercosul é mercado para brasileiro. Quer dizer, conseguiram uma renda **per capita** boa no Chile, uma estabilidade. Ele disse que não tem problema porque esse pessoal não é peão, é educado. Quer dizer, o Mercosul é o mercado mais próximo em que todos podem exercer seus trabalhos. O Brasil, com essa grandeza, deveria ter esse intercâmbio, mas estão tendo essa dificuldade hoje no mundo.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Mão Santa, agradeço seu aparte, mas quero concluir porque outros oradores estão inscritos para falar.

Senador Mão Santa, sou tranquilo, calmo, tolerante, mas tudo tem um limite. Tenho aguardado até agora. Tenho solicitado à nossa secretaria da representação que reitere os convites feitos aos Ministros. Digo e repito que a resposta tem sido o silêncio. É por isso que digo aqui – e assumo a responsabilidade pelo que estou dizendo – que considero uma falta de respeito a 18 Parlamentares, nove Deputados Federais e nove Senadores, que, inclusive com algum sacrifício, Senador Mário Couto, tentam conciliar as suas atividades aqui no Parlamento brasileiro com as atividades no Parlamento do Mercosul. Mas, mesmo assim, com denodo, com vontade, com persistência, perseguem objetivos nobres levando para aquele Parlamento a discussão de temas, assuntos de relevância e de fundamental importância, apesar do descaso, da negligência, da omissão de Ministros de Estado brasileiros.

Citei aqui, para não ser injusto com os demais que não foram convidados, o Ministro da Educação, o Ministro da Cultura, o Ministro do Esporte e o Ministro da Ciência e Tecnologia. A resposta deles ao nosso apelo, ao nosso gentil convite para virem ao Parlamento brasileiro, à nossa representação, discutir esses temas, a resposta deles é a falta de respeito, é a omissão.

Sou paciente, Senador Mário Couto, mas tudo tem um limite, e hoje vim disposto, como um ato de protesto como aquele ...

(Interrupção do som.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Vim disposto, como um ato de protesto. Não permito esse tipo de tratamento com o Parlamento brasileiro, com Parlamentares brasileiros, e, como ato de protesto estou aqui, da tribuna do Senado, me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Fui eleito juntamente com dois nobres e dignos vice-presidentes, o Deputado Cláudio Diaz, do Rio Grande do Sul, e o Deputado George Hilton, de Minas Gerais.

Fui eleito pela generosidade dos meus pares, repito, juntamente com o Deputado Cláudio Diaz e com o Deputado George Hilton. Agora, como ato de indignação e de protesto, Senador Mão Santa, estou, neste momento, me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul.

Continuarei a fazer parte, como Parlamentar, da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, mas, como protesto, pela falta de respeito de Ministros de Estado do Governo Lula, pela desconsideração e pela omissão de pessoas que tinham o dever cívico, inclusive, de vir a este Parlamento conversar conosco, para discutir conosco e estabelecer as políticas e as linhas de atuação que o Brasil pretende levar naquele contexto regional, como ato de protesto, repito pela terceira vez, estou aqui me exonerando do cargo de Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul. Que o Deputado Cláudio Diaz assuma na condição de Vice-Presidente e que o Deputado George Hilton assuma na condição de Vice-Presidente. Faço votos de que eles tenham sucesso nas investidas e nas tentativas de fazer com que autoridades brasileiras se voltem e reconheçam a importância que tem a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul e tratem esse fórum com a devida atenção e com o devido respeito, pelo que ele representa para o Brasil e para o contexto regional.

Sr. Presidente, era o que cabia dizer. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância com o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, depois de longa espera, o Senador Mário Couto, que está, desde o início da sessão, aguardando a sua oportunidade.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, entendi o protesto de V. Ex^a. Lamento-o. Tenho certeza de que, como eu, muitos brasileiros devem estar lamentando também, porque sabemos da sua capacidade, do seu trabalho, da sua coerência e sabemos que o Brasil perde, com certeza, uma pessoa que comandava a representação brasileira no Mercosul. O Brasil perde muito com a renúncia de V. Ex^a, mas entendo a revolta, a deceção e o ato que V. Ex^a tomou agora na tribuna.

Tenho absoluta consciência de que V. Ex^a pensou muito antes de tomar essa decisão, mas, infelizmente, no Brasil, ainda há um profundo desrespeito pelas pessoas que querem servir a este País. E, infelizmente, nós ainda vimos, neste século, pessoas que representam Ministérios desrespeitarem um trabalho tão digno e tão sério como o de V. Ex^a.

Congratulo-me com V. Ex^a. Conte com este Senador, porque sei que os atos de V. Ex^a neste Senado são atos que todos nós respeitamos pela sua dignidade.

Senadores, quarta-feira passada, tive conhecimento, Senador Mão Santa, de um fato de que vou falar daqui a pouco – trouxe até fotos para mostrar ao povo brasileiro –, fato que acontecia no meu Estado. O fato era tão grave que não medi nenhum esforço para que pudesse estar lá na cidade de Santarém, cidade linda, cidade turística, cidade de um povo maravilhoso, 300 mil habitantes, ladeada por vários Municípios, que passa momentos desagradáveis.

Vamos falar deste assunto na quarta-feira, mas vou mostrar as fotos para que o povo brasileiro fique ligado no que está acontecendo.

É um fato de aterrorizar; é um fato sobre o qual – tenho certeza – nenhum brasileiro vai ter a condição de dizer “eu acredito”; é um fato que dá para desacreditar, mas é um fato verdadeiro. É um fato de perseguição; é um fato referente a um setor de que todos dependem, que é o setor da saúde.

Vou inscrever-me agora, tão-logo termine esta sessão, para fazer um relato à Nação brasileira, principalmente ao meu querido Estado do Pará, especialmente ao povo de Santarém e às cidades próximas de Santarém, que dependem do atendimento de saúde. Vou falar com cátedra, vou falar com dados, como sempre fiz, aqui nesta tribuna. Daqui a pouco, vou começar a mostrar os fatos que estão acontecendo no Estado do Pará. São vários.

Ainda há pouco, ligava a televisão e olhava o meu Marajó como notícia da TV Globo, ratificando uma denúncia que fiz aqui do tráfico de meninas, do uso de meninas; meninas que se trocam por dois reais; me-

ninas cujos próprios pais entregam a pessoas, para que elas possam tirar alguma coisa dessas pessoas. A própria mãe faz isso; a própria família faz isso. E isso eu já denunciei aqui.

Mas, Senador Mão Santa e Senador Geraldo Mesquita, por isso, tive que ir correndo ao meu Estado, chamado por tantas pessoas que me escreveram, que mandaram correspondência pedindo o SOS do Senador Mário Couto, para que pudesse, aqui no Senado, começar uma ampla divulgação à sociedade brasileira do que acontece, hoje, no meu Estado.

A Prefeita dessa cidade, Dr^a Maria do Carmo, é uma pessoa maravilhosa, minha amiga, já foi Deputada junto comigo na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, Senador Mão Santa, mas por tudo o que tenho conhecimento da sua administração – e nunca falei disto aqui, mas não posso agora deixar de falar –, é uma grande amiga, mas não tem capacidade de administrar uma cidade como Santarém, infelizmente.

E me ausentei da sessão de quarta-feira exatamente por isso. Ausentei-me da sessão de quarta-feira exatamente porque, Sr. Presidente Alvaro Dias, pensei que nós não fôssemos votar o projeto dos aposentados naquela quarta-feira. E, pela matemática que eu fazia, em função de ainda ter duas medidas provisórias em pauta, eu achava que, naquela quarta-feira, ainda ia se discutir aquelas medidas provisórias e que, amanhã, se poderia votar o projeto dos aposentados, quando estaria eu aqui.

Mas não me causa nenhum incomodo. Ao contrário.

Causa-me alegria profunda ter a notícia de que os projetos foram aprovados e de que não preciso mais fazer a vigília que ia fazer.

Preciso, sim, abrir uma nova luta. Mas, antes, eu gostaria de agradecer, primeiro, ao Presidente desta Casa, Presidente Garibaldi, que cumpriu a sua palavra, que atendeu a todos nós Senadores que fomos ao socorro dos aposentados, que não oscilou, em nenhum momento, em colocar o projeto em votação, como exatamente S. Ex^a nos prometeu.

Presidente Garibaldi – mesmo V. Ex^a não estando aqui, está me vendo pela TV Senado –, saiba que a minha admiração, se já era grande por V. Ex^a, aumentou muito mais pelo cumprimento e sensibilidade como tratou o assunto dos pobres aposentados.

Ainda hoje, Senador Mão Santa, ao abrir um jornal do meu Estado, leio “Inflação Maior para os Idosos”. Eu gostaria que a TV Senado pudesse mostrar este jornal, que traz a matéria sobre a perda dos aposentados, que mostra, mais uma vez, que temos razão nesta causa, Senador Mão Santa, pois os idosos realmente são penalizados, principalmente na parte de

medicamentos e de plano de saúde. Eu só mostrei este jornal de hoje para ratificar, cada vez mais, que estamos certos quando defendemos essa classe tão massacrada nesta Nação.

Quero agradecer também ao Senador Paim, autor do projeto, aos Senadores Jefferson Péres, Arthur Virgílio, José Agripino, Osmar Dias, Papaléo Paes, Geraldo Mesquita, Mão Santa... Quantos discursos V. Ex^a fez, Senador Mão Santa, em favor dos velhinhos, dos aposentados! V. Ex^a tem sensibilidade no coração...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, agora?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pois não.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quis Deus que adentrasse aqui o Presidente Sarney. Olha, nesse negócio dos velhinhos aposentados, Sarney, abençoados por Deus... A mãe dele, a Dona Kyola – hoje, Santa Kyola –, quando ele era Presidente, disse: Meu filho, não prejudique os velhinhos. Então, o Presidente Sarney nunca permitiu esse fator previdenciário, essa ignomínia, essa vergonha que haveremos de enterrar! Está conosco a Santa Kyola. Ela fez esse pedido. Está aí o Presidente Sarney. Ele não foi só o homem da transição democrática, não; ele foi o homem que, a pedido da hoje Santa Kyola, que era sua mãe: não prejudique jamais os velhinhos. Não teve essa choradeira, não, porque eu era prefeitinho quando Sarney era Presidente da República.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – É isso mesmo, Senador Mão Santa. V. Ex^a teve muita sensibilidade e pelo menos eu contei uns 15 pronunciamentos de V. Ex^a batendo nessa tecla. Água mole em pedra dura tanto bate ate que fura! E furamos a pedra, mas ainda precisamos ir mais longe. Flexa Ribeiro, Efraim Morais, Alvaro Dias e quantos Senadores nos ajudaram, sob o comando do Senador Paulo Paim, a chegar a esta grande vitória! Mas temos ainda mais, sabemos que este projeto não termina aqui. Este é um passo apenas, um passo de proteção aos aposentados, àqueles que não conseguem mais sobreviver neste País.

Agora nós temos a Câmara, e lá nós sabemos – e não adianta esconder, e eu não escondo! O que eu tenho que falar eu falo, Senador Mão Santa! Não adianta tentar calar-nos. Não adianta, Senador Mão Santa! E eu vi quantas críticas fizeram a V. Ex^a por falar a verdade aqui, neste Parlamento.

Quem trouxe V. Ex^a para cá, Senador, foi o povo do Piauí.

V. Ex^a representa e fala pelo povo do Piauí. Eu sei o quanto V. Ex^a ama o povo do Piauí, o quanto V. Ex^a respeita o povo do Piauí! Por isso ninguém vai calá-lo neste plenário. E a mim também não, Senador.

Sei que lá, na Câmara, a obediência ao rei é muito maior. Lá, na Câmara, a obediência ao rei é muito maior! O interesse próprio é muito maior! Eu sei! Na natureza, Senador, para o homem, só existe uma lei: a lei do interesse próprio. Essa é uma frase de um guerreiro que V. Ex^a sempre cita: Napoleão Bonaparte, aos 16 anos de idade, em 1790 e pouco. Olhem como Napoleão, no século XVIII, já percebia o interesse próprio do homem. E, lá na Câmara, o interesse próprio é muito maior do que aqui.

Recebi vários *e-mails* de vários aposentados dizendo assim para mim, Presidente Sarney: Muito obrigado, Senadores. O Senado se enriquece, o Senado se moraliza, o Senado se respeita mais a partir desse momento em que a sensibilidade foi maior, mas falta a Câmara.

Eu não acredito que, se a Câmara aprovar o projeto, o Presidente da República não o sancione.

Eu não acredito! Eu não acredito, porque ele mesmo, o próprio Presidente da República, em 2002, mostrou a sua sensibilidade ao dizer, num palanque, que não entendia, de forma nenhuma, por que um trabalhador brasileiro que se aposentava com dez salários passava a ganhar na aposentadoria cinco salários. Ele não entendia de forma alguma e haveria um dia de ser Presidente da República para acabar exatamente com esse redutor.

Estamos dando uma grande oportunidade ao Presidente: mostrar que ele falou sério, que tem sensibilidade, que, quando dá o Bolsa-Família, é o aspecto social e não puramente político, como dizem por aí – eu mesmo digo. Mas se ele fizer isso, terei a certeza de que o Presidente Lula só assina atos sociais por politicagem. Terei a certeza. Se for formado um exército na Câmara para que esses projetos sejam derrubados, terei a convicção de que o Presidente Lula não age com sensibilidade.

Dizem que a Previdência é deficitária neste País. Escuto isso desde que comecei a me entender na vida. Desde quando comecei a me entender na vida escuto que não se tem dinheiro para pagar os aposentados, mas tem dinheiro para usar cartões corporativos.

Denunciei antes de esse escândalo vir à tona. Podem pegar as notas taquigráficas deste Senado. Eu denunciei item por item, Senador Alvaro, dos gastos do Governo com cartões corporativos. Item por item! V. Ex^a, que desceu desta tribuna ainda há pouco, preocupado com o crescimento do País, falou no uso excessivo da cobrança de impostos, falou em gastos do Governo, falou em corrupção. Basta, Sr. Presidente, que se controle a corrupção dentro do Governo!

Eu nem falo mais de corrupção neste Governo. Nem falo. Não adianta mais falar em corrupção neste País! Corrupção, neste País, virou cultura!

Querem um exemplo? Vou dar um exemplo. Desde que entrei aqui, comecei a bater e a mostrar fatos verídicos, com números, da corrupção existente neste País. Sabem quantas vezes publicaram na imprensa uma palavra pelo menos? Nunca! Bastou falar que eu ia fazer uma greve e não ia tomar banho. Pronto. Foi notícia nacional.

Vejam como a corrupção não tem mais vez neste País. Não se divulgam mais neste País atos de corrupção. Virou cultura!

Não adianta, não adianta! Podem mostrar a corrupção em todos os setores deste País! Podem mostrar porque não adianta absolutamente mais nada. São US\$3.5 bilhões por ano que o País gasta. Basta controlar a corrupção, que sobra dinheiro para os velhinhos maltratados deste País. Nós vamos em frente! Nós não vamos parar!

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a anote: nós queremos – todos os Senadores, todos os Senadores que vestiram a camisa – uma audiência com o Presidente da Câmara, nós queremos ver esse projeto votado logo. Os aposentados estão desconfiando que esses projetos...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – ...do Senador Paulo Paim vão ser fritados lá na Câmara. Nós não vamos deixar isso acontecer! Vamos segui-lo de comissão por comissão, vamos falar com o Presidente da Câmara e vamos dar a notícia para o povo brasileiro e para os aposentados e pensionistas deste País.

Eu sei que lá eu não tenho voz, que lá eu não posso falar, mas eu sei que temos o direito, como Senadores, de ter uma audiência com o Presidente da Câmara, juntamente com os representantes dos aposentados, e mostrar a ele a necessidade que se tem de votar esses projetos imediatamente. Aliás, quero deixar muito claro à Nação brasileira que os líderes Arthur Virgílio, do PSDB, e José Agripino, do DEM, já se comprometeram com os aposentados de que mobilizarão a Bancada lá na Câmara para votarem a favor desse projeto.

Não basta a Oposição! A Oposição é muito pequenina lá na Câmara para aqueles que obedecem ao rei. Muito pequenina! Temos de tentar sensibilizar aqueles que votam com o Governo por troca de cargos. Temos que sensibilizar aqueles que votam e atendem ao Governo por interesse próprio. São esses os que temos de sensibilizar.

Mas, Sr. Presidente, ao descer da tribuna, quero mostrar as fotos do que me levou, quarta-feira, ao meu Estado. São muitos os problemas do meu Estado, muitos. Não pensei que fossem tantos.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou descer, Sr. Presidente.

Não pensei que se pudesse lamentar tanto nesse um ano e três meses de governo do Partido dos Trabalhadores no Estado do Pará. Aliás, a cidade de Santarém, com 300 mil habitantes, também é governada por uma senhora do Partido dos Trabalhadores.

Agora, vejam isso aqui. TV Senado! Rapaz da TV Senado, por favor, aproxime bem a câmera. Quero que o povo do Brasil, que o povo brasileiro veja. Isso aqui é um hospital, um hospital público, pronto, equipado – pronto, repito, equipado! –, para servir a esta cidade.

Olhem a pediatria! Tenho certeza de que na capital não temos uma pediatria igual a essa. Tenho certeza! Pronto e equipado, há um ano e três meses! Sabem por que não funciona? Pasmem, senhoras e senhores; pasmem, brasileiras e brasileiros; pasmem, santarenas e santareños, sabem por que não funciona? Porque esse hospital foi construído por um governador do PSDB.

Minha Santa Filomena! Pelo amor de Deus! Isso traz uma angústia muito grande a cada um de nós paraenses. Quantas crianças, quantos paraenses, quantos santarenos, quantas pessoas de outras cidades próximas não precisam de um atendimento de emergência?

Esse hospital é um dos melhores construídos no norte deste País. Esse hospital, em pleno funcionamento, vai servir não só à população santarena – servir com qualidade! –, mas a toda população que mora na redondeza.

A eleição passou. Por que se guarda tanto ranço e mágoa?

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Prometo a V. Ex^a que desço já.

Por que se guarda, paraense? Por que se guarda, santareno, em prejuízo da própria saúde de vocês? Que se vinguem em outra coisa. Se tiverem raiva, despejem essa raiva em outra coisa. Falem mal do Mário Couto. Persigam o Mário Couto. Denunciem o Mário Couto. Inventem história do Mário Couto. Mas não façam isso com a população do meu Estado, da minha querida Santarém.

Vou falar disso aqui, na quarta-feira, mostrando dados. Vou trazer para as galerias o Deputado representante de Santarém. Vou trazer para as galerias os

Vereadores de Santarém. Vou ler aqui o atestado dos Vereadores de Santarém. Vou ler aqui os votos de repúdio da população de Santarém.

E vamos esperar, Sr. Presidente, por quinze dias para que se regularize aquela situação. Espero que a licitação para terceirizar aquele hospital já esteja no final. Oxalá seja isso! Não pode ser, um ano e três meses já seria suficiente para licitar há muito tempo. Mas espero, porque, daqui a quinze, vinte dias, Sr. Presidente, vamos voltar a Santarém. Peço permissão desta Casa para o Senador da República fazer seu protesto na rua.

Eu vou para rua! E peço permissão ao Senado para que um Senador da República possa ir para as ruas de Santarém pedir que aquele hospital atenda aos filhos daquela terra, que são tão dignos e trabalhadores.

Desço desta tribuna, Sr. Presidente, chocado com os fatos que acontecem em meu Estado. Sei que tenho de fazer muito nesta Casa, tenho de trabalhar muito. Muito! Porque é um problema grave atrás do outro. Coisas que deixaram simplesmente de funcionar. Não deixam funcionar porque quem construiu foi o governador que não pertence ao mesmo Partido da Prefeita e da Governadora do Pará. Parem com isso, senhoras! Parem...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Desço desta tribuna, Sr. Presidente, pedindo sinceramente à Governadora do meu Estado e à Prefeita de Santarém que deixem as ideologias partidárias de lado e olhem a população, que está sofrendo com dengue, com malária. Esse hospital tem centro cirúrgico, tem tudo. Será um dos hospitais mais modernos do Norte. Foi construído com essa finalidade, não foi construído à base de politicagem. Sirvam ao povo!. Sirvam ao povo! Não esqueçam que foi o povo que as colocou lá. Foi o povo que a colocou lá, Prefeita! Governadora, foi o povo que a colocou lá. O poder emana do povo. Ai de nós se não fosse o povo que nos coloca em cada poder! Ai de nós! Muitos políticos esquecem-se desse fato depois de eleitos, esquecem-se de que quem os traz para cá é o povo, de que quem os coloca no governo é o povo, de que quem os coloca na prefeitura é o povo. Muitos esquecem-se disso, mas não podem ousar esquecer. Depois, maltratam o povo por conveniência política, por politicagem.

Não vamos deixar, Sr. Presidente, que o povo de Santarém seja sacrificado. Na quarta-feira, vamos voltar a esse assunto. Já estou pedindo, antecipadamente, permissão para um Senador da República possa ir às

ruas de Santarém protestar em favor do povo daquela terra querida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney. V. Ex^a dispõe de até vinte minutos ou mais, se desejar, com a maior satisfação.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, serei breve. Até porque o assunto que me traz a esta tribuna é fazer uma sugestão e, ao mesmo tempo, um apelo, e o apelo é ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, o País inteiro está solidário e acompanha o drama do Rio de Janeiro, submetido a uma grave epidemia de dengue. Eu queria justamente recordar que tivemos neste País um órgão que se chamava de Superintendência de Campanhas de Saúde, criado em 1970, que era encarregado justamente de combater as endemias e as epidemias. Tínhamos um grande corpo de funcionários, popularmente chamado de exército dos Mata-Mosquitos, que percorria o Brasil inteiro, os lugares mais remotos, visitando as casas e, através de ações de saúde pública, procurando ensinar às populações a combater as epidemias que se instalavam por todo o País.

Simplesmente, Sr. Presidente, essa superintendência foi extinta em 1990. E determinaram que esses homens fossem incorporados à Fundação Nacional de Saúde, Funasa, e muitos deles, que tinham sido contratados sem concurso, foram demitidos e ficaram sem ter nenhum amparo do Poder Público.

Quero recordar que coube à Sucam as atividades diretas de erradicação e de controle de endemias que apresentavam transmissão atual ou potencial. Seu antecessor tinha sido o Departamento Nacional das Endemias Rurais, criado em 1956, com a finalidade do serviço de investigação e de combate à malária, à leishmaniose, à doença de Chagas, à peste, à brucelose, à febre amarela e a outras endemias existentes neste País.

Nesta Casa, temos muitos colegas médicos que são testemunhas do trabalho feito durante tanto tempo por esses homens. Os mata-mosquitos eram bem-vindos, e recebidos com um lado romântico em todo o Brasil. Eles não chegaram só em 1956. Em 1903, no tempo de Rodrigues Alves, que foi Presidente da República nos primeiros anos deste século, o grande trabalho preferencial e prioritário do Governo foi transformar o Rio de Janeiro numa capital habitável, porque a cidade do Rio de Janeiro tinha a fama de cidade insalubre naquele tempo.

O próprio corpo diplomático não desejava morar no Rio de Janeiro: eles moravam em Petrópolis, moravam nas redondezas fugindo àquilo que eles chamavam os miasmas do Rio de Janeiro. E também devemos lembrar que o próprio Rio Branco, o grande Rio Branco, que foi, durante tanto tempo – 10 anos -, Ministro de Relações Exteriores do Brasil, tinha tanto medo de morar no Rio de Janeiro e ser vulnerável às doenças que morava em Petrópolis.

A verdade é que Rodrigues Alves resolveu sanear o Rio de Janeiro. Para isso, ele entregou a cidade ao Prefeito Passos, que foi encarregado de grandes obras públicas de saneamento através de valas e de canais que pudessem drenar os charcos, os pântanos que ali existiam, e chamou Oswaldo Cruz e o encarregou da saúde.

Foi aí que Oswaldo Cruz criou o seu grande nome. Ele foi o grande sanitário do Brasil: no Rio de Janeiro, ele empreendeu as várias campanhas que foram feitas. Entre parênteses, lembremos que a campanha da vacina, o nosso Rui Barbosa, que nos protege – é uma das páginas que nós não entendemos da inteligência do Rui Barbosa -, foi um dos líderes contra a sua aplicação no Rio de Janeiro.

Não era sem motivo que a população do Rio de Janeiro tinha receio de morar naquela cidade, porque o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos, a grande figura do Império, o homem que tinha dito *Agora sou regressista, uma vez que já fui liberal*, foi vítima da febre amarela no Rio de Janeiro. O próprio Rodrigues Alves, em 1919, havia sido eleito novamente Presidente da República quando, entre a eleição e a posse, morreu de gripe espanhola, contraída no Rio de Janeiro – em sua cidade natal, Guaratinguetá.

O mosquito que hoje ataca o Rio de Janeiro, o *Aedes aegypti*, é o responsável pela febre amarela urbana e também pela dengue. As cidades brasileiras, principalmente as cidades da costa, sempre foram atacadas por epidemias e endemias ao longo de toda a história do Brasil. Encontramos, quando estudamos a história do nosso País, em várias cidades, as notícias das epidemias a que periodicamente eram submetidas muitas das nossas capitais. O Rio de Janeiro, além de ser uma cidade insalubre, era um porto de mar, e os marinheiros que chegavam, muitas vezes, traziam doenças, pestes que se propagavam. Também a história conta que o Rio de Janeiro tinha – além da dengue, da febre amarela -pestes, malária, e inúmeras doenças infeciosas e intestinais, provocadas pela péssima água que ali existia para o consumo.

Em 1955, o *Aedes aegypti* foi dado como erradicado no Brasil. Em 1958 a erradicação foi confirmada pela Organização Pan-Americana de Saúde. Mas ele

reapareceu, no Pará, em 1967 e chegou ao Rio de Janeiro, em 1977. Quando eu fui Presidente da República, tivemos um surto de dengue, em 1986 e 1987. E, então, nós tivemos uma vitória também transitória.

Em 1990 – talvez haja uma certa ilação que nós tenhamos que tirar houve a extinção da Sucam com os seus exércitos fantásticos dos Mata-Mosquitos – os casos ultrapassaram a barreira dos 100 mil. Em 1998, foram 360 mil; e o ano passado, 430 mil. Este ano, os números são também alarmantes. Nós sabemos que a dengue não atinge só o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro porque tem maior visibilidade. Mas outras capitais do Nordeste, da Amazônia também sofrem.

Há pouco o Senador Mário Couto, do Pará, fala sobre a ocorrência de uma epidemia de dengue em Santarém. Enfim, muitas cidades, não só o Rio de Janeiro, são atacadas pelo mosquito e sujeitas à epidemia. Eu mesmo sou testemunha. Na Região Norte, especificamente, no Amapá, há uma constante presença da doença e do mosquito.

Agora, os jornais estão noticiando que há uma esperança de que se descubra uma vacina contra a dengue dentro de pouco tempo. Mas eu acho que nós devíamos restaurar a Sucam para restaurarmos um exército que foi vitorioso, o exército dos Mata-Mosquitos. Pode ser até uma coisa romântica que eu esteja fazendo, pode até ter um saudosismo. Mas, na verdade, aquilo deu certo. E se nós, hoje, tivéssemos o País novamente invadido por aqueles homens, visitando as residências, como eles faziam, eliminando os focos do mosquito já com descoberta dos inseticidas, pulverizando as regiões infestadas das casas, instruindo as populações casa a casa, como se deve combater, não só essa parte, como também os que ele representa como transmissor da febre amarela, talvez que nós tivéssemos um resultado, não somente para este caso presente do Rio de Janeiro e das outras cidades, mas uma coisa permanente para o Brasil em benefício do povo brasileiro.

Assim quero fazer essa sugestão. Por que o Ministério da Saúde não estuda a restauração desse serviço, mantendo permanentemente aquilo que tivemos no passado e que deu resultado. Faríamos isso evidentemente sem dispensar as técnicas modernas e que estão sendo colocadas à disposição do País, como a vacina que vai chegar e espero que chegue o mais rapidamente possível. Mas aquele exército é um exército que deve voltar para trabalhar pela saúde pública brasileira. E era tão pouco o dispêndio, representava um salário tão baixo, eram poucos os recursos gastos pelo País – e nós gastamos muito mais pelos resultados que nós estamos vendo do crescimento dessas ende-

mias e dessas epidemias, com o aumento que houve da incidência delas depois que a Sucam acabou.

Portanto, era esse o apelo que eu queria fazer. Essa lembrança...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Com muito prazer, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente Sarney, outro dia, eu lia um livro de Charles De Gaulle. Ele participou de duas guerras; na última, ele foi fundamental para libertar Paris, como V. Ex^a sabe. Então, ele dizia que só era bom comandante aquele que tinha grande cultura. V. Ex^a é este homem: um grande comandante de cultura. V. Ex^a, em todos os aspectos, está fazendo saúde; eu, que sou médico, antevejo. Se você vir as nossas Américas, o exemplo clássico que V. Ex^a está dizendo, eu acho que o mais fundamental, o que mudou tudo foi aquele canal do Panamá. Foi a engenharia francesa que começou; não ia para frente porque havia lá a febre amarela, as doenças, as endemias, as epidemias. Aí os americanos primeiro fizeram o saneamento, e está aí a beleza da obra do canal do Panamá. É como V. Ex^a diz em relação às preocupações. Mas V. Ex^a, que é um homem culto e que acabou de me presentear com um livro do Pe. Antônio Vieira, que é isso tudo, eu me lembro do Rio de Janeiro, que eu queria reviver aqui: Afrânio Peixoto, que fez o primeiro livro sobre higiene do País, bradava, nesse tempo que V. Ex^a está recordando, de Rodrigues Alves e de Oswaldo Cruz: "No Rio de Janeiro, a saúde pública é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus". Então, não podemos voltar àquilo. Realmente, V. Ex^a foi um Presidente extraordinário nesse setor. Além do SUS – na visão de V. Ex^a, a saúde tinha de ser como um sol, igual para todos –, V. Ex^a fez uma coisa que eu não entendo como é que acabaram com ela: a Ceme. Olha, Presidente Sarney, eu era médico e eu nunca fui ligado a negócio de dinheiro, não; eu gosto mesmo é de mulher, da Adalgisa, das minhas filhas e tudo. Eu andava com um talão no bolso e não era talão de cheque, não. Era um memento da Ceme, de V. Ex^a. Não adianta receitar o papel – às vezes, vai ofender –, porque ele não tem condição de comprar o remédio. V. Ex^a criou a Ceme, a Central de Medicamentos. Eu estou dando testemunho. Tenho 42 anos de médico. Olha, eu buscava ali. Eu não tinha carteira, não; era um mementozinho da Ceme, para que aquela brasileira ou aquele brasileiro que consultasse pudesse buscar o medicamento. E não é só isso, não. V. Ex^a é como disse Padre Antônio Vieira: o bem nunca vem só. O senhor nem sabe. O senhor garantiu a Fsesp, que foi o aperfeiçoamento de tudo isso. A Fsesp tinha os médicos exclusivos da

saúde. Ela só servia à saúde pública. Os salários defasaram, acabaram a Fsesp. Tanto é verdade que, na minha cidade de Parnaíba, V. Ex^a deixou um hospital da Fsesp. Saiu, não terminaram, e eu, como Prefeito, consegui terminá-lo e o nome ficou Dirceu Arcoverde, porque quem me propiciou, eu passei para o Município, foi Valdir Arcoverde, que não era mais Ministro da Saúde, era desse Fsesp. Então, V. Ex^a foi um extraordinário Presidente. V. Ex^a é visto hoje como o homem da transição democrática. Deus escreve certo por linhas tortas. Talvez o Tancredo Neves não tivesse a paciência que V. Ex^a teve de enfrentar mais de 10 mil greves, e tudo na paz e na concórdia. V. Ex^a, Senador José Sarney, fez – ó Luiz Inácio! – o prêmio mais importante de alimentação, esse programa do leite. E V. Ex^a talvez nem saiba, mas eu sou testemunha. O senhor talvez tenha visto... Só a mãe vê o infante! Mas, não. V. Ex^a propiciou ao homem do campo a riqueza de ter sua vaquinha e pagava o leite. V. Ex^a foi um extraordinário Presidente da República. E o melhor foi a bênção e a mensagem que a santa Kyola deu: "Meu filho, não prejudique os velhinhos". Que isso chegue ao nosso Presidente da República.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, eu agradeço o generoso aparte de V. Ex^a, que, aliás, não é a primeira vez que o faz. V. Ex^a sempre foi muito generoso comigo.

Conheço o Senador Mão Santa desde o tempo em que ele era o médico Mão Santa, popular, caridoso, que andava nas areias da Parnaíba, da Tutóia e do Delta do Parnaíba, atendendo aos pobres. Era o médico dos pobres e, com isso, fez a sua carreira política. Daí a sua sensibilidade para esses problemas, sobretudo da saúde, que ele conhece tão bem não só de teoria como também na prática, porque lidou com eles numa região pobre, onde se desempenhou sempre com grande êxito, tanto que fez a sua brilhante carreira política.

Sr. Presidente, também tenho um lado humano, que muitas vezes é preponderante na minha personalidade. Eu poderia fazer aqui um discurso – talvez esperassem isso de um ex-Presidente da República – sobre os problemas da saúde brasileira e suas teorias, mas eu me sensibilizei profundamente com o drama que ocorre no Rio de Janeiro. Eu não posso pensar que seja o mesmo problema que havia no princípio do século XIX, quando se tinha de mandar buscar médico em outros Estados. Há coisas simples de que dispomos e que abandonamos, mas podemos continuar, podemos repetir.

Senador Mão Santa, eu queria apenas fazer uma pequena retificação quanto à frase de Dona Kyola. Em vez de "não prejudique", ela disse: "Não deixe preju-

dicar os velhinhos", porque ela sabia que eu jamais prejudicaria os velhinhos.

Então, quanto ao problema da saúde pública no Brasil, tenho certo autoridade para falar, porque, quando fui Presidente da República, no Brasil só tinham direito a assistência de saúde pública os empregados com carteira assinada e profissionalizados ligados aos institutos. O resto da população brasileira não tinha onde tomar uma injeção e, se precisasse, vivia da caridade pública das santas casas abandonadas e das associações de caridade. Foi no meu Governo que criamos a universalização da saúde, isto é, o direito de todo brasileiro ser assistido em sua doença desde o nascimento até a morte, de chegar à porta de um hospital e não ser recusado. Essa universalização da saúde, esse direito que cada brasileiro tem hoje é, sem dúvida alguma, para mim, motivo de grande satisfação como homem público, porque foi durante o nosso Governo que se implantou esse sistema no Brasil.

Portanto, agora, estou tratando também de um tema de saúde pública. Não estou mais para dar conselhos aos que governam, porque acho que a minha posição é aquela de quem não pode extrapolar as suas limitações que o próprio destino lhe deu. Mas hoje eu me achei no dever de vir a esta tribuna e repetir o que já fiz por meio dos jornais: um apelo, talvez um apelo saudoso, para que seja examinada a necessidade, pelo Governador do Rio de Janeiro, pelo Presidente da República, pelo Ministro da Saúde, de voltarmos a uma grande campanha nacional de saneamento. Como disse o Senador Mão Santa, os sanitários desapareceram. No Brasil, hoje, os médicos não desejam mais ser sanitários. Essa função é como o sacerdócio e foi abandonada porque eles já não têm espaço nem têm remuneração condigna. Mas esse é um problema de saneamento, e na hora de fazer saneamento precisamos contar com os sanitários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Parabéns ao Presidente Sarney.

Para fazer justiça, é preciso registrar, sim, que foi no Governo do Presidente Sarney que se implantou o SUS no País e que se iniciou o processo de municipalização da saúde pública brasileira. Portanto, um grande salto, um avanço histórico em matéria de saúde pública no País. Eu era, à época, Governador do Paraná e testemunhei todo esse esforço do Presidente Sarney.

Com a palavra o Senador Sibá Machado. Peço ao Senador Mão Santa que assuma a Presidência desta sessão.

O Senador Sibá Machado tem 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Senadores, venho à tribuna, hoje, primeiro, para atender a um pedido do Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado, Senador João Tenório.

O Senador João Tenório emitiu uma nota e pediu-me que a lesse na tribuna hoje por causa das declarações do representante da ONU para o Direito à Alimentação, Sr. Jean Ziegler, que, em entrevista a uma rádio da Alemanha, hoje, teria dito que *"a produção em massa de biocombustíveis representa um crime contra a humanidade por seu impacto nos preços mundiais dos alimentos"*.

Essa declaração, no nosso entendimento, expressa uma posição de muita agressividade no tratamento com essa tecnologia que o Brasil divulga no mundo inteiro.

Então, em primeiro lugar, Sr. Presidente, vou ler a nota emitida pelo Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis, ligada à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária daqui do Senado.

Diz a nota:

"A Subcomissão de Biocombustíveis do Senado vem denunciar a onda crescente – e injustificável – de manifestações no mercado internacional contra a produção de biocombustíveis, particularmente do etanol. Não existe o menor sentido no alarme criado por autoridades da União Européia e do Banco Mundial, responsabilizando o aumento da produção de biocombustíveis pela explosão geral dos preços dos alimentos. O que os europeus chamam de food X fuel é uma hipótese irreal, que visa esconder o verdadeiro foco do problema: o desequilíbrio inaceitável na distribuição de riquezas.

O desenvolvimento econômico traz, evidentemente, maiores pressões sobre o consumo de alimento e energia. Tais pressões vêm ocorrendo não apenas no Brasil, que vive hoje um novo ciclo de crescimento – o que é absolutamente louvável –, como em outros mercados emergentes, a exemplo de China e Índia. A Subcomissão reitera, portanto, a posição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que rebateu, na Europa, as críticas sobre o impacto dos biocombustíveis nos preços das commodities agrícolas e atribuiu o problema ao aumento da demanda mundial de alimentos, com a redução da pobreza.

Incentivar a produção agrícola e equilibrar oferta e demanda, de forma a evitar crises

de abastecimento, é um desafio dos governos atuais. Um desafio que exige, isso sim, a revisão da política tributária e da política de juros, garantias do equilíbrio cambial e de investimentos em infra-estrutura. Não podemos esquecer, também, o enorme peso do petróleo – que vem numa escalada de preços absurda – na composição de preços e na explosão inflacionária.

No Brasil, particularmente, a agroenergia não compete de forma alguma com a segurança alimentar. Nossa etanol é obtido a partir da cana e ocupa pouco mais de 3 milhões de um total de 400 milhões de hectares de terras agricultáveis. Mais que isso, o avanço da produção de cana deverá se dar sobretudo nas áreas de pastagens degradadas, que representam cerca de 60 milhões de hectares atualmente.

Não procedem, ainda, os questionamentos sobre o ganho ambiental dos biocombustíveis e as tentativas internacionais de apontar o etanol como ameaça potencial à devastação da Amazônia. Tais declarações são fruto de absoluta falta de informação ou por conveniências de mercado. Esse é um risco inexistente: a cana é gramínea e precisa de cerca de 1300/1500mm de chuva por ano e um período seco para se desenvolver; a Amazônia não tem essas características. A Amazônia não é, assim, região mais apropriada para esse cultivo. A cana também não deverá empurrar outras culturas para a Amazônia, uma vez que sua expansão não depende de áreas ocupadas por outros produtos agrícolas para o seu desenvolvimento.

Por tudo isso, o recuo da Alemanha em sua decisão de dobrar para 10% a mistura de etanol à gasolina, assim como a retirada de financiamento a um programa de etanol por parte do Reino Unido, não nos parece fazer sentido. Também as acusações do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, de que o Brasil e Estados Unidos praticam dumping de biocombustíveis demonstra um desconhecimento dos mecanismos de produção do agronegócio, ao menos no Brasil.

Essa ‘má vontade’ do mercado europeu deve merecer a maior preocupação por parte do Governo brasileiro. Afinal, nosso País tem como plano estratégico tornar o etanol uma commodity mundial.

A Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado Federal defende ser da maior conveniência a formação de uma ‘Frente Pró-Bio-energia’, envolvendo Executivo, Legislativo, iniciativa privada e todos os setores ligados a este programa que é estratégico para o País e para o mundo.

Essa é a nota assinada pelo Senador João Tenório, Presidente da Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado Federal.

Sr. Presidente, é muito importante lembrar que o programa do álcool de cana no Brasil, iniciado ainda na década de 70, já foi, no nosso entendimento, um ato de muita coragem do Governo brasileiro, ao dar início a um programa que ninguém mais conhecia no mundo afora. E, para tal, teve que criar todo um arranjo de proteção inicial para esse programa. Mas, mesmo assim, esteve à beira da morte.

No atual Governo, depois de consolidada essa matriz, lançou-se o Programa de Biodiesel, trazendo também na sua matriz a participação de pequenos produtores e a regionalização da matéria-prima, para que não ficássemos vinculados apenas à produção de uma oleaginosa, a soja.

Esses programas são muito desafiadores. Primeiro, porque colocam o nosso País na vanguarda de uma tecnologia dessa magnitude; segundo, porque estabelecem a agricultura brasileira como mais um ganho muito grande de rendimento, competindo – é claro – com o fornecimento de combustíveis líquidos no Brasil; e, por último, contribuindo para que se reduzisse a emissão de CO₂ por meio da queima de combustíveis fósseis.

No que diz respeito ao abastecimento interno do Brasil, o que foi apenas o carro de motor a álcool puro do passado avançou para a mistura do álcool à gasolina, na proporção de até 25%, sem nenhum prejuízo para o motor. Atualmente, o nosso País dá de goleada em tecnologia dos motores de veículos automotores, criando o chamado carro **flex**, que pode usar dois tipos de combustível, puro ou misturado. Pode-se ir a um posto de gasolina, já tendo no tanque um pouco de gasolina pura, pode-se ter gasolina misturada, como também álcool puro ou álcool misturado.

Pois muito bem. Até agora, ninguém no mundo tem isso. Avançou-se na idéia de que outros países fizessem um experimento dessa natureza. Neste momento, os Estados Unidos também avançam na produção de álcool. Como não têm a possibilidade de produção de cana – porque, é claro, a sua posição geográfica não permite que se avance na produção dessa gramínea, que é a cana-de-açúcar –, avançaram muito em tecnologia para a produção do milho. Mas não cabem,

hoje, as condições tecnológicas que o país tem para a produção da cana. Para a produção de álcool a partir do milho, os Estados Unidos fazem um balanço energético muito pequeno. Então, gastam rios de dinheiro para produzir álcool a partir do milho. E o milho, sim, é base alimentar.

No nosso caso, hoje temos cerca de seis milhões de hectares ocupados com cana-de-açúcar. Metade dela, para a cana produzir açúcar; a outra metade, para a produção de álcool. Do milho que os Estados Unidos utilizam para a produção de álcool, estão chegando cerca de 25/26 bilhões de litros por ano, com um custo elevadíssimo. E, ainda, tirando o milho, que é alimento. No nosso caso, com esses poucos mais de três milhões de hectares, nós estamos com cerca de 21 e meio bilhões de litros de álcool. Enquanto os Estados Unidos gastam 1kg de milho para gerar cerca de 2 litros de álcool, nossa proporção é de que 1kg de cana avance para cerca de 6/7 litros de álcool. Então, é incomparável a redução de custo de produção de álcool a partir da cana-de-açúcar.

O que está acontecendo agora, Sr. Presidente? Uma campanha, na Europa, muito forte. E, aí, no nosso entendimento, não é por ignorância, por desconhecimento do programa, mas apenas por uma questão de reserva de mercado, de não querer ter o Brasil como o único fornecedor de uma tecnologia dessa magnitude. Então, estão acusando o Brasil de uma coisa que não é verdade. A acusação é a de que o Brasil ameaça ocupar suas terras agricultáveis com um único produto, a cana-de-açúcar, para a produção de álcool, e vender para o mundo todo.

Temos hoje, nas contas que são oferecidas ao Ministério da Agricultura por diversas outras instituições, cerca de 60 milhões de hectares de terras sub-ocupadas, em fase de subprodução e até de degradação, por pastagens que podem muito bem ser transformadas em produção de cana, sem atingir um único hectare de outros tipos de produto. Então, se fizermos uma contabilidade, até mesmo pela capacidade tecnológica que o Brasil tem, saímos de uma produção, na década de 90, da ordem de 100 milhões de toneladas, estamos ultrapassando os 130 milhões de toneladas e devemos chegar, até 2010, a uma safra de 145 milhões de toneladas. Portanto, queremos entender que dizer uma coisa dessas do Brasil é pura esperteza com relação à área de domínio comercial.

Os alemães acabam de recuar da meta de colocar 10% de álcool na mistura de sua gasolina. O Reino Unido, a Inglaterra, recua do programa de favorecimento da chegada da mistura de álcool a sua gasolina, e isso está irradiando uma situação muito ruim nesse mercado, especialmente na Europa.

Acusam, ainda, o Brasil de que poderá devastar a Amazônia com a produção exclusiva de álcool. Então, é querer duvidar da competência dos brasileiros ou é querer fazer puramente reserva de mercado.

O que podemos entender, Sr. Presidente, é que a Alemanha, ou a Europa como um todo, realmente, não tem um palmo de terra disponível para a produção de produtos que possam se transformar em biodiesel ou etanol. Isso podemos compreender perfeitamente. Portanto, os países que poderão avançar nessa direção são os países da América Central, América do Sul, especialmente o Brasil, África e alguns países da Oceania. Não há outros. A diversificação está nesses países de chamada baixa latitude, do hemisfério sul. Com tecnologia e áreas disponíveis, apenas o nosso País.

É inaceitável o debate que está sendo feito na Europa. Li de muito bom grado a nota, e foi a matéria que o Presidente Lula tratou agora na sua visita à Holanda. Esperamos que a União Européia reveja essa posição que está tomando, porque o País não pode pagar por esse tipo de entendimento. Já temos, no nosso entendimento, tecnologia suficiente para até, quem sabe, aumentar cerca de 50%. Tanto é que o trabalho pesado, hoje, das pesquisas da própria Petrobras e da Esalq, a escola superior de agricultura da USP, em São Paulo, está avançando na tecnologia da hidrólise do bagaço da cana e da sua folhagem, para até, quem sabe, dobrar a produção de etanol no Brasil, sem precisar nem ampliar a área de plantação.

Portanto, era isso que eu queria deixar: a nota do nosso Presidente, Senador João Tenório.

Sr. Presidente, quero aproveitar a ocasião, já que estamos falando de energia, para dizer que saiu na imprensa de hoje que o Diretor-Geral da ANP, nosso companheiro Haroldo Lima, anuncia, em caráter não-definitivo, que as pesquisas avançam para termos um novo bloco de petróleo em Santos, no litoral paulista. Está sendo chamado pela ANP de Bloco Carioca, o bloco BMS-9, na Bacia de Santos, três vezes maior que o de Tupi. Somando-se ao de Tupi, o Brasil poderá vir a ser o terceiro país produtor de petróleo do mundo.

São notícias muito boas. Esperamos ansiosamente que elas se confirmem. Se forem confirmadas, o Brasil definitivamente poderá, num futuro breve, chegar ao ano 2020 como um país bem na área de energia de todas as fontes: hidráulica; fóssil; energias renováveis, como o biodiesel e o etanol; a energia dos ventos. Agora, com a ampliação, pelo ProInfra, da produção de pequenas e médias centrais hidrelétricas, poderemos, sim, ser o país campeão do mundo, nestes próximos dez, quinze anos, em energia de todas essas fontes.

Encerro, dizendo que fico muito feliz em acreditar definitivamente que o nosso País é um país abençoadado por Deus.

Ainda quero parabenizar os cientistas brasileiros por avançar tão brilhantemente em pesquisas que estão colocando o nosso País na sua redenção econômica e esperamos continuar também na redenção democrática. Este é um País onde realmente vale à pena ter nascido. Vale à pena ser brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Siba Machado, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Siba Machado, eu queria apenas me somar à tese de V. Ex^a, que foi muito bem abalizada e explicada com as perspectivas de riqueza energética do nosso País.

O nosso Piauí, que tem onze milhões de hectares de cerrado, só tem uma indústria de cana que produz álcool: a Convap, que foi criada pela inspiração e pelo trabalho do empresário piauiense Ari Magalhães. Hoje ele foi vendido e não lhe pertence mais. Mas só tem uma.

Só de cerrado, o seu Piauí, que é o nosso, tem onze milhões de hectares. É justamente na área onde nasceu V. Ex^a, que é de gente muito boa. O que é importante é que a produção de cana para a produção de álcool é na sua região de União e José de Freitas. Só tem uma, por enquanto. Então, tem muita área a produzir. Só de cerrado agricultável, a nova fronteira agrícola do Piauí tem onze milhões de hectares de cerrado, três milhões à margem do rio Parnaíba. E a produção maior é de alimentos, é soja. Tanto é verdade que, para o Piauí, foi a Bunge, que eu levei no meu Governo.

Então, a Bunge só se fez presente quando tivemos uma produção de 400 mil toneladas de soja, quer dizer, uma produção de alimento bem maior. E hoje já está maior.

Então, essas são as palavras.

É como eu digo, a ignorância é audaciosa. Basta que os europeus olhem o mapa *mundi* para ver a grandeza territorial que nós temos para produzir alimentos e produtos que geram energia.

V. Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento.

Apenas aproveito a oportunidade em que estou na Presidência para elogiar, Siba Machado, a sua Ministra Marina Silva. Fiz uma correspondência para S. Ex^a, e o secretário me responde:

"Tenho a honra de enviar a V. Ex^a cópia do Ofício nº 159, de 2008, de 31 de março último, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, encaminhando informações e resposta."

A sua Ministra, a Senadora Marina Silva, aqui representada pelo Siba Machado, é muito competente e dedicada e responde.

A nossa preocupação era que uma empresa do Sul do Estado entrou em negociação por uma área verde. E o Piauí é carente de área verde, porque 40% do território do Piauí é o semi-árido. Temos uma pobreza em vegetação: 11 milhões de hectares são cerrado.

A área, por exemplo, onde eu nasci tem pouca vegetação, porque usinas à lenha a devastaram. Parnaíba, que era industrial, tinha duas. Então, nós temos pobreza de vegetação. Daí a preocupação de muitos ambientalistas, mas, graças à atuação da Ministra, ela está ajustando. A Ministra é realmente dedicada. Uma vez eu tive uma audiência com ela, juntamente com V. Ex^a

Isso é um exemplo para os outros. Hoje, eu ouvi aqui o nosso Senador Geraldo Mesquita, renunciando ao seu cargo de representante brasileiro do Mercosul, porque os Ministros a que ele solicitava não davam atenção. Então, eu quero agradecer a maneira como ela se comportou, como sempre. Ministra Marina Silva: extraordinária representante da mulher na política.

Então, ela diz:

"Sr. Senador, refiro-me ao Ofício nº 1.132, de 2007, que trata do Requerimento de Informação nº 662, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, o qual solicita informações sobre ações empreendidas pela empresa JB Carbon S/A no Projeto Energia Verde da Serra Vermelha, Estado do Piauí.

É uma região do sul. Gilbués é uma seção hoje que tem desertificação, porque não houve uma Ministra dessas para entrar no garimpo. Dessa maneira, a região de Gilbués, por falta de ação e falta de ministério competente, é hoje desértica. Então, para que isso não ocorra, nós nos preocupamos, a pedido de muitas entidades ambientalistas. A preocupação dessa, vamos dizer, última reserva vegetal que nós temos, que é a Serra Vermelha.

"Com relação ao assunto, comunico que o empreendimento foi suspenso e, posteriormente, conservado pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama, situação em que se encontra até o momento. Essa suspensão foi confirmada pela recente decisão da 5ª Turma do Tribunal Regional Federal, 1ª Região, que suspendeu por una-

nimidade a autorização do manejo florestal da empresa JB Carbon, até que sejam realizados os estudos de impacto ambiental (nota informativa da Cédula C da Comissão Social de Agravo)."

E aí dá o número, é uma burocracia, divulgado em 12/03.

"Por fim informo que este Ministério realizou estudo na região e, a partir dele, está sugerindo a criação de uma unidade de conservação e proteção integral, a ser denominado Parque Nacional da Serra Vermelha, com o objetivo de preservar os recursos naturais, conservar a biodiversidade e promover a visitação pública e ecoturismo como forma de favorecer o desenvolvimento regional em base sustentável.

Atenciosamente,
Marina Silva.
Ministra do Meio ambiente"

Em nome do Estado do Piauí, nós agradecemos o que esperávamos: uma atenção pronta, imediata e proba, porque é sabido que esse grupo empresarial corrompia muitas instituições e estava em um debate. E a nossa preocupação é porque nós conhecemos a pobreza de vegetação do Piauí.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quero, em primeiro lugar, dizer a V. Ex^a que transmitirei as palavras que acabo de ouvir à Ministra. Também acho muito importante, porque eu tinha algumas informações sobre o problema de Serra Vermelha e acredito que o ofício de V. Ex^a vá na direção de se encontrar uma alternativa para aquele problema. E esperamos então, que, tão logo tenha esta verificação do estudo de impacto ambiental, se possa dar um destino muito melhor para o uso da vegetação daquela região.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E a Ministra merece o nosso aplauso, porque hoje um Senador da República da região da Amazônia, que representa o Mato Grosso do Sul, estava magoado com o desapreço de vários Ministros que não o atendiam. Então, eu quero que se saliente que nós já esperávamos. Não é novidade. Eu fui levado por V. Ex^a a uma audiência, e eu tinha essa imagem de prontidão e de retidão de S. Ex^a a Ministra Marina Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com a palavra o Líder do Governo, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para fazer dois registros. O primeiro registro de que, nessa última semana, passei todo o fim de semana em Roraima, conversando com os diversos segmentos envolvidos na questão Raposa Serra do Sol, e posso dizer que, com a decisão do Ministro Carlos Ayres de Britto que suspendeu a operação, nós ganhamos um tempo para buscar construir um entendimento.

Há dez anos que eu apresento uma proposta que visa construir um entendimento entre todas as partes envolvidas. Defendi, há dez anos, a demarcação em área contínua, desde que houvesse a exclusão de pequenas áreas, para que questões estratégicas para o Estado pudessem ser preservadas. Defendi a demarcação em área contínua, quando todos defendiam a demarcação em ilhas. E eu sempre defendi a demarcação em área contínua, porque entendia que politicamente não havia outro caminho, senão a demarcação em área contínua.

Mas sempre defendi também – e vou tratar disto no Supremo Tribunal Federal – a exclusão do Vale do Arroz, considerando não só os produtores atuais, mas o potencial de produção do Vale do Arroz; do local da construção da Hidrelétrica de Cotingo, que também não é habitada por comunidade indígena; do Lago do Caracaranã, que é um local turístico estratégico do nosso Estado; e da Vila do Surumu, que é a primeira vila do território de Roraima.

Então, são quatro pontos, nos quais tenho me batido ao longo dos dez anos. Estivemos muito perto de chegar ao entendimento. Não chegamos, porque, na época, o Governo do Estado preferiu bancar a tentativa de solução de demarcação em ilhas e isso não se resolveu.

O Ministro Carlos Ayres Britto, com muita responsabilidade, com muito cuidado, e o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, deram essa trégua a esse processo que estava preocupando a todos de Roraima. Agora, com essa trégua, é possível que tenhamos a condição de construir, via Supremo Tribunal Federal, uma solução que pacifique Roraima.

O confronto não interessa a ninguém. As comunidades indígenas estão preocupadas. Já existe uma espécie de confronto entre visões diferentes das próprias comunidades indígenas. Isso não é bom para Roraima.

Quero registrar que a paralisação da operação nos dá tempo para tentar buscar uma solução. Vamos interagir com o Supremo Tribunal Federal. Tive também reunião com o Ministro Tarso Genro e nós estamos procurando caminhos para viabilizar uma melhor justiça nas indenizações daqueles que tiverem de sair. Infelizmente, alguns processos de indenização estão

sendo feitos de forma injusta. É importante que haja recursos do Governo Federal para, com justiça, fazer as indenizações das pessoas que saíram. Estamos trabalhando também nessa linha e temos a sensibilidade e o apoio do Ministro Tarso Genro.

Então, fica esse primeiro registro, Sr. Presidente.

Faço um segundo registro de que a Ministra Dilma Rousseff confirmou que, a partir do dia 29, quando do seu retorno de viagem ao Japão, virá à Comissão de Infra-Estrutura. Já mantive contato hoje com o Presidente da Comissão, Senador Marconi Perillo, para que marque entre o dia 29 de abril e o dia 5 de maio, portanto dentro do prazo regimental da Comissão, de 30 dias, a vinda da Ministra para falar sobre o PAC, para falar sobre a hidrelétrica de Belo Monte e outros assuntos correlatos a essa questão da infra-estrutura do País.

Eram esses dois registros que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A V. Ex^a os nossos aplausos. Penso que o Presidente Luiz Inácio foi muito bem inspirado quando colocou V. Ex^a como Líder do Governo, além de representar com grandeza também o Estado de Roraima.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a partir de 2004, o Departamento de Museus e Centros Culturais (Demu), entidade vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), autarquia pertencente ao Ministério da Cultura (Minc), lançou um programa de reestruturação dos museus nacionais.

Com os bons resultados alcançados naquele ano, no exercício 2005/2006, um total de 264 instituições museológicas das cinco regiões brasileiras respondeu ao Edital de Modernização de Museus divulgado pelo Ministério. Solicitaram meios financeiros para adquirir novos acervos, equipamentos, mobiliários, recursos para a realização de reformas em suas dependências e para incentivar, no âmbito dos Municípios, atividades diretamente ligadas às práticas educativas, com a concessão de prêmios aos trabalhos de maior destaque.

Aliás, com esse fim, prestigiar e premiar as práticas relacionadas à ação educativa em museus brasileiros, é importante destacar que o Minc está promo-

vendo, em nível nacional, o Prêmio Darcy Ribeiro, que será regido pela Lei nº 8.666/93 e pela Lei nº 4.320/64 (Lei do Orçamento), Lei-Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e demais normas que porventura sejam aplicadas ao caso.

De acordo com o Ministério, poderão concorrer ao Prêmio museus públicos municipais, estaduais e federais, desde que não tenham ligação com a estrutura do Ministério da Cultura; órgãos ou entidades públicas aos quais essas instituições estejam vinculadas; museus de direito privado sem fins lucrativos.

É importante salientar que o envio dos projetos deve ser feito exclusivamente por via postal, aos cuidados do Departamento de Museus e Centros Culturais/ Iphan. Todavia, o prazo de inscrição, que começou no dia 1º de janeiro deste ano e encerrou-se no próximo dia 1º de março. Os prêmios serão pagos em dinheiro. O 1º colocado receberá a quantia de 15 mil reais; o 2º colocado 10 mil reais; e o 3º, 8 mil reais. Os prêmios serão pagos em 30 de dezembro de 2008. Por fim, os vinte trabalhos mais pontuados serão publicados em revista a ser editada pelo Departamento de Museus e Centros Culturais.

No que se refere à seleção dos projetos de reestruturação dos Museus, que é feita por uma Comissão Especial de Avaliação, constituída pela Portaria nº 251, de 6 de outubro de 2005, os pedidos são criteriosamente examinados de acordo com os termos do Edital. Dessa forma, são observados, em detalhe, a clareza da justificativa e coerência do projeto; a razoabilidade dos custos; a exeqüibilidade do cronograma; o impacto local, regional e nacional do projeto, inclusive quanto à geração de emprego e renda; o nível de repercussão institucional do projeto e a descentralização dos recursos, considerando-se a diversidade regional do País.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é importante intensificar as relações dos museus com a sociedade. O museu é um instrumento poderoso de comunicação, de educação e de resgate da memória e da história. O museu engrandece a qualidade da vida urbana e tem a potencialidade de atrair o público. Porém, para atingir esse objetivo, precisamos urgentemente transformar os museus em espaços universais, mostrar ao público a sua importância na formação cultural da comunidade, zelar pelo seu acervo, transformá-lo em um ambiente atrativo, promovendo palestras, intercâmbios com outros museus, cursos e outras iniciativas de cunho cultural que tenham afinidade com os seus objetivos.

Lamentavelmente, mais de 80% da população brasileira, notadamente os menos favorecidos econômica e socialmente, nunca entraram em um museu. Se isso está acontecendo, acredito que estamos falhando

em nossas tentativas de disponibilizar a arte, a cultura, e uma ampla gama de conhecimentos históricos, arqueológicos e antropológicos para toda a sociedade. Apesar de tudo, não resta dúvida de que precisamos melhorar as condições atuais dos nossos museus e apoiar a criação de outros pelo Brasil afora, sobretudo em cidades com até 50 mil habitantes que ainda não dispõem desses espaços culturais.

Como pensa o atual Governo, esse apoio abrange aquisição de equipamentos; elaboração de planilhas para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis e elaboração de projetos museológicos. Por sua vez, de maneira complementar, poderiam ser desenvolvidas ações objetivas para valorizar o acervo. Uma delas, por exemplo, seria a divulgação e a importância de sua conservação, que são campanhas essenciais à preservação do patrimônio e à revitalização do museu. Com essas iniciativas, talvez o público em geral e os estudantes da comunidade consigam compreender melhor a importância de valorizar nossos museus.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão extraordinária convocada anteriormente a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 7, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2008, que altera a redação da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para dar novo prazo à aposentadoria especial de trabalhador rural empregado e para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991, e trata do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. (proveniente da Medida Provisória nº 385, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7.10.2007)

Prazo final (prorrogado): 25.5.2008

2

MEDIDA PROVISÓRIA N° 405, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 405, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de cinco bilhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta reais), para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 28.5.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA N° 406, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 406, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, duzentos e cinqüenta milhões, setecentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 31.5.2008

4

MEDIDA PROVISÓRIA N° 407, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 407, de 2007, que autoriza, em caráter excepcional, a prorrogação de contratos temporários no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos com organismos internacionais; e altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, prorrogando o prazo de recebimento de gratificações pelos servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União; as Leis nºs 11.171, de 2 de setembro de 2005, e 11.233, de 22 de dezembro de 2005, prorrogando o prazo de manutenção de Funções

Comissionadas Técnicas no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e no Ministério da Cultura, respectivamente; e a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, no tocante à Carreira de Analista de Infra-Estrutura.

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

5

MEDIDA PROVISÓRIA N° 408, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 408, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, quinze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e oitenta e dois reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

6

MEDIDA PROVISÓRIA N° 409, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 409, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de setecentos e cinqüenta milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de:
22.3.2008)

Prazo final (prorrogado): 4.6.2008

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006,

tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *incluir o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 57, DE 2005

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sob nºs

– 779, de 2006, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável;

– 272, de 2007, 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1-Plen): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, com a Emenda nº 2-CCJ, de redação; e

– 100, de 2008, 3º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 128, de 2008), Relator Senador Adelmir Santana, ratificando seus pareceres anteriores, apresentando, ainda, as Emendas nºs 3 e 4-CCJ.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

17

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

18

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.

19

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 57, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 57, de 2001 (nº 5.270/2001, naquela Casa), que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.345 e 1.346, de 2007, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador João Durval, favorável, com as adequações redacionais propostas, e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande, favorável.

20

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

21

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 6, DE 2003**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido.

22

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2003 (nº 5.120/2001, na Casa de origem), que *dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo.*

Pareceres nºs 1.049 e 1.050, de 2007, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 a 12-CCJ, que apresenta;

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 4, 6 a 8, 11 e 12-CCJ, à Emenda nº 9-CCJ, nos termos de Subemenda; pela prejudicialidade das Emendas nºs 5 e 10-CCJ; apresentando, ainda, as Emendas nºs 13 a 18-CDR.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator “ad hoc”: Senador Rodolpho Tourinho.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos*

regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Sihessarenko.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer favorável sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Paulo Paim.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 30, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer favorável sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 306, DE 2003

*(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)*

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que *acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.*

41

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 169, DE 2005

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 277, DE 2007

(*Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 702, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para prever a divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.*

45

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 703, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 703, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.*

46

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 704, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2007, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo, que *altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências; e o Decreto-Lei nº 1.896, de 17 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a utilização de instalações e serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, e revoga a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989; a Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e a Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, para desonerar as tarifas aeroportuárias e aeronáuticas e autorizar a sua gradação conforme o grau de saturação e o horário de utilização dos respectivos serviços.*

47

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas,

que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 33, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

49

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 34, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Serviço Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 35, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.

51

PARECER N° 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontram em tramitação na Casa.

52

REQUERIMENTO N° 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

53

REQUERIMENTO N° 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.)

54

REQUERIMENTO N° 882, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 882, de 2007, do Senador Magno Malta,

solicitando a apresentação de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano.

Parecer favorável, sob nº 287, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

55

REQUERIMENTO N° 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente.)*

56

REQUERIMENTO N° 1072, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.072, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando a apresentação de voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do livro “A era da turbulência: aventuras em um mundo novo”.*

Parecer favorável, sob nº 288, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo.

57

REQUERIMENTO N° 1176, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.176, de 2007, do Senador Renato Casagrande, *solicitando a apresentação de voto de louvor ao ex-Vice-Presidente norte-americano Albert Gore Junior e ao IPCC/ Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas por compartirem o Prêmio Nobel da Paz de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 289, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Cristovam Buarque.

58

REQUERIMENTO N° 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. (Local do recolhimento do ISS nas operações de arrendamento mercantil)*

59

REQUERIMENTO N° 1428, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.428, de 2007, do Senador Pedro Simon, *solicitando a apresentação de voto de louvor e congratulações à Senhora Cristina Fernández Kirchner, por ocasião de sua posse como Presidenta da República da Argentina.*

Parecer sob nº 290, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Fernando Collor, favorável, com alterações que propõe.

60

REQUERIMENTO N° 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

61

REQUERIMENTO N° 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (Propaganda de bebidas alcoólicas)*

62

REQUERIMENTO N° 115, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2008, do Senador Cícero Luceana e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta por cinco membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de doze meses, acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.*

63

REQUERIMENTO N° 158, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 158, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária. (Política Pescueira Nacional)*

64

REQUERIMENTO N° 176, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 176, de 2008, do Senador Flexa Ribeiro *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 370, de 1999; 145, de 2000; e o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, que já se encontram apensados,*

por regularem a mesma matéria. (Impenhorabilidade dos bens de família)

65

REQUERIMENTO N° 186, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 186, de 2008, do Senador Expedito Júnior, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Senado nº 210, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (Isenção do Imposto de Importação e IPI incidentes sobre CD e DVD)*

66

REQUERIMENTO N° 199, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 199, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 7, de 2005 e 17, de 2006-Complementar, com os Projetos de Lei do Senado nºs 129 e 183, de 2003 e 291, de 2005, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (Faculta adesão ao SIMPLES por pessoas jurídicas que específica)*

67

REQUERIMENTO N° 210, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 210, de 2008, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 187, 2002; 44, de 2004; e 113, de 2006; além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. (Planos de Saúde)*

68

REQUERIMENTO N° 256, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 256, de 2008, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 280, de 2004; 132, 191 e 467, de 2007, com o Projeto de Lei do Senado*

nº 167, de 2003, que já se encontra apensado aos de nºs 210, de 2003; 75 e 323, de 2004; e 87, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. (Isenção de IPI em automóveis, motocicletas etc.)

69

REQUERIMENTO N° 352, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 352, de 2008, do Senador Flávio Arns, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte. (Obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.)*

70

REQUERIMENTO N° 358, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 358, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais. (Ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual.)*

71

REQUERIMENTO N° 368, DE 2008

Votação, em turno único, do Requerimento nº 368, de 2008, do Senador Wellington Salgado, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, por regularem a mesma matéria (liberdade de manifestação do pensamento e de informação).*

72

REQUERIMENTO N° 417, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 417, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participa-

tiva, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

73

REQUERIMENTO N° 418, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 418, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando a criação de um Dia Mundial de Solidariedade Parlamentar pela vida da ex-Senadora Ingrid Betancourt.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR NA SESSÃO DO DIA 11 DE ABRIL DE 2008, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA CONFORME NOTAS TAQUIGRÁFICAS.

(Art. 201, §3º, do Regimento Interno.)

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, meu caro amigo e meu irmão mais velho neste Senado Federal.

Srs. Senadores, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Paim, Senador Simon – D. Pedro Simon, nosso Líder –, amanheci, hoje, inspirado nas palavras e na manifestação do Presidente Lula, ainda ontem, em visita à Holanda.

Abro os jornais hoje, a nossa mídia impressa, e vejo declarações, Senador Simon, do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional – FMI, Strauss Kahn, e confronto suas declarações com as declarações do Presidente Lula.

Ambos falam de um processo de inflação que se avoluma e causa preocupação, mas cada um com a sua visão. A visão do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional, segundo a imprensa reproduz aqui – ele fala, fala, fala –, é a seguinte: FMI alerta para alta da inflação puxada por alimentos, que, para o BIRD, ameaça pobre. Mas ele não aponta com mui-

ta clareza as soluções que deveríamos tomar para debelar esse problema, que recrudesce e preocupa sobremodo as nações.

Em confronto com suas declarações, temos as declarações do Presidente Lula, Senador Paim. Achei muito interessante. O Presidente Lula disse, na Holanda, que a inflação aumentou porque os pobres estão comendo mais. Agora, ele aponta com clareza pelo menos um dos caminhos a serem seguidos por todos.

Está aqui o seguinte: "Lula disse que todos devem agradecer a Deus por isso". Ou seja, pelo fato de que todos estão comendo mais e de que a solução para o problema da inflação é fácil.

O Presidente, eu acho que às vezes simplifica muito as coisas, mas ele diz, de fato, o seguinte: "A solução é fácil: produzir mais alimentos".

Eu, há anos, Senador Paim, me bato e me debruço a estudar, a tentar compreender um fenômeno que ocorre no campo. E vamos ficar só no nosso País – aliás, vou me permitir avançar um pouco mais além do nosso País.

Olha que coisa curiosa, Senador Paim. Na Comissão de Relações Exteriores, já tive oportunidade de participar de sabatinas de embaixadores que vão representar o Brasil em países da África, Senador Mão Santa. Via de regra, todos eles, quando se referem ao contexto sócio-econômico daqueles países para onde vão a serviço do Brasil, afirmam que o setor agrícola daqueles países, no mais das vezes, pratica a agricultura de subsistência, Senador Mozarildo – os países africanos, em regra; há exceções.

Aqui no nosso Brasil temos regiões do País onde a agricultura é bem desenvolvida, mecanizada, cercada e se vale da mais moderna tecnologia. E, diga-se de passagem, devemos isso em grande parte, em grandíssima parte à Embrapa, órgão que, nesses últimos vinte, trinta anos, cumpriu um papel fundamental no Brasil, de pesquisar, de desenvolver tecnologias novas, e a iniciativa privada no campo se apropriou dessas tecnologias, desses processos modernos de produção. Mas, em grande parte do País, Senador Paim, prevalece a chamada agricultura de subsistência, inclusive no meu Estado, Senador Mão Santa, que não consegue sair do lugar, nesse aspecto, não consegue dar uma desamarrada.

Observo que, em relação ao Poder Público, por exemplo, ao longo dos anos – e aqui vou me referir, em especial, a esse setor, sem o propósito de fazer qualquer crítica –, o investimento que o setor público,

o Estado, o Governo, faz particularmente lá no meu Estado...

Repto, não estou fazendo crítica alguma, estou com o coração aberto hoje. Todos precisam comer. O Presidente Lula já diz: "A solução é produzir mais alimentos." Se você pesquisar o caminho do investimento do recurso público em um Estado pequeno como o Acre, vai identificar, Senador Paim, quase que um preconceito com o campo.

O investimento é volumoso no que diz respeito às chamadas zonas urbanas. As escolas são de boa qualidade, as cidades, pelo menos nos centros, são asfaltadas, toda a infra-estrutura é feita de forma adequada. Mas, quando a gente volta os olhos para o campo, observa que as coisas são feitas de forma matada. A escola, quando existe na zona rural, às vezes, Senador Paulo Paim, é um casebre de palha, e, quando chove, os alunos precisam suspender as aulas. O posto de saúde, quando existe, não está abastecido de medicamentos, não há pessoal da área médica para atender com regularidade. Os caminhos, que lá nós chamamos de ramais – alguns chamam de estradas vicinais, aquelas estradinhas que permitem que as pessoas circulem e façam circular suas mercadorias –, são de péssima qualidade. São caminhos, e não estradas. O homem e a mulher do campo, para terem acesso a créditos, a insumos, a equipamentos, é um drama eterno, Senador Paim. É um drama eterno.

Hoje, o que se observa é um movimento, e isso transcende ao Acre. É um movimento quase no mundo inteiro, uma migração das pessoas que vivem no campo. E, lá, no Acre, posso dar este testemunho: pessoas que viveram a vida inteira no campo, tentando com o maior sacrifício produzir para si, para gerar um excedentezinho, em face da quase impossibilidade de conseguir viver naquela circunstância, Senador Paim, vão para as cidades, para as periferias, onde vão sofrer mais ainda. No campo, mal ou bem, tem como plantar um milhozinho, um feijãozinho, um arroizinho, mas, lá, na periferia das cidades, não tem. E é um sofrimento.

O Presidente Lula, quando sinaliza, quando diz que a solução para o problema é produzir mais alimentos, o meu pensamento se volta para o meu povo lá no Acre.

Olhe só, Senador Paim, repito, não se trata de nenhuma crítica, mas, nos últimos anos, no Acre, abdicamos de um investimento maciço no setor produtivo, rural, no setor primário, como chamamos – mas

isso eu digo pela minha percepção – de forma quase preconceituosa com o campo.

Canalizamos grande parte dos recursos públicos para o que chamamos de as zonas urbanas. Rio Branco, por exemplo, nossa capital, foi embelezada e hoje é uma cidade bonita, pelo menos no seu centro. A periferia é o caos, mas, no seu centro, obras vultosas foram realizadas – a população inclusive reconhece isso –, mas foi à custa de dinheiro de empréstimos, Senador Paim. O ideal seria que essas obras, esses investimentos fossem fruto da arrecadação da qual o Estado poder-se-ia beneficiar por conta do aumento da produção no campo ou mesmo na agroindústria, seja lá onde fosse. Foram obras que embelezaram a cidade e o centro, a sede de alguns outros municípios. Mas tenho certeza absoluta de que vamos pagar um preço muito alto por isto: por esse aformoseamento, por essa espécie de maquiagem que foi feita, o que é uma contradição enorme porque, de uns dez anos para cá, surgiu uma concepção no nosso Estado. Cunhou-se, inclusive uma expressão: “governo da florestania”. A rigor, quando se menciona uma expressão como essa, o que vem à nossa cabeça? É o Governo que prioriza as atividades na floresta, no campo e, ao contrário disso, a prioridade – é evidente, é clara, é só olhar – foram benefícios na zona urbana.

Aí alguém me diz: mas você acha que as pessoas que estão na zona urbana não merecem? Senador Paim, merecem, claro que merecem. Precisam ter uma infra-estrutura e as condições de vida bem equacionadas. Agora, e as pessoas que estão no campo, Senador Paim? Está aqui o Presidente Lula, dizendo: a solução é produzir mais. Como é que nós vamos produzir mais? E aí a gente precisa cruzar esse assunto, lá na Amazônia particularmente, com a nossa necessidade de preservar a floresta em grande parte, o cuidado que devemos ter. Senador Paim, no Acre nós já temos uma área derrubada, uma área que as pessoas chamam de degradada – eu acho até uma expressão incorreta essa, porque as áreas não são degradadas. Já foram derrubadas, foram utilizadas para outras finalidades, pecuária, seja lá o que for. E se nós introduzíssemos nessa área derrubada, hoje, tecnologias de produção que não aquela única que os pequenos produtores no Acre conhecem? E eu já repeti isto aqui várias vezes: lá o pequeno produtor tem a seu dispor apenas aquela tecnologia que recebeu do avô, do pai, do bisavô, que é derrubar um pedacinho da floresta, brocar, queimar e plantar.

Mas sabe-se que hoje o mundo dispõe de tecnologias que podem substituir essa com a maior facilidade, Senador Paim. A mecanização é uma, o plantio direto é outro. A Embrapa é um celeiro de experimentos que podem suprir as nossas necessidades. Produzir, produzir.

Agora, produzir oferecendo às pessoas que estão no campo não só a semente, não só o crédito para produção, mas as condições. Senador Paim, há uma concepção equivocada de que zona urbana é a modernidade e zona rural é o atraso. Senador Paim, não tem nada mais atrasado do que uma concepção dessas. Por que nós não podemos prover uma vida digna às pessoas que estão no campo? Qual é o problema? Por que a escola tem que ser matada? Por que a estrada tem que ser péssima, horrível, intransitável na maior parte do ano? Por que ele não pode ter condições mínimas e dignas de sobrevivência ali no campo?

Senador Paim, concedo a V. Ex^a um aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, permita-me um aparte neste momento, porque entendo que sua fala, sem prejuízo de ninguém – e V. Ex^a foi muito feliz, como dizíamos antes –, é à favor de alguém. Eu diria que, em síntese, vai a favor da agricultura familiar, do pequeno negócio lá na área rural. E V. Ex^a está coberto de razão. Se a gente fala que precisa efetivamente plantar mais alimentos, é preciso incentivar o homem, a mulher, a família a ficar na sua região de origem produzindo. Eu falo isso com a maior tranquilidade. E tenho discutido muito a questão das escolas agrotécnicas. V. Ex^a conhece muito bem esse tema! V. Ex^a me permita falar – e o Senador Simon será o Relator – sobre a repercussão que teve na região de São Gabriel o projeto autoritativo que apresentei, para que, politicamente, a gente invista em uma escola técnica da carne e derivados para os filhos da região. Já está com o Senador Simon, e eu sei que fará um excelente relatório, conhecedor, como ninguém, da realidade do Rio Grande. E V. Ex^a se lembra... por que a escola não pode ser de qualidade lá na área rural?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Verdade.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Seja plantador de milho, de soja, de feijão, de arroz, de hortigranjeiro; seja na área do gado bovino, ovino, suíno, da avicultura. Em todas as áreas, se nós queremos efetivamente não permitir – e eu quero, quase que repetindo sua fala – que aumente o cinturão de miséria nos

grandes centros. Claro que nós queremos nos grandes centros também vida com qualidade. Mas por que não dar vida com qualidade, com o mínimo de estrutura, para aqueles que estão produzindo alimentos, para que aquele que estiver na área possa ter alimentação adequada, para que possa viver, como a gente gosta de dizer, "com qualidade de vida"? Então, minha fala vai muito na linha de seu pronunciamento. É preciso que, cada vez mais, a gente incentive nossos agricultores a ficar na região de origem com qualidade de vida, com estrutura. Eu tomei até a liberdade – só vou citar, me permita isso – de encaminhar, Senador Simon, um outro projeto chamado Quilombos do Amanhã. Eu quero que os quilombolas fiquem lá! São cinco mil quilombos no Brasil. Por que eles não podem ficar lá? Como os italianos, como os alemães, também produzindo na sua região. E o que eu proponho no Quilombos do Amanhã? Só estou pedindo um tipo de centro comunitário em cada quilombo, tipo um ginásio de esportes, onde eles possam ali dançar, brincar, estudar, ter lazer e naturalmente também serem atendidos na área da saúde. Enfim, dei o exemplo do quilombola como poderia ter dado de qualquer outra região do País, independentemente da etnia, da história de cada povo que está naquela região. Temos de dar estrutura para que eles fiquem nas suas regiões, abastecendo com alimento a cidade. Em síntese é isso e é por isso não tinha como não fazer um aparte cumprimentando V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento para o nosso povo lá do interior, lá do interior, de todas as regiões do nosso País e V. Ex^a

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... sempre faz uma bela explanação da situação do povo do Acre. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Eu estava lembrando aqui uma vez, anos atrás, 2002, por aí, ouvi com imensa tristeza, eu ouvi com imensa tristeza, conversando sobre isso: "Rapaz, a gente precisa fazer alguma coisa para que o Acre volte a ser auto-suficiente na produção de alimentos". Não é possível.

Senador Paim, hoje o Acre importa mais de 70% do que a gente come, Senador Simon. Acredita nisso? Não estou falando de bicicleta, de sapato, de carro não, estou falando de comida, comida, Senador Mão Santa. Mais de 70% do que a gente come hoje no Acre vem de fora, principalmente de Rondônia. E eu

já disse aqui uma vez: ali no Acre, a gente tem a pretensão, por exemplo, de abastecer os países amigos depois de consolidada a estrada chamada Estrada do Pacífico. A gente não consegue abastecer Rondônia, que está ali do nosso lado. É o contrário. É Rondônia que nos abastece.

Em 2001, 2002, conversando sobre a necessidade de o Governo implementar medidas concretas no sentido de reverter esse processo contínuo, Senador Pedro Simon, de empobrecimento da nossa economia rural, dos nossos pequenos produtores, ouvi, com muita tristeza, algo que me deixou pasmo, de uma pessoa que tinha grande responsabilidade no Estado: Geraldo, para o Governo – não é para o Estado -, saiu muito mais barato permitir a importação de alimentos do que criar as condições aqui dentro para que os alimentos possam ser produzidos aqui. É negócio de doido. Mas não sei se essa mentalidade tomou conta ou influiu decisivamente. Acredito que influiu decisivamente no que vem acontecendo nos últimos anos no Estado, a ponto – repito – de termos perdido a nossa capacidade de auto-suficiência na produção de alimentos. Isso é triste, é grave. Isso diz respeito, inclusive, à questão da segurança alimentar, tão falada pelo Presidente Lula.

É como eu disse, Senador Mão Santa. Vim hoje aqui inspirado pela fala do Presidente. Eu queria que lá, no Acre, as pessoas ouvissem o Presidente Lula. Ele está dizendo aqui: a solução é produzir mais. Quem é que produz alimento no nosso País, principalmente na minha região?

É o pequeno produtor, Senador Simon.

Senador Simon, no Acre, há uma coisa muito interessante. Eu ando na zona rural por opção mesmo, porque eu gosto disso, eu quero ver como as coisas estão. E me entristece toda vez que eu entro num ramal daqueles e vejo que a situação permanece a mesma e, às vezes, até piorou. Isso me dá uma tristeza muito grande.

Eu dizia: "Olhe, eu queria que os formuladores de política do Acre ouvissem o que o Presidente Lula está falando: produzir mais alimentos, cercar as pessoas, os pequenos produtores, aqueles que produzem alimentos, das condições mínimas necessárias e de condições dignas de vida."

Senador Simon, há como se fosse assim um padrão: no campo, as pessoas têm que se conformar em ter uma vida miserável. Miserável! Miserável! A verdade é essa. Com raríssimas exceções, o padrão é este: no

campo tem que ser uma vida miserável: vida de sacrifício, vida de renúncia.

Por que isso, rapaz? Eu fico me perguntando se isso não é um preconceito. Isso é um preconceito governamental, inclusive! É o Governo praticando preconceito! Na cidade, investem direitinho: as escolas são bonitas, têm ar-condicionado, têm computador, têm isso, têm aquilo. Os hospitais, mal ou bem, são bem aparelhados, têm equipamento. No campo, não tem nada disso. Por que não tem? Por que não tem, Senador Mão Santa?

Como eu estava dizendo, em relação às pessoas no campo, ando, ando, não recebo um pedido de emprego, Senador Simon. Quando ando na zona rural, o que eles pedem são condições mínimas necessárias para continuarem fazendo aquilo que eles gostam, sabem e precisam fazer, que é produzir. E na cidade, como não há emprego para todo mundo – e é claro que não há –, saio da minha casa, vou ali ao mercado, recebo dez pedidos de emprego. “Senador, me arranje um emprego aí que estou desempregado.” No campo, não. No campo, as pessoas pedem, Senador Mão Santa, condições mínimas necessárias para eles continuarem produzindo, porque eles não querem sair dali, querem continuar produzindo. Então é um drama isso.

O apelo que hoje vim aqui fazer da tribuna do Senado é para que os formuladores de políticas no meu Estado, particularmente no meu Estado, ouçam o que o Presidente Lula está dizendo. A solução é produzir mais alimentos. Não podemos mais no Acre depender de Rondônia, depender do feijão que vem da Paraíba, depender do leite que vem de Rondônia. Um absurdo isso!

Um dia desses no Estado festejou-se – eu também festejei – a colheita de cinco mil hectares de milho, uma festa. Agora, vai-se apurar, Senador Simon, e essa produção foi uma área que a Usina Álcool Verde, que está embargada, não pôde plantar a cana e, para não perder a aração, plantou milho. Quer dizer, uma única empresa, um único produtor plantou cinco mil hecta-

res de milho. O ideal é que essa produção tivesse sido diluída entre os pequenos produtores do Estado.

E ao invés de cinco mil, 50 mil hectares, porque nós temos áreas, ali, já derrubadas e degradadas, como se diz, que poderiam permitir esse tipo de coisa. Agora, falta uma parceria mais estreita do poder público, do Estado com esses pequenos produtores.

Na sua região, Senador Simon, no Sul do País, há grandes cooperativas agrícolas. O pessoal já tem capacidade de contrair empréstimos, comprar equipamentos e se resolver. Ali, na nossa região, não tem. Individualmente ou em pequenas associações de produtores, eles não têm capacidade econômica e financeira de contrair um empréstimo para comprar um pequeno trator agrícola. Então, é necessário que o Estado entre nessa parada com os pequenos produtores, pelo menos para dar uma desamarrada na questão, pelo menos para permitir que eles cheguem num estágio em que possam contrair um empréstimo, constituir-se em cooperativas e obtenham uma condição na qual a sua produção permita um retorno financeiro e econômico satisfatório.

Portanto, como estou ansioso para ouvir o Senador Simon, Senador Mão Santa, e V. Ex^a também, encerro meu discurso fazendo mais uma vez esse apelo para que os formuladores de políticas, no meu Estado, ouçam o que o Presidente Lula acaba de falar na Holanda. A questão é muito simples. Diz ele, aqui: “Inflação aumentou porque os pobres estão comendo mais. Lula disse que todos devem agradecer a Deus por isso e que a solução para o problema da inflação é fácil: produzir mais alimentos.” Por que isso não pode ser uma regra também para o Acre? Ali precisamos produzir alimentos para voltarmos a ser auto-suficientes nessa produção.

Senador Mão Santa desejo a V. Ex^a, ao Senador Pedro Simon e a todos que nos ouvem um feliz final de semana.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**CONVÊNIO Nº 0013 / 2008
(PROCESSO Nº 000.055/05-0)**

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E BANCO SCHAHIN
S.A. PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.**

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, AGACIEL DA SILVA MAIA, e, do outro lado, **BANCO SCHAHIN S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 50.585.090/0001-06, com sede na Rua Vergueiro 2009, 1º andar, Vila Mariana, São Paulo/SP, CEP 04101-905, telefone (11) 5576-8080/5576-8015, fax (11) 5576-8013, doravante designado **CONVENIADO**, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares dos Decretos nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao **CONVENIADO**, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento, aos servidores do Senado Federal, com mais de seis meses de exercício no cargo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 11 do Decreto nº 4.961, de 2004 .

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do **CONVENIADO**.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia de R\$ 5,00 (cinco reais) por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato mensal, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados do que preceitua o art. 18 do Decreto n.º 4.961, de 2004, quanto às responsabilidades administrativa, civil e penal.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, observando-se o disposto no artigo 13 do Decreto n.º 4.961, de 2004, em sua conta corrente, a ser informado pela CONVENIADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece o parágrafo único da Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações fixadas na Cláusula Quarta sujeitará o **CONVENIADO** às sanções legais estabelecidas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, além do imediato descredenciamento perante o Senado Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará a suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa a amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário, nos termos do inciso II do art. 17 do Decreto n.º 4.961, de 2004.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO – Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, aplicando-se ainda as normas previstas nos Decretos n.ºs 4.961, de 20 de janeiro de 2004 e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.º 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 14 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL


MARCUS ANDRÉ DE OLIVEIRA
RG nº 50.861.407-1 SSP-SP
CPF nº 004.964.637/05
BANCO SCHAHIN S.A.


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Sliessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGs

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) (12)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) (3)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
	8. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
VAGO ⁽¹⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago, em virtude do Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) (1)	2. VAGO (2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT
2. Vaga cedida ao PSDB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO (2)	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO (3)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB) 2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Sliessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSD)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB (4)	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.
2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3972**Fax:** 3311-4315**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: juloric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (3)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO (5)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1. Adelmir Santana (DEM)	
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO (3)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (4)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virgílio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres
Notas:	
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).	
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).	
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).	
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).	

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496
Fax: 3311-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) 2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO
Notas:	
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.	
5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).	
Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira	
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -	
Telefone(s): 3311-1120	
Fax: 3311-2025	
E-mail: scomcct@senado.gov.br	

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 Fax:3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	4ª Eleição Geral: 13/03/2003
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	5ª Eleição Geral: 23/11/2005
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Sihessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECASF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMVAGO ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 25/03/2008**Notas:**

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka	a (PMDB-MS)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 102 PÁGINAS